

ANÁLISE DA LITERATURA PERIÓDICA  
BRASILEIRA NA ÁREA DE HISTÓRIA

HELENA DODD FERREZ  
Fundação Casa de Rui Barbosa

Dissertação apresentada ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro para obtenção do grau de Mestre em Ciência de Informação.

Orientadora: Gildã Maria Braga,  
Ph D, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

Rio de Janeiro

1981

ANÁLISE DA LITERATURA PERIÓDICA  
BRASILEIRA NA ÁREA DE HISTÓRIA

HELENA DODD FERREZ  
Fundação Casa de Rui Barbosa

Dissertação apresentada ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Gilda Maria Braga,  
Ph D, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

Rio de Janeiro

1981

ANÁLISE DA LITERATURA PERIÓDICA  
BRASILEIRA NA ÁREA DE HISTÓRIA

HELENA DODD FERREZ

Fundação Casa de Rui Barbosa

Dissertação apresentada ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro para obtenção do grau de Mestre em Ciência da Informação.

EDN	

Orientadora: Gilda Maria Braga,  
Ph D, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

Rio de Janeiro

1981

Ao Gueto Paraense

Gilbertinho

Joana e Luiza

## RESUMO

Análise da literatura periódica de História do Brasil, produzida entre 1975-1976, e do material bibliográfico citado por seus especialistas, visando a detectar padrões de comportamento e compará-los com os de outras áreas do conhecimento. Na literatura citante os autores são caracterizados quanto à produtividade, formação acadêmica e vínculos profissionais. Com relação a seus trabalhos são estudadas a forma original de apresentação dos artigos e suas tendências temáticas quanto às regiões geográficas e períodos históricos abordados. Na literatura citada o material bibliográfico é caracterizado quanto à classe (fontes primárias ou secundárias), forma física, local de publicação e/ou localização e frequência de títulos. Os resultados mostram que a comunidade científica estudada se concentra no Rio de Janeiro e sobretudo São Paulo, e tem fortes vínculos com instituições de ensino e pesquisa. Predominam os trabalhos de cunho individualista, assinados não exclusivamente por historiadores de formação universitária, não se destacando nenhum grande produtor. Os artigos são em sua grande maioria inéditos e seus temas de estudo regionais privilegiam

a região Sudeste, e o Império é o período mais pesquisado. Quanto à literatura citada são utilizados sobretudo documentos primários e uma diversidade muito grande não só de tipos de documentos mas também de títulos, ocasionando acentuada dispersão da mesma, publicados e/ou localizados principalmente no Brasil e nos países com os quais manteve ou mantém vínculos históricos. Os padrões de comunicação dos historiadores não se apresentam idênticos aos de cientistas de outras áreas. Observa-se que as referências bibliográficas exercem o duplo papel de material de estudo do especialista e de literatura que lhe serve de subsídio. Análises futuras de citação em História devem considerar esta peculiaridade.

## ABSTRACT

Analysis of the periodical literature in Brazilian History produced between 1975-1976 and of the bibliographic material cited by specialists, aiming to detect behaviour patterns and compare them to other areas of knowledge. In the citing literature authors are characterized according to their productivity, academic background and professional affiliations. In relation to their literary production the original form of articles presentation and its subject tendencies as to geographic areas and historic periods are studied. In the cited literature bibliographic material is characterized according to its class (primary and secondary sources), physical form, countries of publication or location and titles frequency. Results show that: scientific community studied is mostly concentrated in São Paulo and Rio de Janeiro and has strong links with academic and research institutions; individual works are predominant; articles are signed not exclusively by historians with university degrees and authors productivity is low. The majority of works were never published before, regional studies focus mainly the South-Eastern area and the Imperial period (1822-1889) is the most analysed. In regard with the bibliographic material historians used primary documents above secondary and a great variety of types and titles of

documents, leading to a strong dispersion of literature. Such documents were published or located in Brazil and other countries with which there is or was a historical relation. Communication patterns were not identical to those of other field scientists. It was clearly observed that bibliographic references have a double function: first as the study material of the specialist and second as the subsidiary literature. Future citation analysis studies in History must take into account such peculiarity.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	8
1.1	<u>Área de Estudo</u> .....	9 - 23
1.2	<u>Pesquisa Histórica no Brasil</u> .....	9 - 30
2	OBJETIVOS .....	38 - 39
3	MATERIAL E MÉTODO .....	40
3.1	<u>Critérios de Seleção Adotados</u> .....	40 - 51
3.2	<u>Caracterização dos Citantes</u> .....	52 - 54
3.3	<u>Caracterização dos Citados</u> .....	54 - 61
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO .....	66 - 69
4.1	<u>Caracterização dos Citantes</u> .....	69 - 96
4.2	<u>Caracterização dos Citados</u> .....	96 - 124
5	APRESENTAÇÃO DAS REFERÊNCIAS E SUAS "PATOLOGIAS" .....	131 - 132
5.1	<u>Local de Apresentação</u> .....	132 - 133
5.2	<u>Forma de Apresentação</u> .....	133 - 138
6	CONCLUSÕES .....	139 - 145
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	146 - 150
8	ANEXOS .....	151 - 168

## 1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, em decorrência da grande quantidade de informação produzida pela comunidade científica, surgiu a necessidade de melhor distribuir, armazenar, processar e recuperar a literatura científica, assim como a de se conhecer a estrutura da Ciência e seus processos de comunicação, i.é., como a informação é gerada, disseminada e assimilada.

Em função dessas exigências, várias pesquisas têm sido feitas para explorar as atividades da comunicação científica em diferentes disciplinas e especialidades, através sobretudo da literatura científica produzida. Os resultados encontrados, "muito generalizados nos últimos anos, deixaram a impressão de que, independentemente da disciplina, todos os cientistas apresentam padrões idênticos de comunicação e, portanto, têm problemas semelhantes".

Autores têm demonstrado que esses padrões variam de uma área para outra, comprovando o perigo de generalizações. Na Ciência da Informação, a maioria dos estudos desenvolvidos é dedicado às Ciências Exatas e, em menor escala, às Ciências Sociais. São pesquisas de campos específicos, cujas conclusões não devem ser estendidas sem comprovação a outras disciplinas como, por exemplo, a História, objeto desta dissertação.

### 1.1 Área de Estudo

<sup>3</sup>  
A Bibliometria é uma área extensa da Ciência da Informação, que abrange todos os estudos que procuram quantificar os processos da comunicação escrita, aplicando métodos numéricos específicos.

Pesquisas dessa natureza, inicialmente englobadas na designação "Bibliografia Estatística" e desenvolvidas so bretudo nos Estados Unidos, preocupam-se com a contagem, classificação e avaliação de diferentes variáveis como: publicações (principalmente de periódicos e artigos científicos), seus produtores e referências e citações, visando a esclarecer vários aspectos da produção literária científica. A razão de ser destas variáveis é que "nas Ciências as publicações servem como meio de comunicação entre membros da comunidade científica (embora exerçam também outras funções) e as citações são as manifestações das comunicações que foram <sup>4</sup> recebidas e digeridas".

O objeto de estudo, portanto, são os documentos, não necessariamente na sua forma física, mas representados por coleções ou conjuntos de documentos tais como bibliografias, catálogos de bibliotecas, serviços de resumo e indexação, etc. O problema está em definir e delimitar corretamente a coleção a ser estudada, e assegurar que ela é representativa para a finalidade do estudo.

A contagem de publicações objetiva estimar a quantidade de literatura científica e técnica mundial, assim como a de literaturas específicas e suas taxas de crescimento. Busca também a categorização elementar das publicações por país, língua e área de assunto.

O primeiro trabalho desta natureza parece ter sido o que COLE & EALES publicaram em 1917. Esses autores analisaram artigos e livros de anatomia comparativa, contando o número de publicações por país, de 1543 a 1860. Entre seus interesses estava o de determinar as dinâmicas das contribuições por diferentes países, medidas pelo número de publicações.

Em 1923 HULME publica um trabalho onde, por meio da contagem dos periódicos científicos, procura relacionar a publicação científica com as condições econômicas gerais dos países e com o crescimento da civilização moderna.

De importância fundamental para a área é o trabalho pioneiro de BRADFORD (1934 e 1948), primeiro a observar que em cada assunto científico existe um alto grau de concentração de artigos em número relativamente pequeno de periódicos. Esta observação deu origem à Lei de Bradford, conhecida também como Lei de Dispersão da literatura, uma das leis mais conhecidas da Bibliometria.

A Bibliometria se interessa também pela análise dos produtores de pesquisa científica, através do que eles publicam, como forma de investigar os padrões de produtividade dos cientistas, padrões de colaboração (múltipla autoria), suas fases mais produtivas, etc.

Países, como produtores de publicações, também têm sido estudados, assim como o impacto de determinados países no mundo da Ciência, a relação entre financiamento para pesquisa e quantidade de publicação, etc.

Dentre esses estudos encontra-se o de LOTKA (1926) que, analisando o número de publicações dos químicos listados no Chemical Abstracts (1907-1916) e as contribuições dos físicos incluídos no Auerbach's Geschichtstafeln der Physik, verificou uma regularidade em torno das taxas de publicação. A Lei de Lotka, como ficou conhecida, baseada no número de autores publicando em uma disciplina ou qualquer outro campo definido, postula que o número de autores com  $n$  contribuições é proporcional a  $1/n^2$  aproximadamente do número de autores com uma única contribuição. Desta forma, para cada 100 autores que publicam 1 artigo em determinado período, existem 25 (ou  $1/2^2 \times 100$ ) que publicam 2 artigos, 11 (ou  $1/3^2 \times 100$ ) que publicam 3, e assim por diante.

A partir desta lei uma série de estudos foram desenvolvidos, aplicados à produção científica em áreas diversas, visando a provar sua universalidade ou fazer adaptações necessárias para atender às características inerentes aos assuntos específicos.

A presença de referências em artigos científicos e livros tem também provado ser fonte muito rica de dados para os cientistas da informação e para os estudiosos da História e Sociologia da Ciência.

Fala-se freqüentemente de citação e/ou referência. Na realidade alguns autores fazem uma distinção muito sutil entre um termo e outro, que parece desnecessária. De acordo com NARIN & MOLL<sup>10</sup> o termo referência é usado para designar a unidade fonte ou unidade emissora enquanto que citação designa a unidade receptora ou a unidade sendo referida. E

esta diferença com relação a Bibliometria é muito importante porque, segundo eles, um conjunto de periódicos visto em termos das citações que receberam aparece bastante diferente quando olhado em termos das referências que o conjunto gerou. Ora, uma mesma designação poderia ser utilizada desde que complementada por um verbo que tornasse clara esta diferença, por exemplo, citações geradas e citações recebidas.

11

FONDIN distinguiu-os de uma forma mais clara: a citação é uma informação mencionada na publicação e a referência, o elemento bibliográfico (informação bibliográfica) que permite encontrar a citação e que garante a honestidade daquela informação. Esta é, portanto, o reconhecimento que um documento dá a outro na forma de informação bibliográfica e aquela é o reconhecimento que um documento recebe de outro. Nesta dissertação esses problemas terminológicos não foram considerados e os dois termos são vistos como sinônimos.

A prática de citar é muito antiga mas é somente a partir da segunda metade do século XIX que normas foram estabelecidas, embora nas Ciências Humanas e nas Artes não sejam rigidamente adotadas e, em alguns casos, sejam até ignoradas.

12

Para MEADOWS, uma das causas dessa mudança talvez tenha sido o crescimento da literatura científica que gerou a necessidade de identificações exatas. Outros, como KAPLAN, atribuem a prática de citar do cientista de hoje, em grande parte a uma invenção social para solucionar problemas de direitos de propriedade e de prioridade da contribuição do pes

13

quisador. Apenas casualmente as citações servem como reconstrução cautelosa e exata dos trabalhos precursores.

Embora antigos, pouco se sabe sobre as normas e comportamento que orientam a prática de citar nas Ciências. Existem poucos guias normativos e a literatura histórica não fala na evolução deste procedimento, que é uma valiosa contribuição para a expansão do conhecimento.

Na literatura científica e tecnológica, fazer referências preenche vários objetivos e um dos problemas-chaves nas análises de citação tem sido a questão da função, qualidade e validade dessa prática.

O uso ou não de referências em trabalhos é tido, em geral, como indicador do seu valor científico e faz parte do mecanismo acadêmico de comunicação primária. Entre as razões pelas quais alguém cita se encontram as seguintes: conferir respeitabilidade intelectual e científica ao trabalho; reconhecer o esforço de pioneiros e o seu direito de prioridade; indicar trabalhos congêneres ou relacionados; identificar metodologias e equipamentos; criticar trabalhos; identificar estudos originais nos quais idéias ou conceitos foram discutidos, etc.

O gesto de citar, entretanto, nem sempre é altruístico e/ou consciente e o mérito científico não é a única razão pela qual um autor cita uma obra. O conteúdo de um trabalho certamente influencia sua própria citação e encoraja que seja freqüentemente citado, principalmente se inclui inovações e descobertas, material controvertido, ou se perpetua

erros. Entretanto, outros fatores menos objetivos influenciam a escolha das referências feitas por um autor, tais como a demonstração de apreço a colegas, favorecendo a contribuição de amigos em detrimento de outros, familiaridade do assunto e da literatura. Na tentativa de conferir respeitabilidade intelectual e científica ao trabalho, um autor pode citar os mais proeminentes da área ou, desejando dividir ou mesmo se isentar de responsabilidades, citar trabalhos congêneres, sobretudo em questões especulativas e polêmicas.

A probabilidade de um trabalho ser citado, até certo ponto, dependerá também de fatores como acessibilidade, língua, data de publicação e forma bibliográfica.

Os parâmetros básicos que têm sido estudados em citações incluem o número de referências em um artigo, a sua forma bibliográfica, data e local de publicação, e a distribuição das referências quanto a periódicos e áreas de assunto. As características identificadas, portanto, são o tamanho, o grau de integração e idade da literatura.

São vários os estudos que se utilizam da análise de citação com os mais diversos objetivos, provavelmente porque só existe a relação citante/citado para associar documentos. Em termos gerais visam a estudar os periódicos da Ciência e a produzir medidas ou indicadores do desempenho científico de autores e instituições e de suas respectivas produções literárias. Esses estudos têm demonstrado, claramente, que os dados levantados contêm muita informação, em-

bora a natureza e a quantidade desta dependa dos tipos de perguntas que são feitas. As regularidades estatísticas encontradas sugerem um conjunto básico de normas governando o comportamento do cientista que comunica seus resultados na literatura periódica.

No estudo de periódicos, as análises de citações<sup>15</sup> são usadas, por exemplo, pelos cientistas da informação para conhecer a estrutura da literatura; pelos bibliotecários, para administrar coleções de periódicos; pelos sociólogos, para tentar definir a estrutura da ciência em si; e pelos editores, para determinar suas posições competitivas. É de interesse também para todo pesquisador que necessita identificar periódicos úteis, quando a interação entre especialidades ou disciplinas leva-o além das fronteiras do território familiar.

"Saber a taxa de citação de um periódico, as fontes das referências que o citam, e os periódicos que cita, torna possível medir sua utilidade como fonte de informação para pesquisa, caracteriza a orientação editorial e, dependendo do periódico, define o núcleo da literatura de uma especialidade ou disciplina". Segundo ainda GARFIELD,<sup>16</sup> quando "estas mesmas perguntas são feitas sobre o núcleo de uma literatura, as respostas provêm dados sobre o desempenho da pesquisa, a orientação e relações da disciplina, especialidade ou nação representada pela literatura".

Dados de citação para avaliar o desempenho científico têm gerado muitas discussões, porque é realmente difícil definir e quantificar qualidade. As críticas não são in

fundadas e se baseiam, de modo geral, em dois conjuntos de falhas percebidas: um tem a ver com a mecânica de compilar os dados e outro com as características intrínsecas dos dados.

Na realidade, as estatísticas de citação constituem medida muito geral do nível de contribuição que um indivíduo dá para a prática da Ciência. Representam medidas de importância, relevância, utilidade, impacto, etc., sendo impossível distinguir estes fatores. Se um trabalho é muito citado é porque foi considerado útil por um número relativamente grande de pessoas. Contagens de citações nada dizem sobre a natureza de um trabalho nem sobre a razão de sua utilidade. "Esses fatores podem ser vistos somente através da análise de conteúdo do material citado e do exercício de julgamento dos pares. A análise de citação não pretende substituir tal julgamento, mas torná-lo mais objetivo e perspicaz".

Análises de citação têm, portanto, servido para quantificar e caracterizar a literatura usada pelos cientistas, determinar padrões de comunicação, medir a atividade científica, definir a natureza das frentes de pesquisa, mapear a estrutura da Ciência, descrever o desenvolvimento temporal e o crescimento de especialidades, verificar a obsolescência e mudanças no uso da literatura com o declínio de citações à literatura mais antiga, recuperar a informação, medir o impacto ou influência de periódicos e/ou artigos, estabelecer relações entre citantes e citados, etc.

A idéia de indexar a literatura da Ciência pelo material citado por ela elevou a citação a uma posição de considerável importância, não apenas para a recuperação da informação, mas como instrumento de grande utilidade para pesquisa histórica e sociológica. Naturalmente, estes índices só serão efetivos na medida em que bibliografias e artigos publicados forem reflexos exatos da literatura anterior.

O computador e os índices de citação possibilitaram um avanço nas técnicas de análise bibliométrica, muito além da simples contagem de publicações e citações para fins, sobretudo, de listar periódicos em ordem de importância ou produtividade, ou para determinar o "Núcleo" de periódicos de um ramo do conhecimento. Surgem duas novas técnicas que procuram estabelecer relações entre artigos científicos que geram e que recebem citações, e entre a frequência com que um artigo é citado e a sua importância. São elas as análises de acoplamento bibliográfico e, mais recentemente, as de co-citação.

O acoplamento bibliográfico foi desenvolvido por <sup>20</sup> KESSLER, em 1963. Ele postulou que um número de artigos científicos contém uma significativa relação entre si (i.é., são acoplados) quando tem uma ou mais referências em comum. Isso pressupõe que eles talvez tenham algum conteúdo de assunto em comum.

21

Uma década depois, SMALL introduziu o conceito de co-citação que pretende gerar agrupamentos de artigos relacionados dentro da rede de atividades científicas. A força

de co-citação entre dois ou mais documentos é determinada pelo número de vezes em que são citados conjuntamente por artigos publicados subsequentemente.

Ambas as técnicas medem, por meio das redes de citação que criam, semelhanças de assuntos e a associação ou co-ocorrência de idéias, para fins da recuperação da informação e para estudar a estrutura de especialidades da Ciência.

A aplicação das análises bibliométricas é complexa e às vezes controversa, principalmente quando suas técnicas são aplicadas à política científica ou à avaliação da produtividade e progresso da Ciência. Quando utilizadas na administração de bibliotecas ou qualquer outro sistema de informação, geralmente para auxiliarem nos processos de seleção e aquisição de material, geram menos discussões.

A Bibliometria, como área de pesquisa e técnica, tem provido resultados que forneceram conhecimentos adicionais sobre a forma, estrutura e volume da comunicação científica. Seus métodos têm sido aceitos como mais um instrumento para se saber das condições e padrões da atividade científica.

Entretanto, como em qualquer análise estatística, corre-se o perigo de fazer inferências pouco pensadas e a validade dos resultados produzidos depende muito da habilidade com a qual ela é aplicada. A aparente simplicidade de contar publicações, autores ou referências disfarça numerosas sutilezas e é preciso ter sempre em mente a limitação desses dados como medidas do desempenho científico.

Tais medidas representam um primeiro passo na análise quantitativa do crescimento da Ciência, permanecendo ainda problemas substanciais a elas relacionados. Na avaliação de periódicos, pelo número de vezes com que são citados, não são levados em conta, por exemplo, determinados atributos como o tempo em que o periódico existe, sua política editorial, preço, acessibilidade, assunto de cobertura, aspecto teórico ou prático dos artigos, etc.

Quanto às análises de citação faz-se necessário pesquisar mais sobre a exatidão, a pertinência e critérios de seleção das referências dentro das disciplinas. Sabe-se ainda muito pouco sobre as normas e comportamento que norteiam as práticas de citar. Além disso, não se considera, na contagem, a função e qualidade das citações, recebendo todas o mesmo peso. Segundo KAPLAN, no dia que se conhecer melhor este assunto, estar-se-á em melhor posição para verificar se faz algum sentido usar citações para diferentes problemas de avaliação ou como índice de qualidade. Por outro lado, verifica-se que dizem alguma coisa sobre a contribuição feita pelo trabalho de um indivíduo, ao menos em termos de sua utilidade e interesse para o resto da comunidade científica e que altas taxas de citação correlacionam-se com o julgamento de pares sobre a importância das contribuições.

Sabe-se também que a análise de citação é um método que tem duas vantagens sobre métodos mais tradicionais de explorar a estrutura da Ciência através de sua literatura: grande parte dela pode ser automatizada, e sua objetividade, uma vez que se utiliza da literatura referenciada pela população de cientistas, publicando, e não da que é julgada como sendo relevante.

A técnica básica de contar referências para analisar a literatura citada por um dado período ou um grupo de periódicos foi primeiramente aplicada por GROSS & GROSS, em 1927, e desde então vários outros estudos usaram-na para estudar a literatura de áreas específicas do conhecimento. Aqueles autores listaram os periódicos citados pelo número de citações que receberam, a fim de descobrir quais os essenciais à coleção da sua biblioteca.

Esta área da Bibliometria, relacionada com citações, se tornou muito ativa a partir dos anos 60. Os instrumentos que possibilitaram este desenvolvimento foram o computador, com sua capacidade de armazenar e manipular grandes quantidades de dados bibliográficos, o Science Citation Index - SCI (1963) e o Social Science Citation Index (1969) produzidos pelo Institute for Scientific Information (ISI). Eugene Garfield, fundador e presidente do ISI e o escritor mais prolífico nessa área, desenvolveu e continua a promover o uso dos índices de citação para o estudo da Ciência, especialmente quanto à sua História e Sociologia. Como prova disso incentivou, em 1978, a criação do Art and Humanities Citation Index.

Os índices de citação provêm uma lista ordenada dos artigos que foram referenciados nos periódicos fontes que os respectivos índices cobrem (o SCI analisa cerca de 2.600 periódicos). Para todo documento que recebeu uma citação (artigo citado) existe uma indicação do documento que forneceu a referência (artigo citante).

MORAVCSIK, autor muito preocupado com a utilização dessas contagens para medir o crescimento científico, estudioso das funções e qualidades das citações, lista vários aspectos da pesquisa científica que podem diminuir a confiança nas publicações e citações como medidas de crescimento científico. Entre eles, o de que os padrões de comunicação tendem a ser bastante diferentes nos vários campos da Ciência e estas diferenças afetam o uso das medidas e impossibilitam comparações justas. Outro é o de que quando uma descoberta entra no domínio público, cessa de ser citada. Trata-se do fenômeno da obliteração, pelo qual os resultados de certos trabalhos encontram-se de tal forma incorporados ao conhecimento do cientista, que prescindem de ser citados. Alguns aspectos estão ainda relacionados à prática muito difundida de citar artigos, independentemente do seu mérito ou das conexões orgânicas com o artigo citante; à natureza e ao papel das publicações científicas que mudaram drasticamente nas últimas décadas, fazendo com que uma análise temporal do desenvolvimento das ciências, em termos da simples contagem de publicações ou citações, possa levar a uma visão distorcida; e ao fato da comunidade científica ser hoje muito maior e ser pouco provável que este crescimento não tenha afetado o caráter da publicação e citação.

#### 1.1.1 Estudos Bibliométricos na Área de História

Enquanto certas áreas científicas têm recebido um número muito grande de estudos bibliométricos, sobretudo às pertencentes às Ciências Naturais e, em menor escala, às Sociais, no que se refere ao campo da História o mesmo não pode ser dito.

Quando do levantamento bibliográfico sobre o assunto, deparou-se com dois trabalhos, ambos na área da análise de citação. O primeiro deles é uma tese de doutorado, defendida em 1951 por McANALLY, na Universidade de Chicago. Analisa as características dos materiais usados na pesquisa de História dos Estados Unidos, através das referências encontradas em livros publicados naquele país nos anos de 1903 e 1938, e em periódicos no ano de 1948. O autor se baseia fortemente no trabalho de FUSSLER e a literatura citada é vista principalmente quanto à forma, local de publicação, área de assunto, medida de tempo entre a data de publicação do material citado e a data em que se sabe que este material foi utilizado, e títulos mais importantes, visando sobretudo a dar subsídios aos administradores de bibliotecas especializadas no assunto, quanto às necessidades de seus usuários.

28

Na sua revisão de literatura, McANALLY conseguiu encontrar algumas poucas análises estatísticas no campo da História, publicadas entre 1932 e 1943. De modo geral tabularam as citações encontradas nas obras de determinados historiadores americanos, listando os títulos de acordo com a frequência de uso e a forma bibliográfica.

As características da literatura usada pelos historiadores foram também estudadas por JONES, CHAPMAN & WOODS que, em 1972, publicaram um artigo onde as citações contidas em periódicos ingleses especializados em História da Inglaterra são analisadas dentro do mesmo enfoque da tese acima.

De acordo com estes autores, a única análise de citação no campo da História era até então o trabalho de McAnally. Informam ainda sobre a tese de MOWAT (1970) sobre o crescimento da literatura histórica secundária na Grã-Bretanha entre 1914 e 1969.<sup>30</sup>

Por serem trabalhos pioneiros na área de História, se limitaram a caracterizar a literatura nos seus aspectos mais elementares. Os resultados a que chegaram serão incluídos no texto deste trabalho, à medida em que se fizerem necessários. Acredita-se que com a criação do Art & Humanities Citation Index (1978) a História venha a merecer maior atenção.<sup>31</sup>

Em termos de Brasil não se encontrou nenhum estudo de citação dedicado à História. No que se refere à sua literatura destacam-se obras de historiografia que analisam a literatura existente e disponível para os historiadores dedicados ao Brasil, mas não a que eles efetivamente utilizam nas suas pesquisas. O único estudo estatístico de que se tomou conhecimento foi o de LAPA. Na primeira parte de sua obra A História em questão avalia as tendências e perspectivas da nossa historiografia atual, por meio de estudo quantitativo dos trabalhos de História do Brasil em geral, realizados ou em curso de realização (sob influxo da Universidade) e dos títulos lançados no mercado editorial, tendo em vista suas grandes linhas temáticas.<sup>32</sup>

## 1.2 A Pesquisa Histórica no Brasil

Não se pretende discorrer sobre autores e obras

que se destacaram na Historiografia brasileira e sim dar uma breve visão do estágio em que se encontra face a evolução recente da ciência histórica.

33

A Historiografia moderna pode ser caracterizada por certas tendências, entre elas a mudança na própria concepção do que seja História, pelo aparecimento de novas técnicas e inovações na orientação metodológica e por uma necessidade crescente do trabalho em equipe, de preferência interdisciplinar.

No século XIX e começo do XX o panorama da Historiografia foi dominado por uma concepção denominada de "história historizante" ou "história episódica", onde cabia ao historiador, a partir dos documentos, estabelecer os "fatos históricos", coordená-los e, finalmente, expô-los coerentemente. Os "fatos históricos" eram aqueles singulares, individuais, que "não se repetem", geralmente de cunho político diplomático, militar ou religioso e, muito raramente, econômico ou social e o historiador devia recolhê-los imparcial e objetivamente, e não optar por eles. Tratava-se de uma História factual, que levava à simples crônica ou narrativa histórica, cujo ritmo era "marcado apenas, e principalmente, por dinastias, batalhas, ministérios, tratados, etc."<sup>35</sup>.

34

Para CARDOSO a História se apresenta hoje como uma ciência em plena evolução. "As certezas, ou verdades 'definitivas' da historiografia positivista, pertencem ao passado e o fato de tal concepção da história manter-se em certos países, em função do atraso, da inércia ou da falta de informação, não a torna menos superada"<sup>36</sup>.

36

O fato singular deixou de dominar o horizonte do historiador, que procura hoje apreender o passado do homem em sua totalidade e complexidade. Além de grandes personagens e grandes acontecimentos políticos aspira-se "conhecer para cada período e cada sociedade, o quadro técnico, econômico, social e institucional; as pulsações conjunturais; os movimentos da população; a vida das grandes massas, e não somente dos grupos dominantes; os movimentos e relações sociais; a psicologia coletiva, e não apenas a dos "personagens históricos"<sup>37</sup>. É uma história-problema e não mais uma história-narração, onde não é possível continuar a manter a ilusão da objetividade do historiador diante dos fatos. Este tem hoje consciência da "inevitabilidade de selecionar, esboçar, construir seu objeto em função de suas hipóteses,<sup>38</sup> de seu marco teórico e metodológico".

Esta mudança de enfoque levou à reinterpretação do nosso passado e do presente, fundamentada no revisionismo factual e ideológico (interpretativo)<sup>39</sup> que teve início na década de <sup>40</sup>30.

Embora se torne cada vez mais difícil a sobrevivência, pelo menos nas Universidades, da Historiografia tradicional, esta ainda subsiste. A criação de Faculdades de Filosofia (1934) não propiciou, em um primeiro momento, a renovação dos estudos de História do Brasil e nem poderia, uma vez que os professores dedicados a lecionar nossa História na sua maioria eram totalmente despreparados, como portadores de uma orientação superada.<sup>41</sup>

Quanto às novas técnicas, sobretudo quantitativas,<sup>42</sup> e novas orientações metodológicas, IGLÉSIAS afirma que entre nós estas pouco se modernizaram e MOTA declara que o convívio com pesquisadores americanos "permite verificar as deficiências de técnicas e de infra-estrutura para o desenvolvimento das investigações, da mesma forma que as carências de metodologia se revelam no convívio com os colegas franceses".<sup>43</sup>

As pesquisas quantificadas, de elevados custos, exigem grandes investimentos em pessoal e em equipamentos sofisticados, treinamento da maioria dos historiadores, até no manejo das técnicas mais elementares da estatística, e a integração das Ciências Humanas.

A saída para algum desses problemas está nas Faculdades de Filosofia que, como se verá mais adiante, pouco têm feito em prol da pesquisa.

No que se refere a projetos de pesquisa interdisciplinares, estes vêm se impondo como forma de aperfeiçoar o instrumental de coleta, análise e interpretação e superar o amadorismo e/ou a História como atividade ocasional e não regular.

44

Embora LAPA acredite que as investigações dos historiadores, no âmbito universitário, vão resistindo cada vez mais ao cunho individualista, vários autores negam esta tendência em nossa historiografia, denunciando a permanência da pesquisa individual. "Mesmo na Universidade não há o grupo. Há pesquisadores individuais, que trabalham para

fazer uma tese de mestrado, doutoramento, docência, faltando-lhes o projeto de obra mais audaciosa, cuja execução requer o esforço de muitos. E não só de historiadores, mas de outros cientistas sociais, de modo a realizar trabalho interdisciplinar, imposto pelo estado avançado em que se encontra a ciência social".

Na nossa Historiografia em particular, LAPA distingue a tendência, principalmente a partir da década de 60, para o estudo da História contemporânea do Brasil, i.é., do seu período republicano. O "aparente desinteresse pelo regime político em que viviam os historiadores é compreensível a partir da sua própria postura científica - teórica e empírica - assumida, com respeito à História mais recente ou à História presente". Achavam temerário escrever sobre o presente porque faltava-lhes perspectiva histórica, o que os impedia de julgarem imparcialmente os eventos. E "raro são os exemplos de historiadores que se engajaram como os demais cientistas sociais, para através de sua obra promover a análise crítica do coetâneo".

A pesquisa histórica, base para qualquer historiografia, só aparece no Brasil no século XIX, com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, cujo papel foi secundado pelo de Institutos Históricos que foram sendo criados em diferentes Províncias do Império e, mais tarde, em outros Estados e até em algumas cidades. A criação do Instituto Histórico constitui um marco na nossa Historiografia, pela grande influência que exerceu como o

mais importante centro de estudos históricos no país, até a criação das Faculdades de Filosofia, cuja data-base é 1934, ano do aparecimento da Universidade de São Paulo (USP). Esta tinha como unidade central a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que objetivava promover a pesquisa em tempo integral e onde realmente se instalou o mais importante núcleo de pesquisadores do Brasil.

Vê-se, portanto, que só recentemente se cogitou do ensino da História em nível superior, a fim de formar profissionais. De 1971 em diante é que seu ensino, a nível de pós-graduação, passou a ser ministrado, visando a "fomentar estudos monográficos, a partir das fontes primárias, gerando o conhecimento a ser aplicado na elaboração de sínteses mais amplas sobre aspectos e sobre a globalidade de nossa História".

No Brasil dá-se pouca importância à pesquisa de modo geral, e menos ainda à pesquisa histórica que, por isso mesmo, é incipiente. Como reflexo desta desvalorização a formação e preservação de arquivos não merecem a atenção devida, o sistema educacional é falho e inexiste um mercado de trabalho para pesquisadores da área.

A situação precária de nossos arquivos, assim como o constante depredar da documentação existente, têm sido por demais debatidos. Quando chegam a ser preservados, os documentos raramente se encontram processados tecnicamente para sua recuperação e os instrumentos de pesquisa como catálogos, inventários, repertórios, índices, são raros.

Embora a Universidade permaneça ativa, como demonstram os trabalhos que têm sido publicados e a quantidade de teses defendidas, os autores, estudiosos da nossa Historiografia, são unânimes em acusarem-na, assim como aos poderes públicos, de não darem a devida assistência à pesquisa histórica.

As Faculdades de Filosofia existentes se dedicam quase que exclusivamente à formação de professores para o nível secundário, enquanto que sua missão de formar pesquisadores, historiadores e professores de nível superior não tem sido cumprida, com exceção da USP, seguida da Faculdade de Filosofia do Paraná, sendo "curioso assinalar que no plano significativo não apareça a Guanabara apesar de todos os seus recursos".

Os cursos de História, por não apresentarem um currículo que atue como orientação segura para a pesquisa, permitindo a formação de uma mentalidade científica, dão ao licenciado, como opção, apenas o ensino. Além disso, não existe um mercado de trabalho e nem a profissão de historiador e de pesquisador de História é reconhecida.

Temos tido grandes historiadores que não se formaram em escolas ou que não tiveram a História como formação acadêmica. Hoje, entretanto, as novas técnicas historiográficas, mais elaboradas e complexas, requerem a formação especializada.

A desinstitucionalização do ensino da História, em todos os níveis escolares, veio acentuar a conjuntura desfa

vorável que se apresentou. A atividade científica, em qualquer país, está intimamente relacionada a seu sistema educacional. Abolindo-se o estudo da História, que passou a ser incluído nos chamados Estudos Sociais, não se está contribuindo, de maneira nenhuma, para a formação de futuros especialistas na área e, o que é mais grave, sua ausência pode levar a uma descaracterização e desnacionalização da cultura brasileira.

A inexistência de trabalhos sobre a estrutura ou o uso da literatura histórica brasileira contemporânea, e menos ainda sobre as necessidades e demandas de informações dos seus historiadores, levou a que se tentasse levantar uma primeira visão panorâmica das características dessa produção bibliográfica, tanto no que se refere a citantes quanto a citados, uma vez que o primeiro passo para se conhecer o fluxo de informação em determinada disciplina é um estudo da sua literatura.

O presente trabalho é uma análise das características da literatura periódica de História do Brasil, produzida entre 1975-1976 e do material bibliográfico citado por seus especialistas. Procurou-se comparar os resultados aqui encontrados com os de outros trabalhos em outras áreas. As comparações, embora perigosas - cada campo do conhecimento tem peculiaridades próprias e as metodologias aplicadas para estudá-los diferem - foram feitas para identificar padrões característicos da História.

Esta dissertação está dividida em oito capítulos incluindo a bibliografia geral e anexos. No final de cada capítulo encontram-se as referências bibliográficas e notas correspondentes.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E NOTAS

- (1) GARVEY, William D.; LIN, Nan; NELSON, Carnot E. Communication in the Physical and the Social Sciences.
- (2) MEADOWS, A.J. Communication in Science. London, Butterworths, 1974. 248 p.
- (3) Para esta visão histórica da Bibliometria serviram de literatura básica os seguintes trabalhos:
- GARFIELD, Eugene. Citation indexing; is theory and application in Science, Technology, and Humanities. New York, John Wiley & Sons, 1979. 274 p.
- HALL, Angela M. The use and value of citations; a state-of-the-art report. London, The Institution of Electrical Engineers, Nov. 1970. 32 p. (Report No. R70/4).
- HJERPPE, Roland. An outline of Bibliometrics and citation analysis. Stockholm, Royal Institute of Technology, Library, 1978. 82. (TRITA - LIB. Report, 6014) p. 43-4,62.
- KAPLAN, Norman. The norms of citation behavior; prolegomena to the footnote. American Documentation, 16(3):179-84, July 1967.
- NARIN, Francis & MOLL, Joy K. Bibliometrics. In: WILLIAMS, Martha E., ed. Annual Review of Information Science and Technology. New York, Knowledge Industry Publications, 1977. v. 12, p.35-58.
- (4) MORAVCSIK, Michael J. Measures of scientific growth. Research Policy, 2:266-75, 1973. p.273-4.

- (5) COLE, F.J. & EALES, Nellie B. The History of Comparative Anatomy. Science Progress, 11:578-96, 1917 - apud NARIN & MOLL, op. cit., p.36-7.
- (6) HULME, E.W. Statistical bibliography in relation to the growth of modern civilization. London, Grafton, 1923 apud NARIN & MOLL, op. cit., p.37.
- (7) BRADFORD, S.C. Sources of information on specific subjects. Engineering, 26:85-6, Jan. 1934; \_\_\_\_\_ . Documentation. London, Crosby Lockwood & Sons, Ltd., 1948 apud NARIN & MOLL, op. cit., p. 37.
- (8) Junto com a Lei de Bradford existem outras tais como a de Zipf, Goffman, Mandelbrot, Booth, além de inúmeros autores que muito contribuíram para o desenvolvimento da área. No entanto, tendo em vista que o presente estudo se concentra na análise de produção e padrões de citação da literatura de História, foram evocados apenas trabalhos pioneiros e pertinentes ao tema de estudo. A intenção foi fazer apenas revisão de literatura relacionada à História, estando incluídos em cada capítulo os estudos pertinentes aos mesmos.
- (9) LOTKA, A.J. The frequency distribution of scientific productivity. Journal of the Washington Academy of Sciences, 16(12):317-23, 1926 apud BOOKSTEIN, Abraham. Patterns of scientific productivity and social change; a discussion of Lotks's Law and Bibliometric Symmetry. Journal of the American Society for Information Science, 28(4):206-10, July 1977. p.206.

- (10) NARIN & MOLL, op. cit., p.38
- (11) FONDIN, Hubert. La citation, réflexion sur son utilisation pour l'analyse et la recherche des documents. Documentaliste, 13(4):127-33, Juil./Août, - 1976. p.127.
- (12) MEADOWS, A.J. Communication in Science. London, Butterworths, 1974. 248 p.
- (13) KAPLAN, op. cit., p.181.
- (14) Sobre este assunto ver os trabalhos relacionados na nota 3 e o artigo de MARTYN, John. Citation analysis. Journal of Documentation, 31(4):290-7, Dec. 1975. p. 290-1.
- (15) GARFIELD, op. cit., p.135.
- (16) Ibid., p.233
- (17) Ibid., p.246
- (18) "Ao conjunto de citações mais recentes de literatura Solla Price denominou frente de pesquisa. Esta seria explicada a partir de análise da literatura científica e suas relações, ou seja: cada artigo publicado em um determinado ano, contém um conjunto de referências, das quais metade se relaciona de forma intermitente com cerca de metade dos artigos que foram publicados em anos anteriores; e metade relaciona fortemente o artigo em questão com uma pequena parcela de publicações mais recentes. Estas se constituem na

- mencionada frente de pesquisa. SOLLA PRICE, Derek J. de. Networks of scientific papers. Science, 149(3683): 510-5, July. 30, 1965 apud CHRISTOVÃO, Heloisa Tardin. Da comunicação informal à comunicação formal;- identificação da frente de pesquisa através de filtros de qualidade. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 1978.- 77 p. (Dissertação de Mestrado). p.7-8.
- (19) GROSS, P.L.K. & GROSS, E.M. College libraries and chemical education. Science, 66:1229-34, Oct. 28, 1927, apud NARIN & Moll, op. cit., p.38.
- (20) KESSLER, M.M. Bibliographic coupling between scientific papers. American Documentation, 14(1) : 10-25, Jan. 1963.
- (21) SMALL, Henry. Co-citation in the scientific literature; a new measure of the relationship between two documents. Journal of the American Society for Information Science, 24(4):265-9, July/Aug. 1973.
- (22) HJERPPE, op. cit., p.45-7.
- (23) KAPLAN, op. cit., p.180.
- (24) GARFIELD, op. cit., p.111.
- (25) MORAVCSIK, op. cit., p.268-74. Sobre as funções e qualidades das citações ver o trabalho muito interessante de MORAVCSIK, Michael J. & MURUGESAN, Poovana-lingam. Some results on the function and quality of citations. Social Studies of Science, 5:86-92, 1975.

- (26) McANALLY, Arthur Monroe. Characteristics of materials used in research in United States History. Chicago, The University of Chicago, 1951. 185 p. (Tese de Doutorado não publicada. Cópia na Biblioteca da Fundação Casa de Rui Barbosa).
- (27) FUSSLER, Herman. Characteristics of the research literature used by chemists and physicists in the United States. Library Quarterly, 19:19-35, 119-43, 1949.
- (28) McANALLY, op. cit., p.11-3.
- (29) JONES, Clyve; CHAPMAN, Michael; WOODS, Pamela Carr. The characteristics of the literature used by historians. Journal of Librarianship, 4(3):137-56, July 1972.
- (30) MOWAT, I.R.M. A critical examination of the growth of secondary historical literature in Great Britain, 1914-69. University of Sheffield, 1970. (Dissertação de Mestrado).
- (31) A obtenção deste trabalho não foi possível, apesar da solicitação feita à Universidade de Sheffield.
- (32) LAPA, José Roberto do Amaral. A História em questão; historiografia brasileira contemporânea. Petrópolis, Vozes, 1976. 204 p.
- (33) Historiografia é a história da história. É a análise crítica do "processo de produção do conhecimento histórico e desse conhecimento, enquanto conhecimento(...) científico que se perfila pelos métodos, técnicas e leis da ciência histórica". LAPA, op. cit., p.15.

- (34) CARDOSO, Ciro Flamarion S. & BRIGNOLI, Héctor Perez. Os métodos da História; introdução aos problemas e técnicas da História demográfica, econômica e social. Trad. de João Maia. Rio de Janeiro, Graal, 1979. 530 p. p.21-22.
- (35) Ibid., p.28.
- (36) Ibid., p.39.
- (37) MARROU, Henri-Irinée. Qu'est-ce que l'Histoire? In: SAMARAN, Charles, org. Histoire et ses méthodes. Paris, Gallimard, 1961. p.3-33 apud CARDOSO & BRIGNOLI, op. cit., p.28.
- (38) CARDOSO & BRIGNOLI, op. cit., p.30.
- (39) LAPA, op. cit., p.29.
- (40) Para o estudo dos momentos mais significativos da Historiografia brasileira do século XX ver MOTA, Carlos Guilherme. A Historiografia brasileira nos últimos quarenta anos; tentativa de avaliação crítica. Ciência e Cultura, 27(5):472-86, maio 1975.
- (41) Ibid., p.473.
- (42) IGLÉSIAS, Francisco. A pesquisa histórica no Brasil. Revista de História, 43(88):375-415, out./dez. 1971. p.404.
- (43) MOTA, op. cit., p.474.

- (44) LAPA, op. cit., p.36.
- (45) IGLÉSIAS, op. cit., p.398.
- (46) LAPA, op. cit., p.31-2.
- (47) Sobre a importante contribuição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ver a obra fundamental de RODRIGUES, José Honório. A pesquisa histórica no Brasil. 3. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978. 306 p. (Brasiliana, série Grande Formato, v. 20).
- (48) CAPES. Pós-graduação; catálogo de cursos. Brasília, 1978. v. 1., p.250.
- (49) RODRIGUES, José Honório. Os estudos brasileiros e os "brazilianists". Revista de História, 54(107):189-219, jul./set. 1976. p.192.
- (50) IGLÉSIAS, op. cit., p.386.

## 2 OBJETIVOS

Objetivou-se com o presente trabalho estudar a literatura contemporânea de História do Brasil e detectar padrões de comportamento, especificamente no que se refere a citantes e citados. Esses padrões, foram, por sua vez, comparados aos encontrados em outras literaturas científicas.

Em relação à literatura citante, i.é., aos autores e suas respectivas produções em periódicos especializados, os objetivos foram:

- conhecer o perfil da comunidade a qual pertencem os historiadores, no que toca a sua produtividade, formação acadêmica e vínculos profissionais ou associativos de forma a verificar se existiam grandes produtores e se a produção historiográfica emanava exclusivamente ou não de historiadores formados na Universidade e dos membros ligados às instituições editoras das revistas;

- verificar a função do periódico na área de História e se os trabalhos por ele publicados eram inéditos ou tinham sido divulgados anteriormente por meio de outros canais de informação;

- identificar possíveis tendências temáticas na historiografia brasileira, a partir da análise das regiões geográficas e períodos históricos abordados pelos trabalhos, permitindo saber se houve privilégio de uns em detrimento de outros.

Quanto à literatura citada procurou-se determinar a natureza dos materiais utilizados pelo especialista na área, e a extensão desse uso, a fim de descobrir padrões em relação aos seguintes aspectos:

- a existência ou não de um equilíbrio no uso de documentos primários, i.é., fontes contemporâneas ao período estudado, e secundários;

- a forma física da literatura, ou melhor, que tipos de documentos foram mais citados, se monografias, periódicos, etc.;

- o local de publicação ou de localização dos documentos averiguando-se em que medida o historiador depende de material estrangeiro;

- a distribuição dos títulos citados, que poderia revelar uma literatura dispersa ou concentrada em um núcleo.

### 3 MATERIAL E MÉTODO

No presente trabalho "material" e "método" se apresentaram de tal forma interligados, que não foi possível descrevê-los separadamente.

#### 3.1 Critérios de Seleção Adotados

Um dos problemas relacionados à determinação do "Material" para o presente estudo, que envolveu análise de citantes-citações na área de História, foi definir de que fontes citantes as referências deveriam ser extraídas. Monografias, artigos de periódicos ou teses são todos documentos que se prestariam a esse tipo de análise. Esse problema foi, no entanto, minimizado a partir do momento em que, dentre os objetivos estabelecidos, constou o de comparar os resultados a serem obtidos com o de outros estudos em áreas científicas (lato sensu), que basicamente têm-se concentrado na literatura citada em artigos de periódicos.

Uma vez resolvido que a análise seria feita em periódicos, a definição do material implicou em três outras etapas: a escolha das revistas e do período de análise; a seleção dos artigos a serem estudados nos periódicos; e o estabelecimento de critérios para o levantamento das referências.

##### 3.1.1 Seleção de Periódicos

O material foi limitado às revistas brasileiras correntes de História como um todo, i.é., não dedicadas a um aspecto específico daquele ramo do conhecimento.

Para o âmbito deste trabalho conceituou-se como "periódicos de História" os publicados pelos Departamentos de História das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Universidades ou de estabelecimentos isolados de ensino superior, no Brasil. Tal conceituação, se fez necessária por ser difícil distinguir os artigos de História dos de áreas afins em outras revistas das áreas das Ciências Humanas e/ou Sociais. Limitando-se os periódicos aos editados pelos Departamentos de História restringiu-se esse problema.

O levantamento das revistas foi feito em algumas obras de referência e em dois centros de informação.<sup>2</sup> Apenas três revistas preencheram os critérios estabelecidos: ser brasileira, corrente e editada por departamento de História: Anais de História, Estudos Históricos e Revista de História. Este resultado foi confirmado por LAPA, na sua obra A História em questão,<sup>4</sup> em que afirmou existirem só três revistas brasileiras especializadas em História.

Não foi possível, entretanto, deixar de incluir uma quarta revista, que embora não exclusivamente dedicada à História, e nem pertencente a um Departamento de História, é editada por um Instituto fundado em 1838 e cuja criação, segundo RODRIGUES,<sup>5</sup> deu origem à pesquisa histórica no Brasil. Trata-se da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que desde 1839 vem sendo publicada com regularidade, e que é representativa do pensamento de todo um grupo de historiadores.

As características das revistas selecionadas são as seguintes:

- ANAIS DE HISTÓRIA (AH), publicada pelo Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, São Paulo, cujo primeiro número surgiu em 1968/69. Destina-se "à divulgação de trabalhos de professores e alunos" do referido departamento, além da "colaboração de trabalhos de áreas afins"<sup>6</sup>. De periodicidade anual, seu último volume data de 1977.

- ESTUDOS HISTÓRICOS (EH), publicada pelo Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, São Paulo, a partir de 1963, e interrompida em 1976. De periodicidade anual, "objetiva suprir as poucas oportunidades que o estudioso de História do Brasil tem de comunicar os resultados de suas pesquisas, estudos e pensamento, fornecendo-lhe um veículo de expressão e um meio para troca de experiências, para o intercâmbio de idéias e de recursos e para a circulação de informações; ... manter o licenciado entregue ao magistério de nível médio, informado do desenvolvimento e dos problemas recentes da ciência histórica, e ligado de certo modo à Faculdade que o informou e formou; ... manter pesquisadores e professores a par dos progressos da sua ciência, pondo ao seu alcance uma crítica conscienciosa à bibliografia mais recente, e um relacionamento dos recursos que se incorporam quase diariamente ao patrimônio cultural do país". Pretende ainda "trazer o debate pedagógico, procurando inovar e di-

namizar o ensino da História, para fazê-lo compatível com as necessidades do meio brasileiro e com o que se espera do historiador".<sup>6</sup>

- REVISTA DE HISTÓRIA (RH), do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Trata-se de um periódico trimestral, criado em 1950 e dirigido por Eurípedes Simões de Paula, e que foi publicado ininterruptamente até o ano de 1977. Destina-se à "divulgação sistemática de trabalhos históricos, não só de professores e assistentes, mas também de licenciados e alunos"; e a ser "traço de união entre a Faculdade e os professores de História do ensino normal e secundário, fornecendo-lhes bibliografias sempre atualizadas, resenhas críticas de obras recentes, interpretações novas de fatos históricos em geral, comentários desapassionados à margem de assuntos controvertidos e documentos antigos devidamente estudados. Tudo, enfim, quanto possa obviar, em parte, as naturais deficiências das bibliotecas existentes no interior do Estado. (...) Aceita trabalhos sobre quaisquer dos setores da História: econômico, social, político, religioso, literário, filosófico e científico".<sup>7</sup>

- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (RIHGB), editada pelo referido Instituto, com sede no Rio de Janeiro, desde 1839 e de periodicidade trimestral. Encontra-se atualmente no volume 323 referente aos meses de abril /junho de 1979.

Segundo o extrato dos estatutos do Instituto, ele tem por fim "coligir, metodizar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e Geografia do Império do Brasil" e, segundo reza seu artigo 3º do capítulo I, "publicará de três em três meses um folheto com o título seguinte - Revista Trimensal (sic) de história e geografia ... Nesta revista se publicarão, além das atas e trabalhos do Instituto, as memórias de seus membros que forem interessantes à história e geografia do Brasil; e assim também as notícias ou extratos de história e geografia das obras publicadas pelas outras sociedades e pessoas literatas, estrangeiras ou nacionais, precedendo a respeito delas o relatório de uma comissão do seu seio, para esse efeito nomeada".

Quanto ao período de análise das revistas, a princípio desejou-se estudar os dois últimos anos, i.é., 1978-79, já que se buscava basicamente a produção e as necessidades dos historiadores contemporâneos.

Tal período, entretanto, não foi possível, uma vez que as publicações selecionadas não estão atualizadas, tendo como ano em comum mais próximo o de 1976, o que obrigou o estudo a se concentrar nos anos de 1975-1976.

O número de fascículos por revista por ser visto na tabela que se segue:

TABELA 1

NÚMERO DE FASCÍCULOS POR REVISTA				
REVISTAS	Nº DE FASCÍCULOS			
	Por Ano		Total	
	1975	1976	nº	%
Anais de História (SP)	1	1	2	9,5
Estudos Históricos (SP)	1	1	2	9,5
Revista de História (SP)	4 + 1*	4	9	43,0
Revista do IHGB (RJ)	4	4	8	38,0
Total Geral	11	10	21	100,0

### 3.1.2 Seleção de Artigos

Uma vez selecionadas as revistas e o período, resolveu-se que a análise de citação se restringiria aos artigos referentes ao Brasil, produzidos por autores brasileiros, ou por estrangeiros residentes no País temporária ou permanentemente, i.é., especialistas visitantes ou não, ligados a alguma instituição brasileira. Dúvidas ocasionais sobre a nacionalidade de autores foram dirimidas sobretudo através de contatos informais.

Considerou-se artigo os trabalhos que nos sumários das revistas vinham relacionados sob a categoria "Artigos". Como no sumário da RIHGB não consta tal categoria, tomou-se como equivalente a intitulada "Originais".

\* A Revista de História embora trimestral, em 1975, quando completou 25 anos de existência, promoveu um número jubilar em dois tomos.

Os artigos sobre Historiografia brasileira não foram incluídos, uma vez que tais estudos não são de História mas acerca dela ou dos historiadores, o que resulta geralmente na limitação do material citado às obras produzidas pelo especialista em História. Assim, no cômputo geral apareceria talvez uma sobrecarga de fontes secundárias (obras de História) em detrimento das primárias, deformando os resultados.

O demonstrativo do número de artigos por fascículo pode ser visto na Tabela 2.

\* Tabela 2. Dedicado à publicação de trabalhos apresentados no Seminário Brasileiro-Americano sobre o período 1900-1910, patrocinado pelo IUPERJ, e que explicita a presença de artigos e de contribuições de autores estrangeiros.

TABELA 2

NÚMERO DE ARTIGOS POR FASCÍCULO DE REVISTA	
REVISTAS	Nº DE ARTIGOS
Anais de história (SP)	
Fascículo 1 (1975)	8
Fascículo 2 (1976)	10
Sub-total .....	18
Estudos históricos (SP)	
Fascículo 1 (1975)	7
Fascículo 2 (1976)	8
Sub-total .....	15
Revista de história (SP)	
Fascículo 1 (1975)	11
Fascículo 2 (1975)	7
Fascículo 3 (1975)	14
Fascículo 4 (1975)	7
Fascículo 5 (1975)	5
Fascículo 1 (1976)	10
Fascículo 2 (1976)	6
Fascículo 3 (1976)	4
Fascículo 4 (1976)	5
Sub-total .....	69
Revista do IHGB (RJ)	
Fascículo 1 (1975)	2
Fascículo 2 (1975)	23*
Fascículo 3 (1975)	6
Fascículo 4 (1975)	1
Fascículo 1 (1976)	1
Fascículo 2 (1976)	4
Fascículo 3 (1976)	2
Fascículo 4 (1976)	2
Sub-total .....	41
Total Geral .....	143

\* Fascículo dedicado à publicação de trabalhos apresentados no "Seminário Brasileiro-Americano sobre o período Regencial", patrocinado pelo IHGB, o que explica a presença de alto número de artigos e de contribuições de autores estrangeiros.

Dos 143 artigos correspondentes aos dois anos analisados, 79 preencheram os critérios adotados cuja relação se encontra no Anexo 1. Dentre os excluídos muitos eram sobre outras áreas da História, por exemplo, História Antiga, História da América, outros sobre a História do Brasil, mas escritos por estrangeiros e alguns poucos sobre Historiografia.

A tabela seguinte mostra a representatividade da área considerada em relação às excluídas.

TABELA 3

NÚMERO DE ARTIGOS DA ÁREA CONSIDERADA EM RELAÇÃO AO DAS EXCLUÍDAS					
REVISTAS	ÁREAS				Total
	História do Brasil	ÁREAS EXCLUÍDAS			
		Historiografia Brasileira	História do Brasil por Estrangeiros	Outras	
Anais de História	9	2	-	7	18
Estudos Históricos	5	1	-	9	15
Revista de História	39	2	5 + 1*	22	69
RIHGB	26	1	14	-	41
Total Geral	79	6	20	38	143

\* Nesta revista encontra-se um artigo de autor de nome Tarcísio Beal ou Boal (ambas as formas estão impressas), vinculado a uma instituição americana. Não foi possível saber a nacionalidade do autor, motivo pelo qual resolveu-se excluir o trabalho da análise, considerando-o de autoria de um estrangeiro.

### 3.1.3 Seleção de Referências

Dos 79 artigos que formam a base para este estudo foram excluídas as seguintes referências:

a) de natureza ilustrativa, i.é., aquelas que servem apenas como um dado complementar à biografia de figuras históricas tratadas nos artigos, a menos que as obras citadas fossem analisadas pelo autor citante.

Ex.: "Alfredo d'EscragnoUe Taunay foi sempre muito consciente de sua origem francesa e escreveu o seu livro mais famoso La Retraite de Laguna em francês e não em português".

b) localizadas em apêndices e anexos. Estas foram raramente encontradas e, de modo geral, costumam repetir o material citado e trabalhado no texto.

Com exceção dos casos mencionados acima, foram computadas todas as referências, independente de localização: em notas de pé de página, no próprio texto, em bibliografias no final do artigo, em tabelas ou quadros, e em epígrafes. Mesmo aquelas citações vagas, que não pretendam guiar o leitor a nenhum trabalho específico, do tipo "sobre a imigração italiana ver Lucy Maffei Hutter", foram incluídas.

Com relação à contagem do material citado a regra geral para cada artigo foi que um mesmo documento, citado

mais de uma vez, foi computado como documento único.<sup>11</sup>

Determinou-se critérios específicos para os seguintes casos:

a) nas diversas citações a um mesmo jornal, as diferentes datas constituíram referências isoladas;<sup>12</sup>

b) nas obras prefaciadas ou anotadas, caso viesse citado ora a obra em si, ora o autor do prefácio e/ou notas,<sup>13</sup> as citações foram contadas independentemente;

c) nas referências a documentos contidos em outros documentos ocorreram dois casos:

- leis, registros de sessões parlamentares e manuscritos impressos em coleções e/ou inventariados em catálogos, quando referenciados de forma completa, com a indicação, por exemplo, do número e/ou data, e não apenas com a da página da obra na qual estavam inseridos, levou-se em conta somente o documento em si; isso não acontecendo, computou-se a publicação em que esses documentos vinham divulgados;

- citações nas quais se recorreu à preposição "apud" apenas a citação direta foi incluída na contagem, como no exemplo abaixo, onde foi considerada a obra de Simonsen:

BALBI, Essai statistique sur le Royaume de Portugal, apud SIMONSEN, R.C. História econômica do Brasil.

São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1957. p. 271.

O total de referências produzidas pelos 79 artigos foi de 4.020 sendo que 41 não puderam ser corretamente

quantificadas, uma vez que os autores citantes não discriminaram o número de documentos utilizados:

Ex.: Arquivo Público Estadual de Pernambuco. Ofícios da Vila do Cabo, 1817;  
 Arquivo Histórico Ultramarino. Caixas de Pernambuco, 66;  
 Arquivo do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara, códices 57-3-5, 57-3-6 e 57-3-8;  
Documentos Históricos, vol. 13, p. 66-69 e seguintes;  
Offensiva (jornal) dos anos de 1936 e 1937;  
 Ver a Coleção de Legislação Portuguesa de Antonio Delgado da Silva;  
 Ver os Relatórios do Ministro da Fazenda.

Retirando-se as 41 referências incompletas encontradas, o total passou a ser de 3.979, distribuídas conforme mostra a Tabela 4.

TABELA 4

TOTAL DE REFERÊNCIAS OBTIDAS					
REVISTAS	Anais de História	Estudos Históricos	Revista de História	RIHGB	TOTAL
Nº de Artigos	9	5	39	26	79
Nº de Referências	331	326	1.916	1.406	3.979

### 3.2 Caracterização dos Citantes

O estudo dos citantes implicou na análise tanto dos autores quanto dos artigos no todo. Com relação aos primeiros procurou-se ver principalmente a produtividade, a formação acadêmica e o vínculo profissional; quanto aos artigos, buscou-se caracterizar sua forma original de apresentação e o conteúdo.

#### 3.2.1 Autores

Primeiramente verificou-se o número de autores por revista, o número de autores que colaboraram em mais de uma revista e, finalmente, a sua produtividade. (Tabelas 5 a 7).

No que toca à formação acadêmica dos autores, em virtude da inexistência de um cadastro de historiadores ou de pesquisadores nas áreas das Ciências Humanas e Sociais, tais dados foram obtidos nas notas explicativas dos artigos, em obras de referência,<sup>14</sup> e sobretudo através de contatos informais.<sup>15</sup> (Tabela 8). Pretendeu-se com isso, principalmente, verificar em que medida a Historiografia brasileira tem sido elaborada por historiadores profissionais, i.é., formados na Universidade.

Em seguida levantou-se o vínculo profissional ou associativo dos autores, de forma a verificar se a produção historiográfica analisada emanava exclusivamente ou não dos membros das instituições editoras das revistas. Para tanto, foram utilizadas as notas explicativas dos artigos. (Tabelas 9 e 10).

### 3.2.2 Artigos

O estudo dos artigos citantes envolveu dois aspectos: a identificação quanto à origem inicial e a análise do seu conteúdo.

#### 3.2.2.1 Forma Original de Apresentação

Tendo como base as notas explicativas que os próprios artigos por ventura trouxessem, buscou-se caracterizar o tipo de trabalho classificado como "artigos" ou "originais". Dentre aqueles sem notas explicativas havia alguns artigos "muito" extensos, i.é., com mais de cem páginas, aos quais foi atribuída a denominação de "Artigo Monográfico"; e outros que, com não mais de seis páginas, se limitavam a fazer apenas uma pequena apreciação sobre um ou mais documentos primários transcritos no próprio texto ou em anexo. A esses se deu o nome de "Documento Comentado". (Tabela 11).

#### 3.2.2.2 Conteúdo

Com relação ao conteúdo dos artigos procurou-se detectar possíveis preferências temáticas em nossos estudos históricos. Para tanto os temas de estudo foram analisados quanto à sua abrangência geográfica e temporal.

Na abrangência geográfica pretendeu-se ver se os assuntos tratados eram a nível geral, i.é., o Brasil como um todo, ou regional (local) (Tabela 12). Dentre os de nível regional, a distribuição dos temas de estudo foi feita segundo as Unidades da Federação (Tabela 13) e a sua concentração por regiões geográficas do Brasil pode ser vista no gráfico 1.

Quanto à abrangência temporal, procurou-se verificar os períodos históricos privilegiados. A divisão clássica da História do Brasil por regimes políticos foi o critério adotado: Colônia (1500-1822), Império (1822-1889) e República (1889-1981); para os temas que abarcaram mais de um período, estes foram fundidos em períodos mais abrangentes: Colônia/Império e Império/República; e, finalmente, para os casos em que o tema foi analisado dentro de toda uma evolução histórica, até os dias de hoje, adotou-se o termo "História Geral" (Tabela 14). O resultado conjunto das quatro revistas pode ser visto no gráfico 2.

### 3.3 Caracterização dos Citados

Os materiais utilizados no campo da História são muito variados, incluindo todos os tipos de fontes impressas ou não, cobrindo vários assuntos e consideráveis períodos de tempo. Diante disto a caracterização do material citado foi uma tarefa extremamente complexa.

As principais características consideradas foram: a classe dos documentos, i.é., se primários ou secundários; os principais tipos de documentos e a importância relativa deles; o país de publicação ou de localização dos documentos, sendo que com relação ao Brasil, especificou-se a análise quanto aos Estados da Federação; e a frequência de títulos.

#### 3.3.1 Classes e Tipos de Documentos

Tendo em vista a enorme variedade de material contendo informações históricas, cinco grandes classes foram

criadas: documentos primários "manuscritos"; documentos secundários não impressos; documentos primários e secundários impressos; comunicações informais; e não identificados.

As classes envolveram essencialmente um dos conceitos fundamentais na História, i.é., o de documentos primários e secundários. Foram considerados primários aqueles documentos contemporâneos aos fatos, i.é., descritos ou produzidos na mesma época: "São as fontes registradas por testemunhas oculares ou por pessoas que se pode assumir que o foram, pelos próprios participantes dos eventos descritos, ou por pessoas que estavam em posição de conhecê-los"<sup>18</sup>  
 Todas as outras fontes são secundárias.<sup>19</sup>

Dentro de cada classe, os materiais foram distribuídos por tipos de documento. Para uma melhor visualização destas classes e dos tipos de documentos pertencentes a cada uma delas ver o esquema seguinte:

---

CLASSE: Documentos Primários "Manuscritos"

---

TIPOS	<p>Manuscritos</p> <p>Originais: datilografados, mimeografados, em microfilme ou xerox</p> <p>Impressos: (transcritos) em coleções de documentos primários ou em catálogos</p>
-------	--

---

CLASSE: Documentos Secundários Não Impressos

---

TIPOS	<p>Teses e Dissertações</p> <p>Outros</p>
-------	---

---

CLASSE: Documentos Primários e Secundários Impressos

---

TIPOS	<p>Obras de referência: almanaques dicionários especializados outras</p> <p>Legislação</p> <p>Monografias</p> <p>Coletâneas</p> <p>Revistas</p> <p>Jornais</p> <p>Anais de: reuniões científicas do Parlamento da Câmara do Senado das Assembléias Legislativas Provinciais ou Estaduais</p> <p>Relatórios governamentais ou administrativos</p> <p>Outros</p>
-------	--

---

CLASSE: Comunicações Informais

---

TIPOS	<p>Cartas</p> <p>Entrevistas</p> <p>Outros</p>
-------	--

---

CLASSE: Não Identificados

---

### 3.3.1.1 Documentos Primários "Manuscritos"

Na classe Documentos Primários "Manuscritos" foram incluídos todos os documentos primários que em si não possuíam notas tipográficas, tais como os próprios manuscritos, originais destes em microfilme ou xerox, e manuscritos transcritos, fossem eles datilografados, mimeografados ou impressos em coleções de documentos e/ou inventariados em catálogos, repertórios, etc. Com isso procurou-se manter agrupados todos os documentos manuscritos independentemente da forma posterior que tomaram.

### 3.3.1.2 Documentos Secundários Não Impressos

A classe de Documentos Secundários Não Impressos abarcou todos os documentos que possuem um âmbito de circulação restrita, comumente conhecidos pelo nome de pré-impressos (preprints) ou de canais semiformais de informação.

Estes documentos foram divididos em dois grupos: "Teses e Dissertações" de cursos de pós-graduação e "Outros", onde constam trabalhos apresentados em reuniões científicas, trabalhos mimeografados ou datilografados, trabalhos no prelo ou a serem editados e trabalhos em elaboração.

### 3.3.1.3 Documentos Primários e Secundários Impressos

Na classe dos Documentos Impressos, a distinção entre primários e secundários se tornou bastante complexa,

uma vez que muitos dos tipos de documentos nela contidos cumpriam ora a função de fontes primárias ora a de fontes secundárias. Esse é principalmente o caso dos jornais, das revistas e das monografias. Quanto aos jornais, pelas datas, pôde-se saber se eram contemporâneos aos fatos descritos ou não; com as revistas o problema se intensificou um pouco, sobretudo pelo fato dos dados estarem incompletos em certas citações, mas de modo geral conseguiu-se identificar as de natureza primária. O problema maior foi com relação às monografias, sobretudo porque em muitas delas a data de publicação citada não correspondia à da primeira edição, havendo ainda casos onde o conhecimento do próprio conteúdo das monografias se impunha. Através de conhecimentos pessoais, de contatos informais e de obras de referência<sup>20</sup>,<sup>21</sup> entretanto, conseguiu-se solucionar, em parte, os problemas ora levantados, o que se verificará na fase de análise dos resultados.

Nesta classe, a mais ampla de todas, faz-se necessário conceituar alguns dos critérios adotados:

a) Nas obras de referência, achou-se interessante destacar, dentre as demais, aquelas que por terem sido mais citadas, talvez sejam de particular interesse para os historiadores, quais sejam, os Almanques e os Dicionários especializados em História, embora estes últimos nem sempre sejam exclusivamente dedicados à História;

b) Em Legislação foram incluídas todas as coleções de leis, atos, decisões, estatutos, etc., fossem elas publicações oficiais ou organizadas por pessoas físicas;

c) Em Coletâneas foram arrolados aqueles trabalhos cujas partes são de autores diversos, sob a responsabilidade de um coordenador, organizador ou editor;

d) Em Revistas considerou-se também as citações de separatas;

e) Em Anais foram agrupadas todas as citações a reuniões, independentemente da sua natureza. Nos de reuniões estão relacionadas todas aquelas citações referentes a encontros científicos, tivessem eles o nome de Congresso, Colóquio, Simpósio, etc.;

f) Em Outros foi incorporado todo o material bibliográfico que, embora muito específico, não justificava vir discriminado, em razão do pequeno número de referências.

#### 3.3.1.4 Comunicações Informais

As citações referentes a comunicações interpessoais, que se realizaram oralmente ou através de cartas, foram incluídas nesta classe.

#### 3.3.1.5 Não Identificados

Foram consideradas "Não Identificadas" as citações vagas e/ou incompletas e que não puderam ser completadas. Tais citações são referentes a prováveis monografias sem notas tipográficas e a documentos primários do século XVI ao XX, que por não possuírem nenhuma indicação quanto às suas características e/ou localização físicas, não puderam ser inseridas em qualquer das classes estabelecidas.

Uma vez caracterizado o material citado, de acordo com o esquema exposto, verificou-se o número de referências que cada classe e cada um dos seus respectivos documentos receberam. (Tabela 17).

### 3.3.2 País de Publicação e/ou de Localização

Todas as citações encontradas nas três primeiras classes, i.é., as dos Documentos Primários "Manuscritos", Documentos Secundários Não Impressos e Documentos Primários e Secundários Impressos, foram tabuladas quanto ao país de publicação ou de localização, a partir das informações dadas pelos autores citantes. No que se refere aos documentos citados sem local, não se procurou identificá-los exceto o dos documentos depositados em arquivos ou bibliotecas, dada a fácil localização destes. (Tabela 20). Para os documentos com mais de um local de publicação, considerou-se apenas o primeiro país citado.

Com relação ao material publicado ou localizado no Brasil fez-se o mesmo, tabulando-se as referências por Estados da Federação, com exceção das referentes à legislação e aos documentos secundários não impressos inseridos na categoria "Outros", uma vez que na sua grande maioria vinham sem indicação do local. (Tabela 21).

### 3.3.3 Frequência de Títulos

De posse do número de referências por tipos de documentos buscou-se identificar, dentre os mais citados, a frequência de seus títulos e quais os de maior incidência. (Tabelas 23 a 26 e Anexos 2 ao 5).

Os títulos foram relacionados por tipos de documentos, em ordem decrescente de frequência, com exceção dos de frequência um e dois. Ao lado do número total de citações foi incluído o total parcial de citações e de artigos citantes, por revista.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E NOTAS

- (1) Periódicos e revistas são considerados sinônimos nesta dissertação.
- (2) Foram as seguintes as obras de referência consultadas:
- IBBD. Periódicos brasileiros de cultura. Rio de Janeiro, 1968;
- IBICT. Periódicos brasileiros de ciência e tecnologia. Rio de Janeiro, 1977;
- IBICT. Catálogo coletivo de publicações periódicas em ciências sociais e humanidades. Rio de Janeiro, 1978. 2. v.;
- HISTORICAL periodicals; an annotated world list of historical and related serial publications. Santa Barbara, California (etc.), Clio Press, 1961.
- (3) O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, através do fichário Kardex, e o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, através da lista de periódicos de interesse para seus pesquisadores.
- (4) LAPA, José Roberto do Amaral. A História em questão; historiografia brasileira contemporânea. Petrópolis, Vozes, 1976. 204 p. p.27.
- (5) RODRIGUES, José Honório. A pesquisa histórica no Brasil. 3.<sup>a</sup> ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, Brasília, INL, 1978. 306 p. p.37
- (6) Informação retirada da própria revista.

- (7) PAULA, E. Simões de. O nosso programa. Revista de História, 1 (1): 1-2, jan/mar. 1950.
- (8) EXTRATO dos estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1 (1): 22, 1º trimestre de 1839.
- (9) A limitação do período a dois anos deveu-se principalmente ao volume de dados coletados, tanto em número de artigos citantes quanto de referências (cerca de 4.000) e ao fato de terem sido analisados manualmente.
- (10) Informações obtidas com o Professor Américo Jacobina Lacombe (RJ) e com a Sra. Maria Regina Simões de Paula (SP).
- (11) A adoção desse critério se deveu ao fato de que o interesse desta dissertação se concentra no levantamento do material utilizado pelos historiadores e não na sua função quanto a elaboração dos artigos.
- (12) Para se manter um critério único, nos poucos casos em que dois ou mais artigos publicados em um mesmo número de jornal foram citados, computou-se uma só vez, até porque raramente os autores citantes desceram a minúcias nas suas citações a este tipo de documento. De modo geral se limitaram a dar-lhe o nome, dia, mês e ano.
- (13) Nestes casos trata-se praticamente de dois trabalhos em uma única impressão, onde às vezes o prefácio e/ou notas são de igual ou maior importância que o texto principal.

- (14) Foram consultadas as seguintes obras de referência:  
COUTINHO, Afrânio, ed. Brasil e brasileiros de hoje.  
Rio de Janeiro, Sul Americana, 1961, 2v.;  
GRANDE enciclopédia Delta Larousse. Rio de Janeiro,  
Delta, 1974. 15v.
- (15) Contatos informais com os seguintes especialistas: -  
Américo Jacobina Lacombe, Eduardo da Silva, Maria  
Amélia Miqueis, Maria Regina Simões de Paula, Nícia  
Vilela Luz, Regina Helena Tavares; e com algumas das  
instituições a que pertenciam os autores citantes.
- (16) Na análise da abrangência geográfica não foi levado  
em conta um artigo da RIHGB referente a dois viajan-  
tes do século XIX, na medida em que pareceu arbitrário  
decidir sobre a importância da atuação de tais  
personagens, se nacional ou regional.
- (17) Na análise da abrangência temporal foi excluído um  
artigo da Revista de História sobre arqueologia (pré-  
história), por não se referir a nenhum dos períodos  
adotados.
- (18) MCANNALY, Arthur Monroe. Characteristics of materials  
used in research in United States History.  
Chicago, The University of Chicago, 1951. 185 p.  
(Tese de Doutorado não publicada. Cópia na Biblio-  
teca da Fundação Casa de Rui Barbosa). p.118.
- (19) O significado do que seja documento primário e secun-  
dário na área da documentação tem uma conotação to-  
talmente diversa. Para a Biblioteconomia documento  
primário é um documento "original", que não resulta

de um processo de documentação, enquanto que o secundário é o que contém dados ou informações acerca de documentos primários como, por exemplo, bibliografias. WERSIG, Gernot & NEVELING, Ulrich, comp. Terminology of document. Paris, The UNESCO Press, 1976. p.92-93.

(20) Informações obtidas com os especialistas Gilberto Ferraz e Eduardo da Silva.

(21) Foram consultadas as seguintes obras de referência:-  
BERGER, Paulo. Bibliografia do Rio de Janeiro de viajantes e autores estrangeiros. Rio de Janeiro, São José, 1964;

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Dicionário bibliográfico brasileiro. Rio de Janeiro, Tip. Nacional, 1883. 7v.;

MELO, Luís Correia de. Dicionário de autores paulistas. São Paulo, Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, Serviços de Comemorações Culturais, 1954;

MORAIS, Rubens Borba de. Bibliografia brasileira do período colonial. São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, 1969;

\_\_\_\_\_. Bibliografia brasiliana. Amsterdam, Rio de Janeiro, Colibris Ed. Ltda, 1958. 2v.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Antes de se entrar propriamente na análise dos citantes e dos citados, faz-se necessário salientar alguns aspectos relativos aos periódicos em si, que como literatura são um produto científico e, portanto, de sua análise pode-se obter alguns indicadores sobre a situação da pesquisa histórica no País.

Em primeiro lugar, o número limitado de revistas especializadas em História e sua concentração maciça em São Paulo. Além disso, o fato de outros departamentos e centros de pesquisa de História existentes no Brasil, sobretudo os do Rio de Janeiro, não editarem revistas que sejam um canal de divulgação dos resultados das suas pesquisas.

É importante também ressaltar que, quanto à periodicidade, nenhuma das revistas está atualizada, o menor intervalo de publicação é trimestral e duas só lançam um único fascículo por ano.

O que acima se constatou, em parte talvez se explique na medida em que as nossas Universidades, como a Federal do Rio de Janeiro "e as mais antigas federais, como Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, e todas as demais em geral cuidaram somente da formação de professores para o nível secundário e não formaram historiadores, pesquisadores, professores de nível superior. A exceção foi a Universidade de São Paulo..." Esta afirmação é confirmada por SCHWARTZMAN quando enfatiza que o objetivo primeiro da Universidade de São Paulo (USP) é promover a

Ciência pela pesquisa em tempo integral, sendo "o professor secundário apenas uma espécie de subproduto de alta qualidade", havendo uma inversão de prioridade em relação ao modelo federal. Verifica-se, por conseguinte, a ausência, nesses estados, de demanda para a criação de veículos de divulgação dos resultados de pesquisa. Por outro lado, mesmo onde a atividade de pesquisa ocorre, talvez não se faça de forma muito expressiva, o que justificaria a periodicidade em intervalos longos (trimestral e anual) das revistas. Esta falta de demanda, entretanto, talvez decorra menos pelo limitado número de trabalhos de pesquisa ou por falta de especialistas capazes, do que por deficiências de verbas ou de instituições científicas dispostas a promovê-las e a financiá-las.

LAPA afirma que é o limitado número de revistas especializadas e sua periodicidade irregular que têm contribuído para que os historiadores "sejam constrangidos a esperar em média, um ano, para verem seus trabalhos publicados, dado o volume de matéria que as revistas recebem"; e que é este mesmo motivo que tem levado a que publiquem em revistas como "Dados, Estudos Cebrap, Discurso (USP), Revista Brasileira de Estudos Políticos, Transformação (FFCL de Assis), Ciência e Cultura (SEPC), Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (USP), e em suplementos literários como dos <sup>3</sup> jornais O Estado de São Paulo, Jornal do Brasil e Minas Gerais".

Quanto ao número de artigos por fascículo, as revistas Anais de História e Estudos Históricos apresentaram

um equilíbrio na sua distribuição (ver Tabela 2.)... Entretanto, o mesmo equilíbrio não ocorreu na Revista de História e muito menos na RIHGB na qual, mesmo excluído o número dedicado aos Anais do Seminário sobre Regência (23 artigos), alguns fascículos apresentaram o sêxtuplo de artigos do que outros.

Quanto à média de artigos por ano, esta foi de 7,5 na revista Estudos Históricos e de 9 na Anais de História, não chegando nem a um artigo por mês. Com relação à Revista de História e à RIHGB, como nos anos de 1975-76 ambas apresentaram números especiais, tornou-se difícil calcular a média. Na RIHGB computando-se o fascículo de 23 artigos acima mencionado, a média foi de 20,5 artigos por ano e, excluindo-o, esta média caiu para 9. Na Revista de História, considerando-se ou não o fascículo extra, comemorativo do ano jubilar da revista, a média foi de mais de dois artigos por mês, sendo esta, portanto, a mais produtiva.

Quanto ao que estas revistas publicaram em termos de áreas da História, i.é., História do Brasil ou outras, dos 143 artigos existentes nos anos analisados (ver Tabela 3.)... 55,2% preencheram os critérios adotados. Se acrescentarmos a esta percentagem os 20 artigos também sobre História do Brasil, mas escritos por estrangeiros, a percentagem de comunicações relativas ao Brasil sobe para 69,2% e para 73,4% se forem incluídos os 6 que tratam de Historiografia brasileira. O total devotado a outros campos da História foi de apenas 26,5%. Entretanto, este percentual ana-

lisado isoladamente com relação a cada revista, tomou outras proporções. A Revista Estudos Históricos dedicou 60% a outras áreas que não a da História do Brasil, entrando em contradição com seus objetivos, enquanto que a RIHGB foi inteiramente devotada ao Brasil. As duas restantes publicaram sobre outros temas, respectivamente, 39% (AH) e 32% (RH).

Dos 20 artigos de História do Brasil escritos por estrangeiros, distribuídos apenas na Revista de História e na RIHGB, 18 eram de autores vinculados a instituições americanas (90%), sendo que destes, 13 se justificam em função do "Seminário Brasileiro-Americano sobre o período regencial" cujos anais foram publicados pela RIHGB. Dos outros dois, um era vinculado a uma instituição do Uruguai, e outro a uma de Israel.

A presença marcante de americanos na historiografia estrangeira sobre o Brasil é fato notório. Na realidade os Estados Unidos lideram "a produção bibliográfica mundial especializada em América Latina é Brasil"<sup>4</sup>.

#### 4.1 Caracterização dos Citantes

Os citantes incluem autores e artigos. No que diz respeito aos autores, buscou-se conhecer, com o tipo de análise que a seguir se apresenta, o perfil da comunidade a qual pertencem.

Com relação aos artigos, procurou-se averiguar a função do periódico na área e possíveis tendências temáticas na Historiografia brasileira.

## 4.1.1 Autores

Os 79 artigos analisados foram produzidos por 72 autores que não escreveram em colaboração, com exceção de um artigo da RIHGB. O número de autores por revista, apresentou-se conforme pode ser visto na tabela abaixo:

TABELA 5  
NÚMERO DE AUTORES POR REVISTA

Revistas	Nº de Autores	Nº de Artigos	Nº de Autores c/ mais de 1 Artigo
Anais de História	9	9	-
Estudos Históricos	5	5	-
Revista de História	38	39	1
RIHGB	21+1*	26	4

A produção de trabalhos de pesquisa de forma isolada parece ser uma constante na área de História. Segundo <sup>5</sup>MEADOWS, que estudou os processos de comunicação na ciência, nos anos 50, 95% dos trabalhos de pesquisa naquela área foram escritos por autores únicos. O mesmo entretanto não ocorre nos principais ramos da ciência, onde o século XX tem testemunhado um crescente aumento no número de trabalhos assinados por mais de um autor. Para <sup>6</sup>PRICE os artigos de autoria única tendem a desaparecer sobretudo nos campos mais ativos onde o conhecimento se difunde através da colaboração.

A taxa de crescimento, entretanto, tem variado de acordo com a área de assunto: na Física, a percentagem de trabalhos assinados por um único autor caiu de 75% nos anos

---

(\*) Em colaboração.

20, para 39% nos anos 50, na Psicologia, de 84% para 55% e na Sociologia, de 98% para 72%. MEADOWS ainda afirma que fora a Sociologia, as restantes Ciências Sociais não apresentaram nenhuma variação na percentagem de trabalhos de autores únicos, durante a primeira metade do século XX.

Curioso observar também que o único trabalho em colaboração tenha ocorrido na RIHGB e não nas revistas ligadas às entidades de ensino, onde acredita-se haver muito mais oportunidade de colaboração em equipes tipo professor/aluno. "A múltipla autoria é uma consequência da institucionalização e do apoio econômico da pesquisa científica" e nas Ciências Sociais a pesquisa talvez ainda seja resultado de esforços individuais, mesmo quando financiada por instituições. Segundo COSTA, para os que pensam como G. Ritter "nenhum trabalho de equipe conseguiu produzir algo comparável ao esforço individual dos grandes historiadores, e toda criação em História é, em suma, obra de um indivíduo. Em todo caso, na Inglaterra e, principalmente na França, na Rússia e nos Estados Unidos, assim como nos países onde prevalecem as tendências marxistas, tem-se procurado estimular os trabalhos em grupo".

O número de autores que colaboraram em mais de uma revista pode ser visto na tabela seguinte.

TABELA 6

## COLABORAÇÃO DE AUTORES POR PERIÓDICOS

Número de Autores	Periódicos
8	Anais de História
5	Estudos Históricos
36	Revista de História
20+1	RIHGB
1	Anais de História/Revista de História
1	Revista de História/RIHGB

Os autores que colaboraram em mais de uma revista se resumiram a dois: um, da Universidade Federal de Pernambuco, provavelmente em decorrência da inexistência de canais próprios para divulgar seus trabalhos, e outro, sócio do IHGB e Diretor do Centro de História Franciscana no Brasil.

A produtividade média dos autores foi de 1,1 que, se comparada com a verificada em outras ciências, é bem mais baixa:

TABELA 7

## NÚMERO DE ARTIGOS POR AUTOR

Nº de Autores	Nº de Artigos p/Autor	Total de Artigos	Total Acumulado
1	3	3	3
6	2	12	15
64+1	1	64	79

Dois anos de análise da produção histórica parecem ser muito pouco para uma avaliação da produtividade dos au-

11  
 tores. MEADOWS, no entanto, afirma que, em meados dos anos 60, o cientista médio publicou um trabalho de pesquisa a cada dois anos. Além disso, é impossível especular se um maior período de análise alteraria a produtividade, em razão do limitado número de revistas existentes e de fascículos que elas possuem. Em um estudo sobre periódicos brasileiros de Botânica verificou-se, em dois anos (1971-1972), que a média de artigos por autor foi de 3.2.

12  
 De acordo com estudos feitos, os cientistas mais produtivos estão geralmente filiados às Universidades, e como um grupo, os de vida acadêmica são os mais estimulados à pesquisa. Realmente, as Universidades tendem a incentivar uma ética de pesquisa que reforça o valor da alta produtividade.  
 13

A produtividade não está relacionada unicamente com a habilidade intrínseca do cientista, mas também com suas motivações para a pesquisa, o que parece ocorrer mais freqüentemente no meio acadêmico. Nas Universidades a publicação de trabalhos é um item importante para promoção e prestígio, e o grupo de pesquisadores é maior. Tais fatores tendem a levar os cientistas a serem mais produtivos, inclusive pelos diversos contatos que mantêm com especialistas trabalhando com problemas semelhantes ou paralelos.

Em razão do que foi acima dito, era de se esperar que os autores mais produtivos fossem os das revistas de São Paulo, i.é., as oriundas de departamentos universitários. No entanto, tal fato não ocorreu. Por outro lado, a

produtividade depende também do tempo disponível para pesquisa. Os autores vinculados às faculdades editoras das revistas, o eram na qualidade de professores tendo, portanto, obrigações de ensino. Mas, mesmo assim, parece que os pesquisadores de horário integral na realidade produzem, em média, menos que aqueles que devotam apenas parte do seu tempo à pesquisa. Estes, por diversificarem suas atividades, produzem mais.<sup>14</sup>

O que se pode perguntar, então, é se as nossas Universidades estão oferecendo motivações e/ou oportunidades à pesquisa na área.

A produtividade dos historiadores também não coincidiu com os padrões verificados por LOTKA para a literatura científica.<sup>15</sup>

Aplicando-se a Lei de Lotka à produtividade dos autores citantes, para 65 autores publicando 1 artigo deveria haver 16 autores publicando 2 artigos, 7 publicando 3, etc. E o que se verificou foi apenas 6 produzindo 2 artigos e 1 produzindo 3.

Embora, para o emprego dessa lei, um dos requisitos seja o estudo abranger número de anos "suficientemente grande"<sup>16</sup> não se acredita, como dito anteriormente, que um período maior alterasse os resultados, ocasionando aderência à Lei, devido a inexistência de atividade de pesquisa significativa. Para tanto seria necessário a presença de grandes produtores, o que não foi constatada. Sua aplicação nas Ciências Humanas é, no entanto, viável, conforme demonstra o estudo feito em 10 anos de publicação de um periódico especializado em História da Tecnologia.<sup>17</sup>

Com relação à formação acadêmica, a produção historiográfica analisada demonstrou não ser assinada unicamente por historiadores de formação histórica universitária.

TABELA 8

## PRODUTIVIDADE DE AUTORES SEGUNDO A FORMAÇÃO ACADÊMICA

	REVISTAS				Total
	Anais de História	Estudos Históricos	Revista de História	Rev. IHGB	
Antropologia	-	-	1	-	1
Arquitetura	-	-	1	1	2
Biblioteconomia	-	-	-	1	1
Comunicação	-	-	-	1	1
Diplomacia	-	-	-	1	1
Direito	-	-	-	7	7
Economia	-	-	2	-	2
Filosofia	-	-	1+1*	1+1*	4
História	8	4	28	1	41
Geografia	1*	-	1*	-	2
Letras	-	-	1	-	1
Sociologia	-	1	-	-	1
Não Identif.	-	-	2	8	10
Total	9	5	38	22	74

Dos 72 autores únicos, 57% têm a História como sua formação acadêmica, sendo que por periódico esta percentagem variou consideravelmente: nos Anais de História é de

(\*) Tratam-se dos mesmos autores.

88,8%, na Estudos Históricos, 80%, na Revista de História, 73,6% e na RIHGB, apenas 4,5%, representada por uma autora não associada ao Instituto. Os 21 autores restantes, cuja formação acadêmica pôde ser identificada, e que representaram 21,1% do total de autores, estão distribuídos por uma gama bastante grande de outras áreas do conhecimento, onde sobressaiu a de Direito (9,7%), entre os autores da RIHGB.

É importante observar que as revistas de criação mais recente, quais sejam, as das Faculdades de Assis e Marília, são as que menos receberam colaborações de especialistas de outras formações, e que, em contrapartida os autores da mais antiga (RIHGB) são, em quase sua totalidade de outras áreas.

A formação universitária do historiador está se tornando uma exigência cada vez maior, tanto em função das mudanças de concepção do que é História, como das novas metodologias e técnicas adotadas nas pesquisas.

O número significativo de profissionais de outras áreas, sobretudo nas revistas mais antigas, é fruto do que foi visto anteriormente, quando se falou acerca da evolução da pesquisa histórica no Brasil. Esta situação se explica, em grande parte, pela criação relativamente recente dos cursos de História no País (1934) e "à recente configuração científica dos estudos históricos no Brasil".

A presença de sociólogos, economistas e antropólogos confirma a colaboração dos cientistas sociais para a renovação dos estudos históricos no Brasil, tanto em ter-

mos dos temas estudados, quanto em termos de metodologia. A atuação desses cientistas, pelo que tudo indica, perdurará, se é que não tenderá a crescer. Como questiona RODRIGUES:<sup>19</sup> no país em que o governo abole o estudo de História, incluindo-o nas Ciências Sociais, não reconhece a profissão de historiador e pesquisador de História, e não cria mercado de trabalho, quem vai querer especializar-se em História?

A colaboração com cientistas de outras áreas é certamente um fator de enriquecimento da produção, em virtude de levar a visão de diferentes especialistas para um mesmo problema. Segundo CARDOSO,<sup>20</sup> o motor da evolução recente da História foi e continua a ser o contato com as demais Ciências do Homem, que levou os historiadores a se interessarem "pelos fatos recorrentes, ao lado dos singulares - a partir de 1930 aproximadamente - e pelas realidades conscientes, juntamente com as que pudessem ter fugido à consciência dos contemporâneos ...". Entretanto, na medida em que a produção não se faz em colaboração, o enriquecimento interdisciplinar talvez não esteja ocorrendo. "O desejo de promover uma colaboração mais estreita entre as Ciências Sociais e a História, tem permanecido, quase sempre, no campo das teorias e as raras tentativas feitas neste sentido não podem ainda ser consideradas particularmente bem sucedidas".<sup>21</sup>

Com relação ao aspecto do vínculo dos autores com as instituições editoras das revistas verificou-se que a produção analisada não emanou exclusivamente delas. Na realidade, a colaboração de membros de outras instituições foi muito grande, embora esta não fosse um objetivo explícito de nenhuma das revistas.

TABELA 9

## VÍNCULO DOS AUTORES COM AS INSTITUIÇÕES EDITORAS DAS REVISTAS

REVISTAS	Com a Instituição Editora		Com outras Instituições		Não Identificados	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Anais da História	4	44	5	56	-	-
Estudos Históricos	2	40	3	60	-	-
Revista de História	16	42	17	45	5	13
R.I.H.G.B.	14	64	3	14	5	22

Os autores vinculados às instituições editoras, são na qualidade de professores ou de sócios, em se tratando da RIHGB.

Como se vê acima, nas revistas Anais de História, Estudos Históricos e Revista de História a contribuição de autores de outras entidades chega a ser maior, o que é um indicador de que esta presença de elementos de fora ocorre em função da baixa produtividade dos pesquisadores dos órgãos editores, e/ou porque falta às instituições dos primeiros, canais próprios de divulgação. A percentagem da RIHGB chegaria a 36%, se se acrescentassem os 22% de autores não identificados, que provavelmente não são associados ao IHGB uma vez que um sócio dificilmente não seria identificado como tal. Talvez o mesmo pudesse ser feito com relação à Revista de História que, pelo mesmo motivo, teria seu percentual de colaboradores extra-institucionais aumentado para 58%, confirmando o que escreve MOTA: a Revista de História tem funcionado "como verdadeiro polo centralizador da produção lo-

cal, acolhendo resultados de pesquisas e reflexões de grande quantidade de mestres estrangeiros e de outros Estados. A interdisciplinaridade, meta da Faculdade de Filosofia, concretizou-se ... na Revista que, ..., fora criada sob a inspiração da Revista Annales, sabidamente aberta às diversas disciplinas que estudam o homem em sociedade".

Quanto aos autores não pertencentes às instituições editoras das revistas, seus vínculos profissionais são demonstrados na tabela seguinte:

TABELA 10

VÍNCULO DOS AUTORES NÃO PERTENCENTES ÀS INSTITUIÇÕES EDITORAS DAS REVISTAS

REVISTAS	INSTITUIÇÕES										
	UNIVERSIDADES OU ESTABELECIMENTOS ISOLADOS DE ENSINO NO BRASIL					UNIVERSIDADES NO EXTERIOR			OUTRAS INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS		
	PE	RJ	SP	OUTROS	SUB TOTAL	EUA	FR	SUB TOTAL	RJ	SP	SUB TOTAL
ANAIS DE HISTÓRIA	1	-	3	-	4	1	-	1	-	-	-
ESTUDOS HISTÓRICOS	-	1	1	1	3	-	-	-	-	-	-
REVISTA DE HISTÓRIA	2	-	5	5	12	1	1	2	2	1	3
R.I.H.G.B.	-	1	-	-	1	1	-	1	1	-	1
T O T A L	3	2	9	6	20	3	1	4	3	1	4

Diante desta tabela e da anterior pode-se observar uma ligação bastante estreita entre a produção dos trabalhos históricos e os estabelecimentos de ensino e pesquisa no país ou no exterior. Dos 72 autores citantes, 63,8% estão vinculados às Universidades ou Institutos Isolados de Ensino.

23  
 CARDOSO, escrevendo sobre o papel do historiador da América Central, afirma que "o historiador centro-americano se move em um ambiente universitário - e em particular em um ambiente de estudos históricos -...". O mesmo parece acontecer no Brasil, sobretudo em São Paulo, que é o nosso maior centro de estudos históricos.

Só no presente estudo pode-se notar que as Universidades ou Institutos Isolados de Ensino, em São Paulo, contribuíram com 42,4%, seguidos muito de longe pelos de Pernambuco (4,1%) e Rio de Janeiro (2,7%). Segundo LAPA, <sup>24</sup> fora o Estado de São Paulo, "outros Estados, graças às suas Universidades, têm desenvolvido os estudos de História do Brasil, ..., sendo de destacar-se, nesse sentido, o Rio de Janeiro, o Paraná, a Bahia, Pernambuco, aos quais se acrescentam Goiás e Minas Gerais".

Muito embora as revistas tenham recebido colaboração de professores oriundos das Universidades sediadas nos locais destacados acima, essa cooperação não é significativa. Os estudos de História do Brasil podem estar sendo desenvolvidos nessas Instituições, não resultando, entretanto, na publicação de artigos nas revistas aqui analisadas. Os resultados podem estar sendo divulgados sob outras formas documentárias ou em outros periódicos.

A evolução dos estudos de História do Brasil, <sup>25</sup> à soma da Universidade, se deve, em grande parte, aos estímulos e exigências que a reformulação do ensino universitário (de 1968) criou em termos de pós-graduação. E tudo in-

dica que se intensificará, na medida em que a pesquisa histórica tiver que ser cada vez mais institucionalizada "por imposições científicas que vão dos equipamentos sofisticados à integração das ciências do Homem que são exigidos do historiador em nossos dias. Para tanto a individualização e o autodidatismo vão encontrando dificuldades insuperáveis para sobreviver".

Os autores vinculados às Universidades no exterior são provavelmente professores visitantes.

A colaboração dos centros de pesquisa histórica limitou-se à do Centro de História Franciscana no Brasil, o que talvez indique que os demais existentes no país possuem outros canais próprios para a divulgação de seus trabalhos, que não a revista especializada em História, ou não produzem.

#### 4.1.2 Artigos

Os artigos citantes foram vistos quanto à forma original de apresentação e conteúdo.

##### 4.1.2.1 Forma de Apresentação

A distribuição dos artigos, de acordo com as características indicadas pelos próprios autores em notas de pé de página e com o que se resolveu denominar "Artigo Monográfico" e "Documento Comentado", pode ser vista na tabela que se segue:

TABELA 11

## CATEGORIZAÇÃO DE ARTIGOS CITANTES SEGUNDO SUA ORIGEM

Revistas	Artigos	Artigo Mo- nográfico	Trabalhos Apresen- tados em Reuniões Científicas	Trabalhos Apresen- tados em Cursos de Pós-Graduação	Partes de Livro	Trabalhos Origi- nalmente Publi- cados em Jornal	Documento Comentado	Total
Anais de História	4	-	2	2	1	-	-	9
Estudos Históricos	4	-	-	1	-	-	-	5
Revista de História	28+4*	-	5	-	1	1	-	39
RIHGB	10	3	10	-	-	1	2	26
Total	50	3	17	3	2	2	2	79

(\*) Estes 4 artigos estão caracterizados como resultantes de projetos de pesquisa em andamento.

Buscou-se com isso duas coisas: primeiramente, dar uma visão da variedade dos trabalhos publicados. Em segundo lugar, ver em que medida esta diversidade afetou o número de referências ou a sua forma de apresentação. Estes dois aspectos, entretanto, serão tratados mais adiante, quando da análise das citações e dos padrões de citação encontrados. Aqui limitar-se-á à análise das funções do periódico de História.

Dentre os "Artigos", que correspondem a ca.63% da amostragem, quatro foram definidos como sendo resultantes de projetos de pesquisa em andamento, sendo que um em equipe. Quanto aos aspectos de pesquisa em grupo, dois historiadores manifestaram-se de forma diversa. Para LAPA,<sup>27</sup> as "investigações dos historiadores no âmbito universitário vão resistindo cada vez mais ao cunho individualista que até agora predominou nesse sentido. Certos projetos, pelas suas dimensões e complexidade exigem já para a sua programação, não só o concurso de equipes de historiadores, como também a colaboração de cientistas de outras áreas". Por outro lado,<sup>28</sup> MOTA afirma que o regime de cátedras, mesmo tendo sido abolido recentemente, deixou "marcas profundas nas formas de organização e convívio universitário, que se manifestam no baixo teor de criatividade, na inexistência de projetos articulados e sistemáticos de pesquisa, na dificuldade ativa de cooperação interdisciplinar. O trabalho permanece orientado para a elaboração de monografias relativamente desimportantes e desarticuladas de problemas maiores ..."

Mesmo existentes, estes projetos de pesquisa articulados são ainda muito incipientes, o que talvez seja um dos fatores do baixo número de trabalhos assinados por mais de um autor e da baixa produtividade. Pelo visto, a individualização ainda predomina.

Os "artigos monográficos" foram assim caracterizados porque na realidade, principalmente no caso de dois deles, são verdadeiras monografias. Ambos possuem sumário contendo vários capítulos e um deles, com 336 páginas, é continuação de um trabalho publicado em fascículo anterior a 1975, contendo 163 páginas.

A publicação de "trabalhos apresentados em reuniões científicas" foi da ordem de ca. 22% o que, embora significativo - considerando-se a existência de Anais, que são os canais apropriados, pelo menos teoricamente, à divulgação de trabalhos dessa natureza - não é um fato pouco comum. Na prática, segundo MEADOWS<sup>29</sup>, uma proporção considerável dos trabalhos apresentados em reuniões científicas, ou não é publicada nunca, ou aparece com atraso de alguns anos.

É de se esperar, portanto, que os mais fortes candidatos à publicação, i.é., os resultantes de atividades de pesquisa, sejam divulgados em periódicos. De acordo com um levantamento realizado em 1967, cerca de 20% dos trabalhos publicados no início da década de 60, em periódicos americanos de psicologia, tinham sido formalmente apresentados em reuniões científicas nacionais.<sup>30</sup>

Analisando um por um esses trabalhos, verifica-se que os encontrados na RIHGB (ca.59%) foram todos apresentados em apenas um evento patrocinado por aquele Instituto, que dedicou um de seus fascículos à sua publicação. O que se vê, então, é o periódico assumindo a função de Anais. Dois outros foram apresentados em reuniões no exterior, justificando plenamente a sua divulgação no Brasil, e cinco em conclave nacionais, sendo dois da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e três congressos de História.

Como os periódicos científicos emanam de instituições que promovem congressos, seminários, etc., é de se esperar que acabem sendo o canal de disseminação das comunicações apresentadas naquelas reuniões.

Dos "trabalhos apresentados em cursos de pós-graduação" cabe ressaltar apenas o fato de uma dissertação de mestrado ter sido publicado na íntegra e não parcialmente. De modo geral, o conteúdo essencial de teses (82%) aparece subsequentemente em artigos de revista, sobretudo nas Ciências e nas Ciências Sociais. Nas Artes e na História o número de partes de teses publicado é menor.

A inclusão de "partes de livro" já publicado ou no prelo é, no mínimo, sui-generis, e entra em desacordo com certas funções do periódico científico, como a de disseminar parceladamente os resultados de pesquisas em andamento, para assegurar a prioridade da descoberta a seus autores, ou a da "comunicação ordenada de novas informações,

onde a palavra ordenada significa que, pelo sistema de edi-  
toração e de avaliação (referee), os cientistas procuram  
garantir que a literatura publicada vale a pena ser regis-  
trada, disseminada e preservada".<sup>33</sup>

Na área de História, a publicação, em periódicos,  
de "trabalhos originalmente publicados em jornal" é alta-  
mente positiva, uma vez que os jornais tendem a ser docu-  
mentos muito efêmeros, enquanto que aqueles têm entre suas  
funções, arquivar o conhecimento científico. Desses, um ha-  
via sido publicado no suplemento de O Estado de São Paulo,  
confirmando a observação feita por LAPA, de que o pequeno  
número de revistas especializadas em História tem levado  
os historiadores a publicarem em suplementos literários de  
jornais, e outro, no Diário de Notícias, em 1943, só que  
em parte e sem as notas de pé de página.<sup>34</sup>

A presença de "Documento Comentado" na RIHGB, sob  
a categoria "Originais", não se justifica pois possui uma  
seção própria para este tipo de trabalho denominada "Docu-  
mento".

O periódico científico é uma instituição social  
que tem pelo menos quatro importantes funções: arquivar in-  
formações, por meio de um controle de qualidade exercido  
pelo editor-avaliador; estabelecer prioridades; disseminar  
informações; e conferir prestígio e reconhecimento ao es-  
forço intelectual dos autores, às instituições editoras,  
aos editores e avaliadores, e até mesmo aos assinantes.<sup>35</sup>

A revista especializada em História, quanto a estes aspectos, não parece divergir do periódico científico em geral. Embora não tenha se limitado à publicação de novas informações e/ou de resultados parciais de pesquisas em andamento, o periódico científico também não se restringe à divulgação desse tipo de informação.

O que realmente chama a atenção é a presença de "partes de livro" já publicados ou no prelo. Tal fato talvez indique a inexistência de volume de matéria que justifique que o historiador espere, em média, um ano para ver seu trabalho publicado ou, o que é mais provável, a ausência, no corpo editorial, de avaliadores (referees), responsáveis pelo controle de qualidade na Ciência.

#### 4.1.2.2 Conteúdo

No que toca a abrangência geográfica dos temas de estudo, se geral ou regional (local), o resultado pode ser visto na tabela abaixo, ressaltando-se que um artigo da RIHGB foi excluído, conforme dito anteriormente, por não se ter podido determinar se o tema analisado era de cunho geral ou regional.

TABELA 12

ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA DOS TEMAS DE ESTUDO POR PERIÓDICO

Abrangência	P E R I Ó D I C O S									
	Anais de História		Estudos Históricos		Revista de História		RIHGB		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
História Geral	5	56	3	60	17	44	11	44	36	46
História Regional	4	44	2	40	22	56	14	56	42	54

Como se vê, os de nível regional foram em maior número (54%) não chegando, entretanto, a haver um desequilíbrio. Com relação às revistas em si, também não houve a predominância maciça de nenhum dos dois tipos, notando-se apenas que as duas criadas mais recentemente, i.é., Anais de História e Estudos Históricos, se dedicaram mais aos temas gerais, e que as duas mais antigas se equipararam, tendendo mais para a História Regional.

Quanto aos estudos regionais, a distribuição dos temas segundo as Unidades da Federação se apresentou conforme a tabela 13.

Unidade da Federação	Temas Gerais	Temas Regionais	Total
AC	-	-	-
AL	-	-	-
AM	-	-	-
AP	-	-	-
BA	-	-	-
CE	-	-	-
DF	-	-	-
ES	-	-	-
GO	-	-	-
MA	-	-	-
MG	-	-	-
MS	-	-	-
MT	-	-	-
PA	-	-	-
PB	-	-	-
PE	-	-	-
PI	-	-	-
PR	-	-	-
RS	-	-	-
RJ	-	-	-
RN	-	-	-
RO	-	-	-
RR	-	-	-
SC	-	-	-
SE	-	-	-
SP	-	-	-
TO	-	-	-
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>10</b>	<b>20</b>

TABELA 13

DISTRIBUIÇÃO DE TEMAS REGIONAIS SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

UNIDADES DA FEDERAÇÃO POR REGIÃO		R E V I S T A S				
		ANAIS DE HISTÓRIA	ESTUDOS HISTÓRICOS	REVISTA DE HISTÓRIA	RIHGB	SUB-TOTAL
N O R T E	ACRE	-	-	-	-	-
	AMAPÁ	-	-	-	-	-
	AMAZONAS	-	-	-	2	2
	PARÁ	-	-	-	-	-
	RONDÔNIA	-	-	-	-	-
	RORAIMA	-	-	-	-	-
					Sub-Total	2
N O R D E S T E	ALAGOAS	1*	-	-	-	1
	BAHIA	-	1	1	-	2
	CEARÁ	-	-	-	-	-
	FER. DE NORONHA	-	-	-	-	-
	MARANHÃO	-	-	2	1	3
	PARAÍBA	1*	-	2	-	3
	PERNAMBUCO	1 + 1*	-	-	-	2
	PIAUI	-	-	-	-	-
	RIO GRANDE DO NORTE	-	-	-	-	-
	SERGIPE	-	-	-	-	-
					Sub-Total	11
C E N T R O - O E S T E	GOIÁS	-	-	1	-	1
	MATO GROSSO (NORTE E SUL)	-	-	1 + 1*	-	2
					Sub-Total	3
S U D E S T E	ESPÍRITO SANTO	-	-	-	-	-
	MINAS GERAIS	-	-	1	-	1
	RIO DE JANEIRO	-	-	2	7	9
	SÃO PAULO	2	1	10 + 1*	3	17
					Sub-Total	27
S U L	PARANÁ	-	-	-	-	-
	RIO GRANDE DO SUL	-	-	-	-	-
	SANTA CATARINA	-	-	1	1	2

Sub-Total 2 Total 4

\* Os artigos que abrangem mais de uma unidade da federação foram desmembrados, aparecendo em cada uma separadamente.

A região predominante é a Sudeste, onde se encontram os maiores centros culturais e financeiros do País e, por conseguinte, um maior número de instituições de ensino e pesquisa, assim como de verbas para financiá-las. Como um reflexo dessa situação, as revistas, bem como a grande maioria dos autores, são oriundos daquela região.

Em se tratando de pesquisas históricas a nível regional (local) é de se esperar que as instituições e seus membros se interessem mais por sua própria região do que por qualquer outra. Independentemente dessa tendência natural, o historiador está sempre limitado na escolha de seus temas de estudo, pela acessibilidade física à documentação primária existente. Em decorrência desse fato, um historiador de São Paulo, interessado na História do Pará, por exemplo, enfrentará de início, o problema de acesso aos documentos existentes nos arquivos paraenses.

O Nordeste é a região que desperta maior atenção, depois da Sudeste. Acredita-se que assim seja, na medida em que é um foco de interesse de muitos dos cientistas brasileiros, e em se tratando dos historiadores, sobretudo para aqueles dedicados à História Econômica e/ou Social. Dos 9 artigos referentes a Estados da região Nordeste, 7 eram assinados por pesquisadores vinculados a instituições de São Paulo ou Rio de Janeiro.

Os dois artigos dedicados a região Norte foram os do tipo "Documento Comentado", i.é., transcrição de manuscritos com pequenos comentários, não recebendo a mesma, portanto, nenhum trabalho de maior vulto.

Em termos absolutos, o Estado privilegiado foi São Paulo (37,7%), seguido do Estado do Rio de Janeiro (20%), o que era natural de se esperar, uma vez que as revistas são originárias desses Estados. São Paulo não só é o Estado de maior concentração de pesquisas, como é o único que é estudado no período, por todos os periódicos.

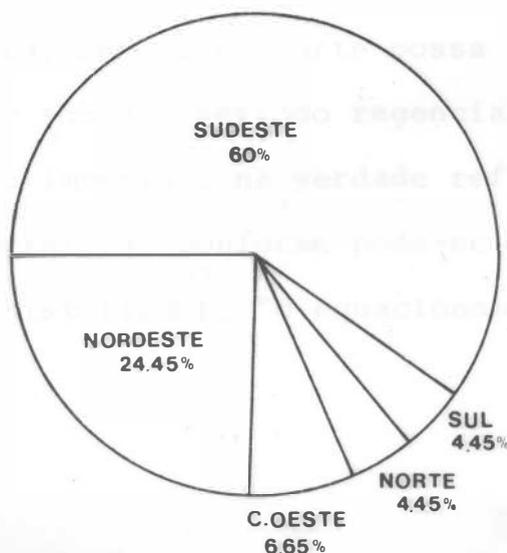
As revistas Anais de História e Estudos Históricos apresentaram igual distribuição: 50% dos estudos dedicados a São Paulo e 50% a diferentes Estados do Nordeste.

Os estudiosos canalizaram a maioria de seus trabalhos para São Paulo e Rio de Janeiro. Dos demais Estados e territórios alguns (10) pouca atenção mereceram destacando-se, entre esses, Maranhão e Paraíba, com 7%. Os restantes (13) não foram sequer objeto de estudo.

A concentração dos temas segundo as regiões geográficas pode ser vista no gráfico abaixo, que constata a situação privilegiada da Região Sudeste, em detrimento sobretudo das Regiões Norte, Sul e Centro-Oeste.

GRÁFICO 1

CONCENTRAÇÃO DE TEMAS DE ESTUDO SEGUNDO AS REGIÕES



A distribuição dos temas de estudo, de acordo com a divisão cronológica da História do Brasil, se apresentou conforme se pode ver abaixo:

TABELA 14

## ABRANGÊNCIA TEMPORAL DOS TEMAS DE ESTUDO POR PERIÓDICOS

PERIÓDICOS	P E R Í O D O S					
	Colônia	Império	República	Colônia/ Império	Império/ República	História Geral
	%	%	%	%	%	%
Anais de História	22	11	34	11	11	11
Estudos Históricos	20	20	60	-	-	-
Revista de História	18	32	18	21	11	-
R.I.H.G.B.	34	58	-	4	-	4

As revistas Anais de História e Estudos Históricos novamente se equipararam quando deram preferência ao período republicano. O estudo desse período só ganhou maior impulso em data recente, o que se coaduna com o fato de serem estas revistas as criadas na década de 60. Na Revista de História e na RIHGB houve o predomínio do período do Império.

A alta percentagem de estudos dedicados pela RIHGB ao Império, embora em parte possa ser explicada devido ao seminário sobre o período regencial (uma sub-divisão cronológica do Império), na verdade reflete toda uma tradição historiográfica, conforme pode-se ver na obra de LAPA. Para este historiador, "o equacionamento das diferentes eta-

pas da evolução do pensamento histórico e portanto da Historiografia brasileira tem sido geralmente elaborado em função de sua institucionalização, dando em consequência um relacionamento, já suficientemente conhecido, que a grosso modo pode ser assim expresso: Colônia, período estudado pelas Academias, Império, pelos Institutos Históricos, e República, pelas Faculdades de Filosofia.

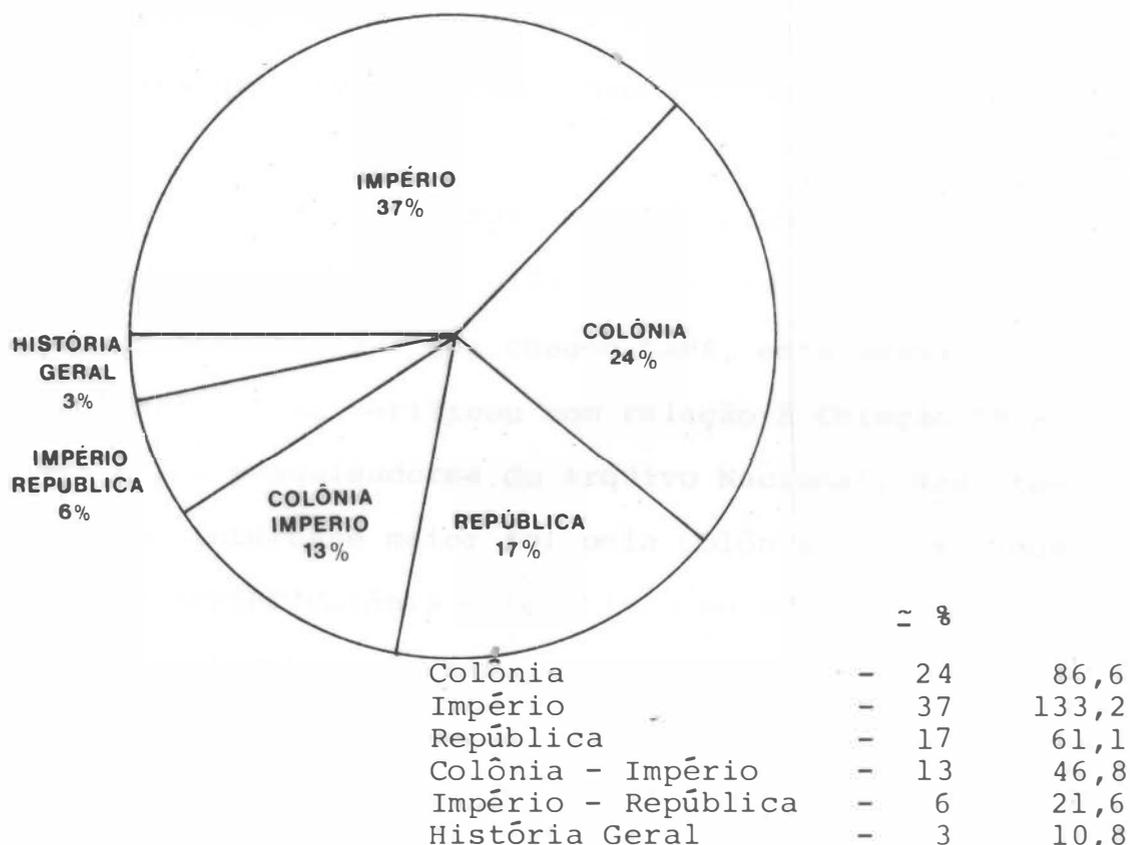
A periodização privilegiada nas revistas aqui analisadas confirma o esquema acima, com exceção da Revista de História.

A inexistência de artigos sobre República na RIHGB deve-se, provavelmente, ao fato de que seus autores ainda fazem parte da geração de historiadores que, em função da sua própria postura científica, evita o estudo da História presente ou recente, sob alegação de não ter distância objetiva para analisar, interpretar e julgar seus contemporâneos.

O resultado conjunto das quatro revistas, no que toca a estes períodos históricos, pode ser visto no Gráfico seguinte:

GRÁFICO 2

PERÍODOS HISTÓRICOS PRIVILEGIADOS NA PRODUÇÃO DOS ARTIGOS\*



A análise da abrangência temporal mostrou que o período histórico mais pesquisado foi o Império (37%), seguido da Colônia (24%) e República (17%). Considerando-se os artigos que abrangeram mais de um período, os percentuais acima aumentam sem, entretanto, alterar a ordem de preferência.

39

LAPA, na primeira parte do seu trabalho A História em questão, tentando visualizar o conjunto das grandes linhas temáticas da produção histórica brasileira dos últimos 30 anos levantou, em várias fontes, os períodos histó-

ricos privilegiados. Foram analisadas as teses de doutoramento apresentadas na USP (1934-1973), os projetos de pesquisa histórica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP - 1963-1972) e a produção editorial representada pelas seguintes brasileiras: Coleção Brasileira, Documentos Brasileiros, Corpo e Alma do Brasil, Estudos e Debates. Analisou ainda os períodos de interesse dos pesquisadores que frequentaram o Arquivo Nacional, entre 1970-1974.

Como foi visto no Gráfico 2, a ênfase, nesse estudo, foi dada ao Império, seguida da Colônia e República. Com relação aos resultados a que chegou LAPA, esta mesma ordem de preferência só se verificou com relação à Coleção "Brasileira" e aos pesquisadores do Arquivo Nacional. Nas teses da USP o interesse maior foi pela Colônia (43,5%), nos projetos da FAPESP Colônia e República se equipararam com 24,4% cada, e nas brasileiras, somadas as coleções, a ordem foi: 1) Colônia/Império, 2) República, com diferença pouco significativa.

LAPA conclui que as "tendências dos estudos históricos no Brasil caminham rapidamente para privilegiar 1) República, 2) Império, 3) Colônia, invertendo um quadro pode-se dizer secular" mas que "esta ordem pode vir a ser alterada em função de preferências temáticas outras que superam a barreira cronológica e política".

A ordem de ênfase das teses de doutoramento da USP (Colônia, Império e República), não está em concordância

com a encontrada na Revista de História da própria USP (Imério, Colônia, República). Esta mudança de enfoque, de Colônia nas teses, para Império nos artigos, talvez reflita "a revalorização histórica do século XIX brasileiro", particularmente da segunda metade, repensado em diferentes temas, sobretudo por influência dos cientistas sociais.

O fato das revistas mais recentes (Anais de História e Estudos Históricos) destacarem a República, talvez seja um reflexo do que LAPA preconiza acima.

#### 4.2 Caracterização dos Citados

O número de referências por periódico e a média de referências por artigo podem ser vistos na tabela abaixo:

TABELA 15

NÚMERO MÉDIO DE REFERÊNCIAS POR ARTIGO

Revistas	Número de Artigos	Número de Referências	Média de Referências por Artigo
Anais de História	9	331	36,7
Estudos Históricos	5	326	65,2
Revista de História	39	1916	49,1
RIHGB	26	1406	54,0
TOTAL	79	3979	50,3

A média de referências por artigo só nos dá uma visão parcial do conjunto, uma vez que a distribuição do número de referências por artigo variou na Revista Anais de História entre 12 e 116 referências, na Estudos Históricos

entre 16 e 138, na Revista de História entre 6 e 118 e na RIHGB entre 1 e 535.

O tipo de trabalho publicado sob a categoria "Artigos" ou "Originais", conforme já visto na Tabela 11, contribuiu em muito para esta discrepância quanto ao número de referências por artigo. Veja-se, na mesma ordem acima estabelecida, a que corresponderam os artigos de maior número de referências: na primeira revista, a uma parte extraída de livro, na segunda, a uma dissertação publicada na íntegra, na seguinte a um trabalho apresentado em Congresso e, por último, a um artigo "monográfico". Quanto aos artigos de menor número de referências, apenas o da RIHGB parece ter uma explicação óbvia: trata-se de um "Documento Comentado".

A variedade do material publicado afetou a média de referências por artigo, sobretudo no caso da RIHGB, conforme pode ser visto na tabela que se segue:

TABELA 16

DISTRIBUIÇÃO DAS REFERÊNCIAS E MÉDIA REFERÊNCIA/ARTIGO DE ACORDO  
COM A ORIGEM DOS DOCUMENTOS CITANTES

Referências por Documento Citante	Referências por Revista								Total	
	Anais de História Nº x		Estudos Históricos Nº x		Revista de História Nº x		RIHGB Nº x		Nº	x
Artigo	100	25	188	47	1560	48,7	217	21,7	2065	41,3
"Artigo Monográfico"	-	-	-	-	-	-	971	323,6	971	323,6
Trabalho Apresentado em Reuniões Científicas	68	34	-	-	265	53	154	15,4	487	28,6
Trabalho Apresentado em Cursos de Pós-Graduação	47	23,5	138	138	-	-	-	-	185	61,6
Parte de Livro	116	116	-	-	10	10	-	-	126	63
Trabalho Originalmente Publicado em Jornal	-	-	-	-	81	81	61	61	142	71
"Documento Comentado"	-	-	-	-	-	-	3	1,5	3	1,5

A média de referências dos documentos citantes, categorizados quanto à origem, variou incrivelmente (de 1,5 a 326,6), e de modo geral foi alta, se comparada com a encontrada em outras áreas do conhecimento. Em outras Ciências, embora o número médio de referências por artigo varie consideravelmente, de acordo com seus diferentes ramos, é bem mais baixa. Em estudo de dois importantes periódicos de Química, um inglês e outro americano, a média encontrada foi de 18,7 referências por artigo, enquanto que em outro, em periódico de Medicina, foi de 4,4 referências.

Segundo PRICE, na literatura científica a média de referências em artigos de publicações seriadas é de "cerca de 15 referências por artigo, dos quais 12 são a outras publicações seriadas e não a livros, teses, relatórios e trabalhos não impressos". E os artigos derivados de atividades de pesquisa têm, em média, 25 ou menos referências cada um.

Assim, constata-se que a média geral aqui obtida (50,3) corresponde a mais do triplo da normalmente encontrada em artigos científicos e ao dobro da que se observa, em artigos derivados de pesquisa.

Uma possível explicação para o alto número de referências encontradas na literatura analisada é o fato de que na História os dados (material) integram as referências bibliográficas. Isso não ocorre na maioria das Ciências, nas quais o material, de modo geral, é descrito no texto e não é citado em referências.

A partir dessa explicação é normal se esperar que o historiador cite muito, uma vez que seus dados se originam principalmente de fontes documentais e estas têm que ser citadas como meio de comprovação de sua existência.

Observou-se também que, em muitos artigos, as primeiras notas de pé de página eram dedicadas à bibliografia sobre o tópico tratado, às vezes bastante extensa. Geralmente era uma informação complementar, mais uma revisão de literatura do que propriamente a listagem de obras utilizadas para aquele trabalho específico.

## 4.2.1 Frequência por Classes e Tipos de Documentos

A distribuição do número de referências por periódicos, de acordo com as classes e tipos de documentos a que pertenciam, pode ser vista na tabela abaixo:

TABELA 17  
DISTRIBUIÇÃO DAS REFERÊNCIAS DE ACORDO COM  
CLASSES E TIPOS DE DOCUMENTOS

TIPOS DE DOCUMENTOS	R E V I S T A S								TOTAL		
	Anais de História		Estudos Históricos		Revista de História		RIHGB				
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
CLASSE:	DOCUMENTOS PRIMÁRIOS		MANUSCRITOS								
Manuscritos	47	14,2	110	33,8	426	22,2	423	30,0	1006	25,2	
Originais: Mimeografados											
xerox, microfilme	2	0,6	-	-	27	1,4	1	0,1	30	0,8	
Coleções	3	0,9	56	17,2	141	7,4	38	2,7	238	6,0	
Catálogos	-	-	-	-	-	-	2	0,1	2	0,1	
Sub-Total	52	15,7	166	51,0	594	31,0	464	32,9	1276	32,1	
CLASSE:	DOCUMENTOS SECUNDÁRIOS		NÃO IMPRESSOS								
Teses e Dissertações	6	1,8	3	0,9	11	0,6	-	-	20	0,5	
Outros	4	1,2	5	1,5	13	0,7	5	0,4	27	0,7	
Sub-Total	10	3,0	8	2,4	24	1,3	5	0,4	47	1,2	
CLASSE:	DOCUMENTOS PRIMÁRIOS E SECUNDÁRIOS		IMPRESSOS								
Obras de Ref.	Almanaques	1	0,3	-	-	6	0,3	5	0,4	12	0,3
	Dicionários Especializados	-	-	-	-	6	0,3	3	0,2	9	0,2
	Outras	3	0,9	2	0,6	17	0,9	5	0,4	27	0,7
	Legislação	6	1,8	8	2,5	54	2,8	53	3,8	121	3,0
	Monografias	164	50,0	86	26,4	589	30,7	181	12,9	1020	25,5
	Coletâneas	10	3,0	3	0,9	48	2,5	12	0,9	73	1,8
	Revistas	26	7,9	21	6,4	171	8,9	56	4,0	274	6,9
	Jornais	23	6,9	25	7,7	193	10,1	447	31,8	688	17,3
	Reuniões Científicas	2	0,6	4	1,2	9	0,5	7	0,5	22	0,6
	Parlamento	3		-		1		-		4	
	Câmara	2		-		6		1		9	
	Senado	-	1,5	1	0,3	9	1,4	-	0,1	10	0,3
	Assembléias Legislativas (Províncias, Estados).	-		-		11		1		12	
	Relatórios Governamentais e Administrativos	4	1,2	1	0,3	16	0,8	15	1,1	36	0,9
	Outros	5	1,5	-	-	37	1,9	44	3,0	86	2,2
Sub-Total	249	75,6	151	46,3	1173	61,1	830	59,1	2403	60,3	

A distribuição das referências, além de ter oscilado de um tipo de documento para outro, dentro de um mesmo tipo de documento, variou também de uma revista para outra, não se tendo encontrado nenhuma razão explícita para esse fato. Não se sabe, por exemplo, porque na Revista Estudos Históricos 51% de suas referências foram a documentos primários "manuscritos" e 26,4% a monografias, enquanto que a Revista Anais de História dedicou respectivamente 15,7% e 50%.

Em termos globais, não foi possível ver nenhuma relação entre as abrangências geográficas e/ou temporais privilegiadas nos temas de estudo dos artigos, e o maior ou menor uso de certos tipos de documentos. No exemplo dado acima, ambas as revistas dedicaram-se mais à História Geral e ao período republicano, não dando preferência, entretanto, aos mesmos tipos de documentos. Fato igual ocorreu com a Revista de História e a RIHGB, as quais, embora devotando-se mais a História Regional e ao período do Império, também não concordaram quanto ao uso do tipo de material de pesquisa, com exceção do de documentos primários "manuscritos" (31% e 32,9%).

As variações provavelmente estão mais ligadas à disponibilidade e ao acesso à documentação primária existente. O historiador, na sua pesquisa, independentemente da sua própria escolha quanto ao material a ser utilizado, está condicionado a usar os documentos que existem sobre o assunto estudado e que lhe são acessíveis, sejam manuscritos, jornais, monografias, estampas, fotografias, etc.

## 4.2.1.1 Documentos Primários "Manuscritos"

As referências contidas na classe Documentos Primários "Manuscritos" corresponderam a 32,1% da amostragem. Esta classe é constituída, na realidade, por um tipo de documento, que é o manuscrito, ainda que divulgado em diversas formas. Vendo-se sob este ângulo o Manuscrito, como tipo de documento, foi o de maior incidência.

Em se tratando de documentos fundamentais ao historiador, na sua tentativa de reconstruir o passado, a alta percentagem encontrada se explica e é um dado altamente positivo. No entanto, o resultado pareceu surpreendentemente alto se se levar em conta que nossa historiografia é muitas vezes criticada pelo baixo número de documentos primários a que seus autores recorrem.

42

CARDOSO, referindo-se aos historiadores marxistas latino-americanos, afirma que "é bem raro encontrar trabalhos deles que passem de reinterpretações, a partir de fontes secundárias, e no máximo, de documentos impressos (viajantes, antologias de fontes, etc.). O trabalho de pesquisa histórica básica muitas vezes lhes é repugnante ..., algo suspeitamente aproximado a uma atitude 'empirista'. Há exceções, naturalmente". COSTA é da mesma opinião. Escrevendo sobre o revisionismo marxista da historiografia brasileira, anunciada pela obra de Caio Prado Júnior, afirma que a maioria dos estudos revisionistas, aparecidos ultimamente, não são trabalhos de pesquisa. Baseiam-se em geral na bibliografia existente sobre o assunto, o que prejudica

43

às vezes, suas interpretações. "Partindo de novos ângulos de abordagem, e de novas formulações metodológicas, procuram interpretar fatos já conhecidos utilizando dados fornecidos por historiadores e cronistas que nem sempre procedem de maneira científica, ... As novas interpretações são prejudicadas pela falta de base documental. Isso não impede, entretanto, que contenham valiosas sugestões e hipóteses de trabalho".

Esta crítica, embora restringida aos historiadores marxistas, parece ter sido generalizada.

O número de documentos primários "manuscritos" utilizados poderia sofrer um aumento, uma vez que muitos dos autores citantes fizeram uso indireto de manuscritos, por meio de trabalhos de terceiros. Estes não aparecem na amostragem, já que se considerou os documentos aos quais o pesquisador teve acesso direto.

#### 4.2.1.2 Documentos Secundários Não Impressos

As referências classificadas como Documentos Secundários não Impressos revelaram-se bastante inexpressivas (1,2%), provavelmente em razão de serem documentos de circulação restrita e, por conseguinte, terem pouca divulgação e acessibilidade difícil. Pode ser ainda reflexo de uma comunidade acadêmica fechada a nível de comunicação informal.

As teses e dissertações não foram sequer citadas na RIHGB, embora contenham material útil à pesquisa. O seu baixo percentual talvez decorra, fora o problema de acesso, do fato de que as publicadas posteriormente como monogra-

fias ou artigos de periódicos passam a integrar a classe de documentos impressos. Esse é o caso de muitas das teses defendidas na Universidade de São Paulo.

Acredita-se ainda que na categoria "outros", onde estão incluídos trabalhos mimeografados, datilografados, etc., estejam algumas teses que como tal não foram caracterizadas, pela falta de dados na referência.

#### 4.2.1.3 Documentos Primários e Secundários Impressos

A distribuição das referências por tipos de documentos impressos revelou que os historiadores fizeram mais uso de monografias (25,5%). Considerando-se o total de referências a esta classe, que foi de 2403, couberam às monografias 42,4%, seguidas dos jornais, com 28,6% e revistas com 11,4%.

A alta percentagem de jornais se deve sobretudo a um artigo "monográfico" da RIHGB que se referiu a jornais 394 vezes. Excluindo-o da amostragem, aos jornais caberiam 12,2% em relação à classe a que pertencem, e 7,3% em termos do número total de referências.

Dentre os "outros" encontram-se documentos iconográficos, cartográficos, tratados, obras completas, possíveis folhetos do século XIX, obras religiosas (bíblia, index, etc.), manuscritos impressos no todo, etc.

A distribuição, nesta classe, das referências a documentos primários e secundários se deu conforme a tabela seguinte:

TABELA 18  
DISTRIBUIÇÃO DAS REFERÊNCIAS A DOCUMENTOS IMPRESSOS  
DE ACORDO COM SUAS CLASSES

TIPOS DE DOCUMENTOS	C L A S S E S	
	Primários	Secundários
Obras de Referência	-	48
Legislação	121	-
Monografias	191	829
Coletâneas	-	73
Revistas	48	226
Jornais	673	15
Anais de Reuniões Científicas	-	22
Anais Parlamentares e de As- sembléias Legislativas	35	-
Relatórios Governamentais	36	-
Outros	60	26
T O T A L	1164	1239

As referências a documentos primários impressos (48%) praticamente se equipararam às relativas a secundários (52%).

Vistas conjuntamente, as três primeiras classes (Documentos Primários "Manuscritos", Documentos Secundários não Impressos e Documentos Primários e Secundários Impressos) revelaram um uso mais intenso de documentos primários (65%).

Esta constatação evidencia que se, no revisionismo marxista da historiografia brasileira, iniciado na primeira metade do século XX, os documentos primários foram pouco manuseados, na nossa historiografia contemporânea constituem importantes fontes de dados.

A pesquisa em fontes primárias não é o que determina a qualidade de um trabalho de História, já que os dados não falam por si e são, na realidade, construídos pelo pesquisador, através da sua abordagem teórica. "A empiria por si, não se reverte em uma pesquisa social sem o recurso a um quadro teórico de contextualização"<sup>44</sup>. No entanto, uma teoria necessita ser testada por um conjunto organizado de fatos. Cabe, portanto, ao historiador, recorrer às fontes primárias existentes.

Os dados aqui obtidos conformaram-se com os encontrados em uma pesquisa (1948) sobre periódicos americanos especializados em História dos Estados Unidos, onde 66% das referências foram a documentos primários, 33% a secundários e 1% a indeterminados.<sup>45</sup>

#### 4.2.1.4 Comunicações Informais

As referências relativas a comunicações informais foram quase inexistentes (0,4%). Trata-se de uma consequência natural da não inclusão desse tipo de informação em referências, devido talvez ao desconhecimento de que fontes informais são importantes como parte integrante das comunicações científicas. Pode ser também fruto, como dito anteriormente, de pouca colaboração entre acadêmicos.

Talvez fosse de se esperar mais com relação a entrevistas, sobretudo no campo da História Regional (local), onde às vezes não existe outro registro disponível. Entretanto, deve-se ressaltar que entrevistas não realizadas diretamente pelo autor citante, podem ser encontradas em memórias, jornais, biografias, etc. e, se foram utilizadas não se teve meios de chegar a essa informação.

#### 4.2.1.5 Não Identificados

A classe dos documentos Não Identificados, fruto do alto número de referências incompletas, foi muito significativa (6%) se comparada com o percentual dos outros tipos de documentos.

Das 239 referências que couberam a esta classe, 64 eram as possíveis monografias, e 143, as prováveis documentos primários do século XVI ao XX. Sobre o alto número de referências incompletas e inexatas falar-se-á mais adiante, no capítulo 5.

#### 4.2.1.6 Comparação dos Resultados Obtidos Com Os De Outros Estudos

Existem vários estudos de incidência de citação bibliográfica em diversos ramos do conhecimento. Os resultados variam e o seu maior problema é a falta de compatibilidade, que torna as comparações e sínteses muito difíceis.

As diferenças de metodologia tornam impossível uma comparação exata dos resultados obtidos nesta dissertação com o de outros estudos, dentro da própria área da História, e em outros campos do conhecimento. Confrontá-los per

mitirá ver se há uma certa equivalência nos padrões de uso da literatura dentro da própria História, e sentir onde esta se encaixa em relação aos padrões de uso de outras literaturas científicas.

Tendo em mente que os critérios de contagem de referências podem diferir de um pesquisador para outro, assim como o significado de termos como monografia, livro, seriado, periódico e manuscrito, os dados sobre a forma de distribuição, produzidos por vários trabalhos, em várias áreas, podem ser vistos na tabela que se segue:

TABELA 19

## DISTRIBUIÇÃO COMPARATIVA DE REFERÊNCIAS POR TIPOS DE DOCUMENTOS

Assunto	% de Referências por Tipo de Documento			
	Monografia	Periódico	Manuscrito	Jornal
Arte*	71,4	-	-	-
Música*	69,5	-	-	-
História do Brasil* (1975-76)	25,5	6,9	26,0	17,3
História dos EUA* (1948)	32,8	10,3	12,3	18,7
História da GB* (1968-69)	34,1	21,5	10,9	5,6
Ciências Sociais**	46,2	29,0	3,0	-
Sociologia*	42-56	33-40	-	-
Ciências*	12,0	82,0	-	-
Química*	5,2	92,7	-	-

(\*) Documento Citante: artigo de periódico

(\*\*) Documento Citante: artigo de periódico e livro

O uso de literatura na pesquisa histórica variou de um País para o outro. A proporção de referências a manuscritos, embora semelhante entre a História da Inglaterra e a dos EUA, diferiu na História do Brasil, que contou com mais do dobro, provavelmente em razão dos critérios de contagem adotados. No estudo da História inglesa, seus autores esclarecem que o baixo percentual encontrado para manuscritos talvez tenha ocorrido devido ao método de contagem, que não se baseou nos manuscritos em si, mas nas coleções como um todo.

Ainda com relação aos estudos na área de História, a tabela revelou grandes diferenças quanto ao uso de periódicos, monografias e jornais. Jones et alii afirmam que a percentagem (10,3%) de referências a revistas na Historiografia americana, produzida em 1948, foi menor que a encontrada na inglesa (1968-69), provavelmente porque o uso da literatura periódica em História se tornou mais importante nos últimos anos. Se for este o motivo, tudo indica que no Brasil o periódico ainda é de pouca importância como fonte bibliográfica. Quanto às monografias, o percentual relativo à História do Brasil foi surpreendentemente baixo (25%) se comparado com os dois outros estudos de História (33% e 34%). E finalmente, a utilização de jornais que foi quase na mesma proporção para historiadores brasileiros (17,3%) e americanos (18,7%), sendo muito menor para os ingleses (5,6%).

A tabela acima, vista como um todo, demonstrou amplo espectro de distribuição de tipos de documento entre

as Humanidades, onde a massa de referências são as monografias, passando pelas Ciências Sociais, nas quais os periódicos ganham importância, até as Ciências Físicas, que privilegiam as referências a revistas. "A História parece ficar entre as Humanidades e as Ciências Sociais: como disciplina faz menos uso de monografias e mais de periódicos que os assuntos humanos e em contrapartida, os historiadores fazem menos referências a periódicos que os cientistas sociais". O maior ou menor uso de monografias pelos diferentes ramos do conhecimento talvez esteja ligado à prática de seus especialistas publicarem parcialmente ou não os resultados de suas pesquisas.

A diferença quanto ao uso de tipos de documentos reflete os diferentes padrões de comunicação existentes entre a Ciência, as Ciências Sociais e Artes. Para MEADOWS, as áreas de assunto "não-científicas" dependem muito mais da literatura não seriada, onde metade das referências é geralmente a livros. Afirma também que estas diferenças se devem a vários fatores, embora "a distinção básica esteja relacionada à ausência, fora das ciências, de uma estrutura paradigmática de aceitação geral. Isto leva a uma concentração em questões de metodologia - geralmente publicadas em estudos monográficos - e a altas taxas de rejeição a artigos de pesquisa, novamente demandando recursos para publicação em forma monográfica. Mas outros fatores podem exercer influência ou talvez, apenas a tradição da área de assunto".

## 4.2.2 País de Publicação e/ou de Localização

Das 3726 referências analisadas por país de publicação e/ou de localização, 132 vieram citadas sem especificação do local. Para efeito da análise dos resultados obtidos quanto a este aspecto, as 132 incompletas não foram incluídas, passando o total a ser de 3.594 referências, cuja distribuição é mostrada na tabela abaixo.

TABELA 20

## DISTRIBUIÇÃO DAS REFERÊNCIAS POR PAÍS DE PUBLICAÇÃO E/OU DE LOCALIZAÇÃO

Tipos de Documentos	- P A Í S E S -							Total
	Brasil	Argentina	EUA	França	G.B.	Portugal	Outros*	
CLASSE:	DOCUMENTOS PRIMÁRIOS "MANUSCRITOS"							
"Manuscritos e Originais"	24,10	-	0,33	-	-	3,11	0,28	27,82
"Manuscritos Impressos"	6,42	-	-	-	0,06	0,06	0,11	6,65
Sub-Total	30,52	-	0,33	-	0,06	3,17	0,39	34,47
CLASSE:	DOCUMENTOS SECUNDÁRIOS NÃO IMPRESSOS							
Teses e Dissertações	0,41	-	0,08	0,03	-	0,03	-	0,55
Outros	0,70	-	0,03	-	-	-	-	0,73
Sub-Total	1,11	-	0,11	0,03	-	0,03	-	1,28
CLASSE:	DOCUMENTOS PRIMÁRIOS E SECUNDÁRIOS IMPRESSOS							
Obras de Referência	0,67	-	0,06	0,08	-	0,06	0,06	0,93
Legislação	3,37	-	-	-	-	-	-	3,37
Monografias	20,62	0,47	0,95	1,70	0,58	1,39	0,97	26,68
Coletâneas	1,14	0,11	0,22	0,08	0,11	0,33	-	1,99
Revistas	6,23	0,03	0,56	0,25	0,06	0,17	0,25	7,55
Jornais	18,64	-	0,41	-	-	0,03	0,03	19,11
Anais de Reuniões	0,28	-	-	0,22	-	0,11	-	0,61
Anais Parlamentares	0,97	-	-	-	-	-	-	0,97
Relatórios Governamentais	0,97	-	0,03	-	-	-	-	1,00
Outros	1,42	0,03	0,03	0,17	-	0,25	0,14	2,04
Sub-Total	54,31	0,64	2,26	2,50	0,75	2,34	1,45	64,25
T O T A L	85,94	0,64	2,70	2,53	0,81	5,54	1,84	100,00

(\*) Nesta coluna foram englobados a Alemanha, Bruxelas, Chile, Cuba, Egito, Espanha, Holanda, Itália, México, Suíça e Uruguai, por apresentarem participação percentual total inferior a 0,5%.

No Brasil foram publicados ou se encontram localizados ca. 86% de todas as referências cujo local vinha indicado. Os 14% restantes couberam principalmente a países de línguas portuguesa (5,5%), inglesa (3,5%), francesa (2,5%) e espanhola (1,3%), com as quais grande parte dos intelectuais brasileiros são familiarizados.

A predominância do material publicado ou localizado no Brasil não é um dado surpreendente, uma vez que um historiador escrevendo sobre determinado país depende intensamente do material nele produzido, e/ou localizado, sobretudo quando de natureza primária. A literatura estrangeira é usada, de modo geral, de acordo com o tema e o período estudado, na medida em que o país analisado desperta o interesse de especialistas estrangeiros, como assunto de trabalho e quando, no exterior, se desenvolvem pesquisas que complementam os conhecimentos do especialista nacional ou que servem de elemento de comparação aos seus estudos.

52

Segundo RODRIGUES, a produção estrangeira sobre uma determinada nação está ligada ao comércio e aos investimentos, "pois é necessário às grandes potências conhecer o país, a gente e a cultura do país em que investem e com o qual comerciam. Das verbas concedidas aos estudos, grande parte é policy-oriented, isto é, tem fundamento político-econômico, mas parte é livre e desinteressada de objetivos imediatos". Este motivo explica a presença, sobretudo das literaturas portuguesa, americana e inglesa.

Quanto ao material estrangeiro, que totalizou 505 referências, os países mais intensamente citados foram Portugal (39,4%),<sup>53</sup> EUA (19,2%), França (18%) e Inglaterra (5,7%). A predominância do material português era de se esperar, porque estivemos ligados à História daquele país por mais de três séculos.

Em relação ao material estrangeiro, foi mais intenso o uso de monografias (43,3%), seguidas dos manuscritos (26,5%), revistas (9,3%) e coletâneas (6,1%). No que diz respeito aos países que mais contribuíram para estes índices tem-se a seguinte situação: França (monografias), Portugal (manuscritos e coletâneas) e EUA (revistas).

A presença de documentos publicados e/ou localizados no exterior, quando diretamente ligados ao Brasil, i. é., acerca dele, decorreu, no caso de Portugal, como já foi dito, em função do longo período a que estivemos subordinados a esse país, cuja riqueza documental é das maiores para a nossa História; da Inglaterra, devido às obras de História do Brasil escritas por ingleses, no século XIX, e a algumas obras do século XX; e no caso dos Estados Unidos, aos trabalhos recentes dos americanos conhecidos por brazilianists, que na historiografia estrangeira sobre o Brasil ocupam um lugar de destaque.<sup>54</sup> Estes documentos estrangeiros surgem também devido aos viajantes, cientistas e naturalistas que passaram pelo Brasil, principalmente no século XIX. A utilização de obras francesas é, de acordo com <sup>55</sup> CARDOSO, fruto da influência da historiografia francesa

sobre muitos historiadores latino-americanos que sempre foi grande. Na verdade essa influência, em termos de Brasil, não se limita à historiografia: "A vinda anual de professores franceses ao Brasil para várias Universidades de São Paulo e Rio de Janeiro, Paraná e muitas outras, dão uma vantagem muito grande aos franceses em relação aos demais no campo da influência cultural"<sup>56</sup>. Além disso a rede de estudos latino-americanos nas Universidades francesas é ampla e "não são poucos os professores dedicados ao Brasil"<sup>57</sup>.

<sup>58</sup> Segundo MOTA, "nos últimos anos, o interesse despertado pela América Latina intensificou o desenvolvimento de estudos sobre o passado do Brasil, especialmente o passado recente. Note-se que esses estudos vêm sendo conduzidos por equipes cujos pólos principais se situam nos Estados Unidos ou Europa (França, sobretudo)"<sup>59</sup>. RODRIGUES diverge quando afirma que depois dos Estados Unidos é na Grã Bretanha que mais se desenvolvem os estudos brasileiros. Segundo ainda este especialista, a Alemanha, Áustria, e Suécia se interessam por temas brasileiros e, depois da 2.<sup>a</sup> Guerra Mundial, a União Soviética iniciou estudos intensivos sobre a América Latina. Acredita-se que a língua seja um dos obstáculos à utilização destes materiais pelos nossos pesquisadores que, se traduzidos, não foram citados nos dcis anos aqui analisados.

O uso da literatura estrangeira teria sido melhor avaliado se tivessem sido levantadas as obras traduzidas.

Estas, entretanto, dificilmente foram identificadas como tais nas referências dos autores citantes. Na sua maioria eram traduções de originais franceses ou ingleses e, de acordo com LAPA,<sup>60</sup> "no campo das traduções sofremos ainda de um certo confinamento, uma vez que as duas editoras responsáveis pelo maior número de traduções de interesse para o historiador brasileiro, ou seja, a Difusão Européia do Livro e Zahar Editores, trabalham respectivamente com originais" naquelas línguas.

Outros fatores que devem influenciar para o menor uso de material estrangeiro são as dificuldades de acesso e de atualização permanente com pesquisas desenvolvidas em outros países.

Nos estudos sobre periódicos ingleses e americanos de História, as referências a documentos impressos estrangeiros foram, respectivamente, 14% e 4,2%. Ainda no estudo inglês couberam às publicações americanas 57,9% de todas as referências a documentos editados no exterior, às francesas 8,6%, e o restante distribuído por outros países europeus. No que toca a manuscritos, 5,9% se encontravam em arquivos fora da Inglaterra, enquanto que nesta dissertação aquele percentual foi da ordem de 3,9%. No estudo americano, o material estrangeiro mais utilizado foi o inglês, seguido de longe por de outros países europeus, predominando o uso de livros.<sup>61</sup>

Os historiadores parecem depender basicamente do material localizado e/ou publicado no país estudado e, quan<sup>62</sup>

do recorrem à documentação estrangeira, utilizam a mais intensamente relacionada aos países com os quais a região analisada manteve ou mantém vínculos históricos e/ou culturais.

Com relação ao material publicado e/ou localizado no Brasil, a sua distribuição pelas Unidades da Federação pode ser vista na Tabela abaixo:

TABELA 21

DISTRIBUIÇÃO DAS REFERÊNCIAS PUBLICADAS E/OU LOCALIZADAS NO BRASIL,  
DE ACORDO COM AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

Tipos de Documentos	UNIDADES DA FEDERAÇÃO										
	BA	GO	MA	MG	PB	PE	RJ	SC	SP	Outros	Total
CLASSE: DOCUMENTOS PRIMÁRIOS MANUSCRITOS											
Manuscritos ou Original "Manuscritos"	4,79	-	-	0,68	-	0,17	14,78	-	8,90	0,10	29,42
Impressos	0,03	-	-	-	-	0,03	3,23	-	4,56	-	7,85
Sub-Total	4,82	-	-	0,68	-	0,20	18,01	-	13,46	0,10	37,27
CLASSE: DOCUMENTOS SECUNDÁRIOS NÃO IMPRESSOS											
Teses e Dissertações	-	-	-	-	-	-	0,03	0,03	0,44	-	0,50
Sub-Total	-	-	-	-	-	-	0,03	0,03	0,44	-	0,50
CLASSE: DOCUMENTOS PRIMÁRIOS E SECUNDÁRIOS IMPRESSOS											
Obras de Referência	-	-	0,14	-	-	-	0,37	0,03	0,27	-	0,81
Monografias	0,65	0,03	0,17	0,41	0,31	0,38	10,57	0,31	11,62	0,75	25,19
Coletâneas	-	-	-	-	-	-	0,10	0,14	1,12	0,03	1,39
Revistas	0,48	-	0,03	0,07	0,17	0,07	3,40	0,14	2,89	0,37	7,62
Jornais	-	0,75	0,37	0,07	1,87	0,10	17,19	-	2,41	-	22,76
Reuniões Científicas	-	-	-	0,07	-	-	0,14	-	0,14	-	0,35
Parlamentares	-	-	-	-	-	-	0,78	-	-	-	0,78
Assembléias Legislativas	-	-	-	-	-	-	0,07	-	0,34	-	0,41
Relatórios Govern. Administrativos	-	-	-	-	-	-	0,54	-	0,65	-	1,19
Outros	0,07	-	0,24	0,03	-	0,03	0,85	-	0,44	0,07	1,73
Sub-Total	1,19	0,78	0,95	0,65	2,35	0,58	34,01	0,62	19,88	1,22	62,23
<b>T O T A L</b>	<b>6,01</b>	<b>0,78</b>	<b>0,95</b>	<b>1,33</b>	<b>2,35</b>	<b>0,78</b>	<b>52,05</b>	<b>0,65</b>	<b>33,78</b>	<b>1,32</b>	<b>100,00</b>

Obs.: Na coluna designada "Outros" foram englobados os Estados de AL, MT, PA, PR, PI, RS, SE e DF por apresentarem participações percentuais individuais inferiores a 0,5%.

A predominância dos Estados do Rio de Janeiro (52%) e São Paulo (33,7%) foi de tal ordem, que quase não se justifica uma análise dos Estados restantes, cuja presença só se fez maior quando os autores citantes tiveram que recorrer à documentação primária para fundamentar seus estudos regionais (locais). Esse é o caso, por exemplo, dos manuscritos da Bahia e dos jornais da Paraíba e Goiás.

Com relação ao material publicado, uma vez que São Paulo e Rio de Janeiro são os dois maiores centros editoriais do país - fruto da concentração cultural e financeira que detêm - a presença marcante destes Estados é uma consequência natural.

Quanto aos materiais de natureza primária como manuscritos, jornais, Anais Parlamentares e de Assembléias Legislativas Provinciais e Estaduais, e relatórios governamentais e administrativos, a sua concentração em São Paulo e Rio de Janeiro decorre, além do motivo acima exposto, dos seguintes fatores: os estudos regionais privilegiaram estes Estados e porque ambos reúnem os maiores arquivos e bibliotecas do país, sobretudo o Rio de Janeiro, em função de ter sido o centro político e administrativo brasileiro, até bem pouco tempo e, conseqüentemente, o centro documental mais importante. Em seus arquivos e bibliotecas encontravam-se 50% dos manuscritos localizados no Brasil, principalmente no Arquivo Histórico do Itamarati, Arquivo Nacional, Biblioteca Nacional e Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

#### 4.2.3 Frequência de Títulos

A frequência de títulos dos tipos de documentos primários e secundários impressos mais citados, i.é., monografias, jornais, revistas e coletâneas, foi analisada. As leis foram excluídas deste estudo porque dificilmente a mesma lei foi citada mais de uma vez.

Achou-se importante complementar a frequência de títulos com o número de artigos citantes porque a maior frequência não implica, necessariamente, em uso mais amplo, i.é., por vários autores. Um jornal, por exemplo, de alta incidência, pode ter sido utilizado por apenas um autor. Tentou-se com isso dar mais uma medida de avaliação quanto à utilização do material citado.

Entre esses materiais impressos constatou-se grandes variações na frequência de citação, de acordo com os diferentes tipos de documentos, e uma dispersão de títulos bastante grande no caso das monografias. A extensão desta dispersão fica clara examinando-se os dados da tabela 22, que indica o número médio de referências por título impresso, segundo o tipo de documento da referência.

TABELA 22

NÚMERO MÉDIO DE REFERÊNCIAS POR TÍTULO IMPRESSO

Tipo de Documento	Nº Médio de Referências por Título
Monografias	1,2
Jornais	8,9
Revistas	2,7
Coletâneas	2,3

## 4.2.3.1 Monografias

Entre as monografias, onde ocorreu a maior dispersão de títulos impressos, a frequência de citação por título variou entre 7 e 1 sem intervalos, conforme se pode ver na tabela abaixo:

TABELA 23  
INCIDÊNCIA DE CITAÇÃO DE TÍTULOS DE MONOGRAFIAS

Número de Títulos	Número de Citações por Título	Total de Citações	Porcentagem das Citações	Porcentagem Acumulada
1	7	7	,7	,7
2	6	12	1,1	1,8
5	5	25	2,5	4,3
12	4	48	4,7	9,0
16	3	48	4,7	13,7
71	2	142	14,0	27,7
738	1	738	72,3	100,0

Dentre os títulos de maior frequência, i.é., até três citações, cuja relação se encontra no anexo 2, em classificação a grosso modo, 69,2% eram sobre História do Brasil, 16,4% relatos de viajantes e naturalistas que aqui estiveram, e o restante, distribuído entre títulos de sociologia, economia, etc.

O título mais citado foi referente à obra de Caio Prado Júnior intitulada História econômica do Brasil, de

1945, seguida de outro deste mesmo autor - Formação do Brasil contemporâneo, de 1942 - e da obra de Maria Teresa Schorer Petrone - A lavoura canavieira em São Paulo; expansão e declínio, 1765-1851. As obras de Caio Prado foram marcantes para a Historiografia brasileira do século XX, dado a sua interpretação materialista do nosso processo histórico e a crítica que faz à Historiografia tradicional.

Cabe ressaltar que mais de 70% das referências a monografias receberam uma única citação.

#### 4.2.3.2 Jornais

Com relação às 688 referências a jornais, que corresponderam a 77 títulos, a frequência por título variou conforme os dados da tabela abaixo:

TABELA 24  
INCIDÊNCIA DE CITAÇÃO DE TÍTULOS DE JORNAIS

Número de Títulos	Número de Citações por Título	Total de Citações	Porcentagem das Citações	Porcentagem Acumulada
1	157	157	23,0	23,0
1	97	97	14,0	37,0
1	45	45	6,6	43,6
1	37	37	5,4	49,0
1	35	35	5,0	54,0
1	33	33	4,8	58,8
2	27	54	7,8	66,6
1	17	17	2,5	69,1
1	12	12	1,7	70,8
1	11	11	1,6	72,4
4	10	40	5,8	78,2
2	7	14	2,0	80,2
2	6	12	1,8	82,0
3	5	15	2,2	84,2
7	4	28	4,0	88,2
10	3	30	4,4	92,6
13	2	26	3,8	96,4
25	1	25	3,6	100,0

O número médio de referências por título foi de 8,9 e aos 4 títulos de maior incidência, que equivalem a ca.5% dos títulos (todos do Rio de Janeiro), couberam quase 50% do total de referências. Aproximadamente 15% dos títulos concentraram ca.75% das referências, revelando uma baixa dispersão de títulos de jornais.

A relação dos títulos de jornais mais citados pode ser vista no anexo 3, tendo sido mais produtivo o Jornal do Comércio (RJ). Dos 77 títulos, 85,7% eram brasileiros e, com exceção de alguns poucos, como o próprio Jornal do Comércio, todos os demais estavam intimamente ligados à História Regional (local).

Embora os jornais tenham sido os que apresentaram menor grau de dispersão de títulos, a incidência de seu uso, por número de artigos citantes, foi baixa: excluindo-se o Estado de São Paulo e o Jornal do Comércio, citados por 9 e 7 artigos, respectivamente, os títulos restantes foram citados ou por 2 artigos (10,2%) ou por 1 apenas (85%).

#### 4.2.3.3 Revistas

As 274 referências a revistas corresponderam a 99 títulos de periódicos, cuja frequência variou conforme pode-se ver na tabela seguinte, sendo o número médio de referências por título 2,7.

TABELA 25

## INCIDÊNCIA DE CITAÇÃO DE TÍTULOS DE REVISTAS

Número de Títulos	Número de Citações por Título	Total de Citações	Percentagem das Citações	Percentagem Acumulada
1	50	50	18,2	18,2
1	24	24	8,8	27,0
1	13	13	4,7	31,7
1	12	12	4,4	36,1
2	10	20	7,2	43,3
3	5	15	5,5	48,8
4	4	16	6,0	54,8
11	3	33	12,0	66,8
16	2	32	11,7	78,5
59	1	59	21,5	100,0

Observa-se que aproximadamente 33% das referências provêm de quase 3% dos periódicos enquanto que outros ca. 33% se originam de 75% dos periódicos.

A dispersão de títulos de periódicos foi bem maior neste estudo do que a encontrada entre títulos de periódicos científicos. Na Física, por exemplo, o título de periódico mais citado em 1939 proveu 34,6% de todas as referências a periódicos, os 10 títulos mais citados 66,6% e são 64% dos 134 títulos foram citados uma única vez. Na Química as percentagens respectivas foram 27%, 64,2% e 6,3% e nesta dissertação foram de 18,2%, 50,3% e 21,5%.

Os títulos de maior incidência encontram-se relacionados no anexo 4. O título mais citado foi o da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, seguido do da Revista de História, ocorrendo o fenômeno de auto-citação das revistas fontes, i.é., os autores dos artigos citaram mais o periódico no qual seus artigos foram publicados, em detrimento de outros: das 50 referências obtidas pela RIHGB, 52% procederam dos artigos nela analisados e na Revista de História a auto-citação foi ainda maior (87,5%). Por outro lado, a Revista Anais de História só foi citada uma única vez pelo próprio periódico e a Estudos Históricos não foi sequer citada, provavelmente em função da alta percentagem (60%) que dedicou a outras áreas da História que não a do Brasil.

Acredita-se que a liderança da RIHGB se deve ao fato de ter se tornado, ao longo dos anos, um órgão divulgador de peças documentais, qualificando-a como instrumento de pesquisa imprescindível para a História do Brasil.

A grande maioria dos títulos não era especializada em História e sim em outras áreas das Ciências Sociais e muitos eram publicações de arquivos, bibliotecas e museus.

Dos 33 títulos estrangeiros o único de maior expressão foi o The Hispanic American Historical Review (EUA) criado em 1918 e dedicado aos ensaios de especialistas em América Latina.

A incidência de uso foi maior do que a dos jornais onde a frequência de artigos citantes variou de 20 a 1 (ver anexo 4), cabendo a estes últimos 73,7% dos títulos.

Convém ainda ressaltar que das 274 referências nem todas corresponderam a artigos: 21,1% eram referentes a almanaques, catálogos de documentos primários, transcrições destes, discursos, etc.

#### 4.2.3.4 Coletâneas

As coletâneas corresponderam 73 referências distribuídas entre 31 títulos, cuja relação dos mais significativos encontra-se no anexo 5. O número médio de referências por título foi de 2,3, com a seguinte frequência:

TABELA 26  
INCIDÊNCIA DE CITAÇÃO DE TÍTULOS DE COLETÂNEAS

Número de Títulos	Número de Citações por Título	Total de Citações	Percentagem das Citações	Percentagem Acumulada
1	19	19	2,6	26,0
1	10	10	13,7	39,7
1	5	5	6,9	46,6
3	4	12	16,4	63,0
2	2	4	5,5	68,5
23	1	23	31,5	100,0

Com apenas três títulos (10%) obteve-se quase 50% das referências a este tipo de documento sendo, portanto, necessário outros 28 títulos (90%) para cobrir o total. O título mais citado foi o da História Geral da Civilização Brasileira que é a única obra de síntese que possuímos, referente à nossa História, cujo editor foi até bem pouco tempo Sérgio Buarque de Holanda, estando hoje a cargo de Boris Fausto.

Quanto à incidência de uso por artigo citante esta variou entre 13 e 1, cabendo a frequência 1 de artigos citantes 87% do total de títulos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS - NOTAS

- (1) RODRIGUES, José Honório. Os estudos brasileiros e os "brazilianists". Revista de História, 54(107):189-219, jul/set. 1976. p.192.
- (2) SCHWARTZMAN, SIMON. Formação da comunidade científica no Brasil. São Paulo, Comp. Ed. Nacional; Rio de Janeiro, FINEP;, 1979. 481 p. p.205
- (3) LAPA; José Roberto do Amaral. A História em questão; - historiografia brasileira contemporânea. Petrópolis, Vozes, 1976. 204 p. p.27-8
- (4) RODRIGUES, op. cit., p.191.
- (5) MEADOWS, A.J. Communication in Science. London, Butterworths, 1974. 248 p. p.199.
- (6) PRICE, Derek J. de Solla. O desenvolvimento da Ciência; análise histórica, filosófica, sociológica e econômica. Trad. de Simão Mathias. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1976. 77 p. p. 57.
- (7) MEADOWS, op. cit., p.199
- (8) Ibid., p.199.
- (9) BRAGA, Gilda Maria. Informação, Ciência, política científica; o pensamento de Derek de Solla Price. Ciência da Informação, 3(2):155-77, 1974. p.165.

- (10) COSTA, Emília Viotti da. Algumas tendências da História contemporânea no Congresso Internacional de História de 1955. IN: GLÉNISSEON, Jean. Iniciação aos estudos históricos. São Paulo, DIFEL, 1961. 370p. (História Geral das Civilizações, v. Complementar). Apêndice, p.294-306. p.314.
- (11) MEADOWS, op. cit., p.28
- (12) QUEIROZ, Suzy de Souza. Bibliografia brasileira de Botânica, 1971-1972; estudo bibliométrico. Ciência da Informação, 4(1):55-66, 1975. p.56.
- (13) MEADOWS, op. cit., p.185-91.
- (14) Ibid., p.191.
- (15) Em 1926 A.J. Lotka publicou um artigo "The frequency distribution of Scientific productivity" no Journal of the Washington Academy of Science, 16 (12): 317-23 onde, examinando citações, observou uma regularidade acentuada com relação às médias de publicação: descobriu que o número de cientistas produzindo  $n$  itens era proporcional a  $1/n^2$ , i.é., para cada 100 cientistas publicando 1 artigo, 25 (ou  $1/2^2 \times 100$ ) publicaram 2 artigos, 11 (ou  $1/3^2 \times 100$ ) publicaram 3 artigos, e assim por diante. Apud BOOKSTEIN, Abraham. Patterns of scientific productivity and social change; a discussion of Lotka's Law and Bibliometric symmetry. Journal of the American Society for Information Science, 28(4):206-10, July 1977. p.206.

- (16) PRICE, op. cit., p.27.
- (17) MURPHY, Larry J. Lotka's Law in the Humanities? Journal of the American Society for Information Science, 24(6):461-2, Nov/Dec. 1973.
- (18) LAPA, op. cit., p.21.
- (19) RODRIGUES, op. cit., p.192
- (20) CARDOSO, Ciro Flamarion S. & BRIGNOLI, Héctor Pérez. Os métodos da História; introdução aos problemas, métodos e técnicas da História Demográfica, Econômica e Social. Trad. de João Maia. Rio de Janeiro, Graal, 1979. 530p. p.24.
- (21) COSTA, op. cit., p.338.
- (22) MOTA, Carlos Guilherme. A historiografia brasileira nos últimos quarenta anos; tentativa de avaliação crítica. Ciência e Cultura, 27(5):472-86, maio 1975. p.480.
- (23) CARDOSO, Ciro Flamarion S. El papel del historiador en Centroamerica. Revista de Filosofía de la Universidad de Costa Rica, 12(35):175-81, Jul./Dec. 1974. p.180.
- (24) LAPA. op. cit., p.59.
- (25) Ibid., p.57.
- (26) Ibid., p.25.
- (27) Ibid., p.36.

- (28) MOTA, op. cit., p.473.
- (29) MEADOWS, op. cit., p.123.
- (30) Ibid., p.96.
- (31) Ibid., p.117.
- (32) ZIMAN, John. Conhecimento público. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1979. 164 p. p.121.
- (33) PASTERNAK, Simon. Is Journal publication obsolescent? Physics Today, 19:38-43, May 1966. p.40.
- (34) LAPA, op. cit., p.28.
- (35) HERSCHMAN, Arthur. The primary journal: past, present and future. Journal of Chemical Documentation, 10 (1):37-42, Feb.1970. p.37-8.
- (36) LAPA, op. cit., p.27-8.
- (37) Ibid., p.26.
- (38) Ibid., p.31.
- (39) Ibid., p.37-55.
- (40) MEADOWS, op. cit., p.127.
- (41) PRICE, Derek J. de Solla. Networks of scientific papers. Science, 149(3683):510-15, July 1965. p.510.
- (42) CARDOSO & BRIGNOLI, op. cit., p.86.
- (43) COSTA, Emília Viotti da. Da Monarquia à República; momentos decisivos. 2. ed. São Paulo, Ciências Humanas, 1979. 326 p. p.282.

- (44) DEMO, Pedro. O problema metodológico. 1973. mimeogr. 23 p. p.2.
- (45) McANALLY, Arthur Monroe. Characteristic of materials used in research in United States History. Chicago, The University of Chicago, 1951. 185 p. (Tese de Doutorado). p.120.
- (46) HJERPPE, Roland. An outline of Bibliometrics and citation analysis. Stockholm, Royal Institute of Technology, Library, 1978. 82p. (TRITA-LIB. Report, 6014). p.43-4,62.
- (47) As fontes para a Tabela 18 foram as seguintes:
- BROADUS, Robert N. The literature of the Social Sciences; a survey of citation studies. International Social Science Journal, 23(2):236-43, 1971.p.241.
- JONES, Clyve; CHAPMAN, Michael; WOODS, Pamela Carr. The Characteristics of the literature used by historians. Journal of Librarianship, 4(3): 137-155, July 1972. p.149.
- McANALLY, op. cit., p.37 e seg.
- MEADOWS, op. cit., p.90.
- (48) JONES, Clyve et alii, op. cit., p.140.
- (49) Ibid., p.153.
- (50) Ibid., p.153.
- (51) MEADOWS, op. cit., p.89 e 144.

- (52) RODRIGUES, op. cit., p.219.
- (53) A predominância da documentação localizada ou publicada em Portugal seria maior se esta dissertação tivesse se limitado ao período colonial da nossa História.
- (54) LAPA, op. cit., p.69.
- (55) CARDOSO & BRIGNOLI, op. cit., p.23.
- (56) RODRIGUES, op. cit., p.202.
- (57) Ibid., p.203. - Sobre a influência francesa na Universidade de São Paulo, ver também SCHWARTZMAN, op. cit., 198.
- (58) MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da cultura brasileira, 1933-1974; pontos de partida para uma revisão histórica. 3. ed. São Paulo, Ática, 1977. p.25.
- (59) RODRIGUES, op. cit., p.204.
- (60) LAPA, op. cit., p.28.
- (61) JONES, Clyve et alii, op. cit., p.146.
- (62) McANALLY, op. cit., p.59-61. Segundo o autor desse trabalho teria se verificado uma maior dependência de material estrangeiro, se se tivesse incluído nele fontes citantes lidando com a História norte-americana anterior a 1789.
- (63) FUSSLER, Herman H. "Characteristics of the research literature used by chemists and physicists in the United States". Chicago, University of Chicago, - 1948. (Tese de Doutorado). p.133, Apud McANALLY, op. cit., p.134-35.

## 5 APRESENTAÇÃO DAS REFERÊNCIAS E SUAS "PATOLOGIAS"

O método de apresentação das referências bibliográficas nas quatro revistas analisadas não parece ter sido dirigido por normas e regras estabelecidas pelas instituições editoras. Variou de artigo para artigo dentro de uma mesma revista e, às vezes, em um mesmo artigo, indicando não haver nenhum controle quanto à sua normalização.

Na forma de apresentação os autores citantes, com raras exceções, provaram desconhecer as normas elementares de referenciação bibliográfica, dificultando ou impedindo a identificação de vários documentos citados.

Do grande número de referências incompletas, (ca. 75% do total) onde foram encontradas inclusive sérias aberrações, adveio a necessidade de se escrever este capítulo cujo termo "patologias" é uma forma de alerta aos possíveis ruídos que se estabelecem na comunicação entre pesquisadores na área de História. Em alguns casos as referências foram feitas de tal forma que tornou o seu levantamento altamente desencorajador e maçante. Isto explica o fato da classe "Não Identificados" ter sido bastante significativa, não tendo sido maior porque a autora, sendo da área de História, pôde complementar alguns dados omitidos pelos citantes.

Acredita-se que o que se chamou "Patologias" decorre de vários setores:

a) o grau de maturidade em que se encontra a História do Brasil, ou melhor, da recente configuração cientí

fica dos estudos históricos no nosso País. Tanto assim que nas revistas mais modernas aqui analisadas, as referências estavam mais completas, assim como as citadas em artigos oriundos de teses e dissertações;

b) a inexistência de um corpo editorial que efetivamente opere a partir de normas pré-determinadas, que assegurem um padrão qualitativo homogêneo;

c) a própria complexidade de muitas das referências em História;

d) um desconhecimento da importância da referência no sistema de comunicação científica "lato sensu" e da necessidade de sua normalização, fruto em grande parte da formação acadêmica dos pesquisadores, que não lhes oferece nenhuma disciplina que oriente nesse assunto, assim como em tantos outros ligados à documentação, como por exemplo, sobre os serviços de informação existentes para atendê-los, as obras de referência ou instrumentos de pesquisa publicados para servir de apoio a suas pesquisas, etc. Muitos autores parecem citar mais por tradição do que por perceberem a importância deste ato na prática de pesquisa mais consequente.

### 5.1 Local de Apresentação

As referências bibliográficas ocorreram sobretudo em notas de pé de página ou no texto, ou em ambos, simultaneamente. Quando no texto, nunca remetiam a uma bibliografia no final do artigo. No caso de existirem tabelas, quadros e/ou epígrafes as referências vinham logo abaixo deles.

Dos 79 artigos apenas 13 continham uma lista bibliográfica no final do artigo, em ordem alfabética e nunca sequencial, de acordo com a ordem em que apareciam no texto. Mas mesmo nesses casos, a bibliografia era uma mera complementação, uma vez que coexistia com as citações no corpo do artigo. Observou-se ainda que nem todas as obras citadas no artigo constavam da bibliografia e vice-versa.

## 5.2 Forma de Apresentação

As referências quando não completas, se enquadraram nas seguintes categorias: aparentemente completas, incompletas e "patológicas".

### 5.2.1 Aparentemente Completas

Na categoria "Aparentemente Completas" podem ser classificadas as seguintes referências:

a) obras impressas com o título incompleto, provavelmente em função dos longos e descritivos títulos existentes nas obras de interesse para o historiador. Abaixo se encontram alguns exemplos em que o que está entre colchetes corresponde a dados complementares obtidos em obras de referência.

Ex.: John Luccock. Notes [(on Rio de Janeiro and the Southern parts of Brazil; taken during a residence on ten years in that country, from 1808 to 1818)].

Pizarro. Memórias [(históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil)].

Documentos Interessantes [(para a História e Costumes de São Paulo)].

Pires do Rio (J.). A moeda brasileira [(e seu perene caráter fiduciário)].

b) obras traduzidas sem que esse dado conste;

c) o uso indevido da preposição In, que foi uma constante, levando a que o leitor fique sem saber se se trata de um capítulo de um livro ou de uma coletânea.

Ex.: Emilia Viotti da Costa. Introdução ao estudo da emancipação política do Brasil in Brasil em Perspectiva. São Paulo, 1968.

Trata-se de uma coletânea organizada por Carlos Guilherme Mota, mas da forma como está citada parece ser o capítulo de um livro de autoria de Emilia Viotti.

d) referências onde o autor de uma das comunicações publicadas em anais de reuniões científicas entra como autor de toda a obra.

Ex.: Lobo, Eulalia Lahmeyer [(et alii)]. Evolution des prix et du coût de la vie à Rio de Janeiro, 1820-1930. [(In: COLLOQUES INTERNATIONAUX DU CENTRE NATIONAL DE LA RECHERCHE SCIENTIFIQUE, 543, Paris, 1971)]. L'Histoire quantitative du Brésil de 1800 à 1930. Paris, 1973. [(p. 203-17)].

e) referências onde o editor de uma coletânea entra como autor da obra.

Ex.: Mota, Carlos Guilherme [(ed.)]. 1822. Dimensões. São Paulo, 1972.

f) teses que vieram citadas apenas como trabalhos mimeografados;

g) documentos primários transcritos em periódicos e que mais parecem artigos.

Ex.: Cleto, Marcelino Pereira. Dissertação a respeito da capitania de São Paulo, sua decadência e modo de restabelecê-la [(escrita em 25 de outubro de 1782)]. Anais da Biblioteca Nacional, v. 21, Rio de Janeiro, 1899.

### 5.2.2 Incompletas

Na categoria das referências incompletas se encontram principalmente as referências a manuscritos e a obras impressas não seriadas.

A ocorrência de manuscritos citados de forma completa é algo bastante raro em razão do número de dados que isso envolve. Para cada documento utilizado, este teria teoricamente que vir discriminado, acompanhado da indicação do arquivo em que se encontra, e da sua localização no arquivo.

No que se refere aos documentos impressos não seriados, as referências dificilmente traziam todos os dados básicos, como autor individual ou coletivo, título e subtítulo, notas tipográficas (local, editora e data de publicação), e edição ou tradução se fosse o caso. Além disso, mesmo quando esses dados constavam, nem sempre estavam completos, como por exemplo, o autor vinha citado só pelo sobrenome ou apenas pelo prenome, conforme é mais conhecido; ou o título se encontrava reduzido ou omitia-se o subtítulo.

No caso das publicações seriadas a ausência do volume e/ou número, da data e das páginas foi bastante comum.

### 5.2.3 "Patológicas"

As referências absurdamente incompletas deixaram transparecer a existência, muitas vezes, de uma comunicação entre historiadores a nível de verdadeiros códigos, que se acredita decifráveis somente por aqueles muito envolvidos na área.

Com relação aos manuscritos muitos autores transcreveram por vezes documentos inteiros sem citar a fonte, violentando um dos aspectos fundamentais da pesquisa histórica que é o da comprovação dos fatos descritos. Não se sabe se esta atitude foi por negligência, ou porque os autores desconheciam a fonte, uma vez que não recorreram a ela e sim a obra de terceiros, e deixaram de citar esta.

Um autor, por exemplo, se baseou inteiramente na correspondência inédita de uma determinada pessoa sem citar onde ela se encontrava localizada. Citou também outra correspondência que se sabe estar na Biblioteca Nacional e, inclusive, publicada em um dos volumes do seus Anais, o que não foi esclarecido nas referências; outro citou o número do códice e folio dos manuscritos mas se esqueceu de identificar o arquivo; um terceiro informa que levantou os preços do açúcar na Holanda, em Posthumus, sem mencionar em que arquivo daquela localidade, etc.

No que toca a obras impressas, verificou-se os seguintes casos:

a) obras citadas em termos de quem a escreveu e mais nada:

Ex.: "Como diz Emílio Zaluar ... que lá esteve em 1865 ... (p.125)";

"Ricardo Cassiano, vol. II, p. 187, nota nº 2";

"Segundo Monsenhor Pizarro ...";

b) obras citadas apenas pelo título:

Ex.: "Apontamentos, p. 127";

"Documentos Avulsos, III, p. 141";

"Testamento de uma geração".

c) obras com o autor e/ou título incompletos, e sem notas tipográficas:

Ex.: "Osvald [(de Andrade)] in Ponta de Lança";

"Berredo, [(Bernardo Pereira)], Anais [(históricos do Maranhão)] § 1.360".

d) referências onde o autor vinha citado seguido da expressão op.cit., sem que a obra houvesse, entretanto, sido citada anteriormente. Este caso ocorreu em alguns artigos, entre eles um que era parte de um livro já publicado, o que leva a crer que tivesse sido citado de forma completa em capítulos anteriores;

e) referências a prováveis discursos publicados nos Anais da Câmara ou do Senado:

Ex.: "Ataque aos barbadinhos feito por Paulo Souza em 21-7-1830 - II, 180";

"Queixa apresentada pelo Padre João Dias em 1825".

Observou-se ainda o uso de abreviaturas sem que constasse em alguma parte do artigo uma relação delas:

Ex.: "C.D.C. Parte IV, c. 1.495 § 1 e 2";

"Weffort, Francisco C. "Estado e massas no Brasil" in R.C.B. ano I, 7, maio 1966".

Esta prática culminou com a seguinte referência:

"S.L. H.C.J. no Brasil. [Serafim Leite. História da Companhia de Jesus no Brasil].

Embora seja de se esperar que na literatura das mais diversas áreas do conhecimento haja um certo número de referências incompletas ou imprecisas, na História do Brasil elas pareceram ser mais frequentes, provavelmente pelos motivos expostos na introdução deste capítulo. Nas áreas de pesquisa mais intensas e conseqüentemente mais competitivas a padronização gradual do método de citar parece ter sido imposta pelo volume crescente da literatura e pela dificuldade, igualmente crescente, do cientista manter-se atualizado com os progressos de seu campo.

## 6. CONCLUSÕES

Com relação aos objetivos foram extraídas algumas conclusões referentes a citantes e citados.

A comunidade científica analisada caracterizou-se por alta concentração no Rio de Janeiro e sobretudo São Paulo, e por fortes vínculos com instituições de ensino e pesquisa. Na sua produção predominou a pesquisa de forma isolada, i.é., de cunho individualista, assinada não exclusivamente por estudiosos de formação histórica universitária, que foram, no entanto, a maioria, e onde não se destacou nenhum grande produtor.

O periódico na área de História exerce, como em outros campos, a função de registro e de disseminação da informação. Na sua maioria, os trabalhos publicados eram inéditos e entre os não originais surpreendeu a inclusão de "parte de livro".

No que diz respeito às tendências temáticas da Historiografia brasileira, como reflexo da concentração da pesquisa na região Sudeste, os temas de estudo a nível regional, que se equipararam quantitativamente aos de nível geral, privilegiaram aquela região, em detrimento das restantes. Já quanto ao período histórico, o Império foi o que maior atenção recebeu, seguido da Colônia. Considerando-se que a análise aqui feita abrangeu dois anos e foi utilizado apenas um tipo de material bibliográfico (periódico), não se tem meios de generalizar estes resultados e de se contestar, por exemplo, a tendência preconizada por LAPA de que, atualmente, o historiador está mais inclinado a pesquisar a República.

As conclusões acima deixam transparecer alguns indícios de que a Historiografia tradicional predomina. Entretanto, quatro aspectos podem ser indicadores da presença de uma Historiografia moderna: a participação, na produção de literatura, tanto do especialista auto-didata quanto do pesquisador com formação universitária; a predominância da pesquisa sem colaboração, embora ocorram poucos trabalhos resultantes de projetos de pesquisa em andamento, sendo um definido como trabalho de equipe; a prevalência do Império como tema de estudo, ainda que nas revistas mais recentes (Anais de História e Estudos Históricos) a República tenha sido o período mais pesquisado; e a atuação de outros cientistas sociais na área, o que ocorria anteriormente por carência de profissionais de História e que hoje parece ser uma contribuição interdisciplinar.

Relativamente à literatura citada, os historiadores demonstraram utilizar uma diversidade muito grande não só de tipos de documentos mas também de títulos, o que ocasionou acentuada dispersão da mesma, com algumas exceções (é o caso dos jornais), e a inexistência de uma frente de pesquisa. Provavelmente, em poucos ou em nenhum outro campo do conhecimento, a variedade seja tão grande, uma vez que todo e qualquer documento pode ser fonte de estudo para o historiador.

Este resultado, muito característico da História, discorda de estudos realizados em outras literaturas científicas. Neles se observa a supremacia de determinado tipo de documento (o artigo de periódico) e a existência de pe-

queno número de títulos concentrando grande parte das referências, formando um núcleo de literatura, em contrapartida a muitos títulos de baixa produtividade.

Não se encontrou forte predominância de nenhum tipo de documento e o periódico demonstrou não ser o principal veículo de comunicação formal dos historiadores. O uso intenso de artigos de revista parece se dar em campos mais dinâmicos e competitivos, onde talvez seja mais premente garantir a autoria e nos quais os pesquisadores necessitam de fontes mais atualizadas para acompanhar os avanços ocorridos. A publicação de trabalhos na área de História talvez tenha como finalidade conferir prestígio ao autor, mais do que assegurar prioridades, uma vez que envolve principalmente um problema de interpretação, de visão teórica e metodológica, do que propriamente de descoberta.

Contrariando críticas feitas à nossa Historiografia, no que se refere ao baixo uso de documentos primários, estes suplantaram o número de documentos secundários. O que se notou foi a ausência de fontes primárias que, por influência de novas técnicas e métodos de pesquisa, vêm sendo introduzidas no campo da pesquisa histórica como, por exemplo, documentos de arquivos de associações de classe, de instituições comerciais, industriais e financeiras. Esta ausência pode ser fruto da dificuldade de acesso a esses arquivos ou de sua inexistência, ou ainda do fato de as técnicas e novas orientações metodológicas terem se modernizado pouco entre nós, como afirmam alguns historiadores. Também não foram citados materiais de arquivos sonoros, audio

visuais, fotográficos, que são registros próprios de nossa época e que, em futuro próximo, tenderão a adquirir papel significativo para o estudo do período contemporâneo.

Com relação à nacionalidade e origem local do material vale ressaltar apenas que o fator determinante é o país estudado e os que com ele estão mais intensamente relacionados histórica e culturalmente. No caso de nossa História é o Brasil e, de acordo com momentos históricos, Portugal, Espanha, Inglaterra, França e Estados Unidos.

Com base no desenvolvimento deste trabalho como um todo, podem ser feitas duas grandes constatações. Uma diz respeito aos padrões de comunicação dos historiadores e confirma o que já era sabido empiricamente. Estes não se apresentaram idênticos aos de cientistas de outras áreas, o que impossibilitou a sua generalização, pelo menos no que diz respeito à pesquisa em colaboração, produtividade de autores, número médio de referências por artigo, tipo de material bibliográfico mais utilizado, núcleo de literatura e frente de pesquisa. A outra refere-se ao método utilizado para analisar a literatura citada por historiadores, que provou necessitar de mudanças quanto a seu emprego. Observou-se, no decorrer desta dissertação, que a História apresenta uma situação peculiar: as referências bibliográficas exercem duplo papel, no sentido que ora são o próprio material de estudo, ora são a literatura que serviu de subsídio ao historiador. Assim, nas análises de citação em História terá que se levar isso em conta, evitando-se englobar referências de natureza tão diferentes. Só então poderá ser feita uma comparação com outros campos do conhe-

Em decorrência dessa dualidade de função das citações, os resultados relativos a citantes podem estar distorcidos. No momento em que uma nova metodologia for aplicada, talvez os padrões de comunicação dos historiadores, no que se refere a material citado, não discorde tanto dos de outras áreas, uma frente de pesquisa possa ser detectada e o grau de dispersão de literatura seja menor.

Comparar o grau de dispersão da literatura aqui encontrada com o de outras literaturas científicas deve ser evitado por dois motivos: em História há maior utilização de material não seriado e na análise de suas citações, conforme mencionado acima, são computadas conjuntamente referências de natureza diversas. Desta forma, o significado de dispersão em História é diferente porque não reflete, necessariamente, por exemplo, insuficiência de canais especializados que absorvam a literatura produzida ou um estágio de evolução tal, que um determinado tópico desperte o interesse de mais de uma disciplina.

Ainda quanto à utilização do método de análise de citação há que se salientar que, embora este método seja, para GARFIELD, mecanicista, no sentido que consiste de procedimentos que não requerem conhecimento especial ou talentos relativos ao assunto pesquisado e à sua História, a partir do próprio levantamento das referências foi sentida a necessidade do conhecimento da área.

Em análise de citação restrita apenas à simples contagem de documentos, o conhecimento especializado talvez seja prescindível. Entretanto, na medida em que essa

técnica transcende a quantificação e a documentação é olhada como um reflexo de determinado campo, pretendendo-se estabelecer relações e extrair informações mais complexas, torna-se fundamental uma vivência no assunto analisado.

No entanto, neste estudo, de caráter mais exploratório, onde as informações que se procurou colher foram relativamente simples como forma de material utilizado, país de publicação, etc., o próprio levantamento das citações não poderia ter sido realizado sem background na área, em razão da dificuldade em categorizar grande variedade de documentos, e dos dados encontrados nas referências serem, de modo geral, incompletos.

As observações contidas no capítulo referente à forma de apresentação das referências bibliográficas evidenciam a necessidade urgente de uma conscientização, por parte do historiador, da importância de sua elaboração de acordo com normas específicas estabelecidas e oficializadas pelas entidades competentes. Seria importante também que no currículo da graduação em História fosse inserida uma disciplina que abrangesse vários aspectos ligados à documentação.

Os resultados aqui encontrados podem orientar na organização e administração de bibliotecas ou qualquer outro sistema de informação especializado em História, no que se refere à política de seleção e aquisição de material bibliográfico. Sua utilidade adquire dimensão maior em razão de toda a problemática da documentação histórica.

A grande diversidade de material quanto à forma bi bliográfica, o alto grau de utilização de documentos uma única vez e portanto, a inexistência de um núcleo definido de documentos, tornam a tarefa de prover recursos informa- tivos para pesquisadores de História bem mais complexa do que em outros campos de Ciências dependentes essencialmen- te de periódicos. Além disso, embora o material citado não tenha sido analisado quanto a conteúdo e obsolescência, p<sup>o</sup> de-se constatar que apresentou também grande variedade de de assunto, i.é., não se limitou à História, e no que se refere a idade das publicações, não se restringiu a publi- cações contemporâneas. O acervo de uma biblioteca de Histó- ria, mesmo especializado, terá necessariamente que ser in- terdisciplinar e conter obras antigas e modernas. Um siste- ma cooperativo de bibliotecas e arquivos seria o único meio possível de sanar parcial ou totalmente este problema.

Por não existirem outros estudos bibliométricos en- volvendo a História, no Brasil, esta dissertação abarcou questões simples e básicas, a partir das quais poderão ser desenvolvidos e estimulados outros estudos e formuladas in dagações mais complexas. Um número maior de informações p<sup>o</sup> de ser extraído dos dados levantados, permitindo aumentar tanto a compreensão da estrutura da História e seu fluxo de informação, quanto a capacidade de auxiliá-la a se de- desenvolver e evoluir, na medida em que fornece elementos pa- ra atividades de pesquisa.

## 7 REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

- BOOKSTEIN, Abraham. Patterns of scientific and social change; a discussion of Lotka's Law and Bibliometric symmetry. Journal of the American Society for Information Science, 28(4):206-10, July 1977.
- BRAGA, Gilda Maria. Informação, Ciência, política científica; o pensamento de Derek de Solla Price. Ciência da Informação, 3(2):155-77, 1974.
- BROADUS, Robert N. The literature of the Social Sciences; a survey of citation studies. International Social Science Journal, 23(2):236-43, 1971.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. El papel del historiador en Centro-america. Revista de Filosofía de la Universidad de Costa Rica, 12(35):175-81, jul/dic. 1974.
- \_\_\_\_\_. & BRIGNOLI, Héctor Pérez. Os métodos da História; introdução aos problemas, métodos e técnicas da História Demográfica, Econômica e Social. Trad. de João Maia. Rio de Janeiro, Graal, 1979. 530 p.
- COSTA, Emília Viotti da. Algumas tendências da Historiografia contemporânea no Congresso Internacional de História de 1955. In: GLENISSON, Jean. Iniciação aos estudos históricos. São Paulo, DIFEL 1961. 370 p. (História geral das civilizações, v. complementar) Apêndice. p.294-306.

- . Da Monarquia à República; momentos decisivos. 2. ed. São Paulo. Ciências Humanas. 1979. 326 p.
- DEMO, Pedro. O problema metodológico. 1973. 23p. mimeogr.
- FONDIN, H. La citation; réflexion sur son utilisation pour l'analyse et la recherche des documents. Documentaliste, 13(4):127-33, juil/août 1976.
- GARFIELD, Eugene. Citation indexing; its theory and application in Science, Technology, and Humanities. New York, Wiley, 1979. 274 p.
- GARVEY, William D.; LIN, Nan; NELSON, Carnot E. Communication in the Physical and the Social Sciences. Science, 170:1166-73, Dec. 11, 1970.
- HALL, Angela M. The use and value of citations; a state-of-the-art report. London, The Institution of Electrical Engineers, 1970. 32 p. (Report No.R70/4).
- HERSCHMAN, Arthur. The primary journal; past, present and future. Journal of Chemical Documentation, 10(1):37-42, Feb. 1970.
- HJERPPE, Roland. An outline of Bibliometrics and citation analysis. Stockholm, Royal Institute of Technology, Library, 1978. 82 p. (TRITA-LIB.Report, 6014).

- IGLÉSIAS, Francisco. A pesquisa histórica no Brasil. Revista de História, 43(88):375-415, out/dez. 1971
- JONES, Clyve; CHAPMAN, Michael; WOODS, Pamela Carr. The characteristics of the literature used by historians. Journal of Librarianship, 4(3):137-56, - July 1972.
- KAPLAN, Norman. The norms of citation behavior; prolegomena to the footnote. American Documentation, 16(3):179-84, July 1967.
- LAPA, José Roberto do Amaral. A História em questão; historiografia brasileira contemporânea. Petrópolis, Vozes, 1976. 204 p.
- MARTYN, J. Citation analysis. Journal of Documentation, 31(4):290-7, Dec. 1975.
- MCANALLY, Arthur Monroe. Characteristics of materials used in research in United States History. Chicago, The University of Chicago, 1951. 185 p. (Tese de Doutorado, não publicada. Cópia na Biblioteca da Fundação Casa de Rui Barbosa).
- MEADOWS, A.J. Communication in Science. London, Butterworths, 1974. 248 p.
- MORAVCSIK, Michael J. Measures of scientific growth. Research Policy, 2:266-75, 1973.
- MOTA, Carlos Guilherme. A Historiografia brasileira nos últimos anos; tentativa de avaliação crítica. Ciência e Cultura, 27(5):472-86, maio 1975.

- \_\_\_\_\_. Ideologia da cultura brasileira, 1933-1974; pontos de partida para uma revisão histórica. 3. ed. São Paulo, Ática, 1977. 303 p.
- MURPHY, Larry J. Lotka's Law in the Humanities? Journal of the American Society for Information Science, 24(6):461-2, Nov./Dec.1973.
- NARIN, Francis & MOLL, Joy K. Bibliometrics. In: WILLIAMS, Martha E., ed. Annual Review of Information Science and Technology. New York, Knowledge Industry Publications, 1977. v.12, p.35-58.
- PASTERNAK, Simon. Is journal publication obsolescent? Physics Today, 19:38-43, May 1966.
- PRICE, Derek J. de Solla - ver SOLLA PRICE.
- QUEIROZ, Suzy de Souza. Bibliografia brasileira de Botânica, 1971-1972; estudo bibliométrico. Ciência da Informação, 4(1):55-66, 1975.
- RODRIGUES, José Honório. Os estudos brasileiros e os "brazilianists". Revista de História, 54(107):189-219, jul./set. 1976.
- \_\_\_\_\_. A pesquisa histórica no Brasil. 3. ed. São Paulo, Comp. Ed. Nacional, 1978. 306 p. (Brasiliense, série Grande Formato, v.20).

SCHWARTZMAN, Simon. Formação da comunidade científica no Brasil. São Paulo, Comp. Ed. Nacional; Rio de Janeiro, FINEP, 1979. 481p. (Biblioteca Universitária. Série 8: Estudos em Ciência e Tecnologia, v.2).

SOLLA PRICE, Derek J. O desenvolvimento da Ciência; análise histórica, filosófica, sociológica e econômica. Trad. de Simão Mathias. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1976. 77p.

\_\_\_\_\_. Networks of scientific papers. Science, - 149(3683):510-5, July 1965.

ZIMAN, John. Conhecimento público. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1979. 164p.

ANEXOS

1. ANEXOS

ANEXOS

CAPITULO I

INTRODUCCION

El presente trabajo tiene como objetivo principal el estudio de la evolución de la agricultura industrial en el Perú (1904-1981).

CAPITULO II

El presente capítulo trata de la evolución de la agricultura industrial en el Perú (1904-1981).

ANEXOS

CAPITULO III

CAPITULO IV

El presente capítulo trata de la evolución de la agricultura industrial en el Perú (1904-1981).

CAPITULO V

El presente capítulo trata de la evolución de la agricultura industrial en el Perú (1904-1981).

CAPITULO VI

El presente capítulo trata de la evolución de la agricultura industrial en el Perú (1904-1981).

CONCLUSIONES

35

42

## ANEXO 1

## RELAÇÃO DOS AUTORES/ARTIGOS CITANTES

ANAIIS DE HISTÓRIA

AUTOR	TÍTULO	Nº DE REFERÊNCIAS
COSTA, Emília Vioti da	Liberalismo e democracia.	32
BELLOTTO, Heloisa Liberali	Tentativas de fixação do povoamento no Estado de São Paulo e de integração do Vale do Paranapanema durante o governo Jorge Tibiriçã (1904-1908).	35
ANDRADE, Manuel Correia de	O processo de modernização e sua repercussão sobre as relações de trabalho no meio rural brasileiro.	14
CONTIER, Arnaldo Daraya	A música brasileira contemporânea: estudo das principais tendências (1922-1965).	16
DEAN, Warren	A fábrica São Luiz de Itu: um estudo de arqueologia industrial.	35
RIBEIRO JÚNIOR, José	As companhias coloniais no processo de acumulação originária: um estudo de caso (O Nordeste brasileiro).	36
MENDES, Claudinei Magno Magre	No mundo do Quingingoo.	12

AUTOR	TÍTULO	Nº DE REFERÊNCIAS
LEITE, Glacyra Lazzari	Hierarquia militar e poder político em Pernambuco: antecedentes do movimento rebelde de 1817.	35
CORREIA, Anna Maria Martinez	O tenentismo na década de 1920.	116

#### ESTUDOS HISTÓRICOS

BUENO, Clodoaldo	O Brasil e a terceira conferência internacional americana (Rio de Janeiro, 1906).	138
SANTOS, Corcino Medeiros dos	Algumas notas para o estudo da economia de São Paulo no final do século XVIII.	28
MATTOSO, Katia M. de Queirós	Um estudo quantitativo de estrutura social: a cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos, no século XIX. Primeiras abordagens, primeiros resultados.	116
VALLA, Victor V.	Subsídios para uma melhor compreensão da entrada do Brasil na primeira guerra mundial.	28
FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta	A legislação trabalhista e a ideologia do Estado populista.	16
ATHAYDE, Yvonne Grubemann de Vjeira	Un prédicateur brésilien.	10

AUTOR	TÍTULO	Nº DE REFERÊNCIAS
LOBO, Eulália Maria Lahmeyer	O comércio atlântico e a comunidade de mercadores no Rio de Janeiro e em Charleston no século XVIII.	88
JOHNSON, D. Martinho, O.S.B.	Dois bispos do século XVIII (D. Miguel da Anunciação, bispo de Coimbra e D. Frei Manuel da Resurreição).	29
LOPES, José da Paz	Uma corporação religiosa (vida e obra da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo da Vila de São João del Rei, durante os séculos XVIII e XIX, segundo seu próprio arquivo).	45
BARRETO, Antonio E. Muniz	O fluxo de moedas entre o Rio da Prata e o Brasil (1800-1850).	24
CORREA, Walmir Batista	Rebelião cuiabana.	11
MARTIN, Gabriela	Estudos para uma desmistificação dos petroglifos brasileiros (I) - A Pedra lavrada de Ingá (Parai <u>ba</u> ).	44
SILVA, Maria Beatriz Nizza da	A transmissão, a conservação e a difusão da cultura no Rio de Janeiro (1808-1821) (II).	58

AUTOR	TÍTULO	Nº DE REFERÊNCIAS
SAIA, Luis	Notas preliminares sobre a fazenda Pau d'Alho: História, restauração e projeto de aproveitamento	106
WRIGHT, Antônia Fernanda Pacca de Almeida	Um enfoque sistêmico do processo histórico na urbanização da área do Brás e adjacências no final do século XIX.	34
KELLER, Francisca Isabel Vieira	O Homem da frente de expansão: permanência, mudança e conflito.	92
ELLIS, Myriam	São Paulo, de Capitania a Província; pontos de partida para uma História político-administrativa da capitania de São Paulo.	118
NASCIMENTO, Benedicto Heloiz	Algumas considerações sobre a economia brasileira no tempo de D. João VI.	28
SILVA, Raul de Andrada e	Os idealizadores de Brasília no século XIX.	6
JANOTTI, Aldo	Uma questão mal posta: a teoria das fronteiras naturais como determinante da invasão do Uruguai por D. João VI.	37
JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco	Balaiada: ação e exploração.	24

AUTOR	TÍTULO	Nº DE REFERÊNCIAS
PETRONE, Maria Thereza Schorer	Terras devolutas: posses e sesmarias no Vale do Paraíba Paulista em 1854.	78
MESGRAVIS, Laima	A assistência à infância desamparada e a Santa Casa de São Paulo: a roda dos expostos no século XIX.	57
WERNET, Augustin	A "Sociedade dos Defensores" da liberdade e independência nacional de Santos.	25
QUEIROZ, Suely Robles Reis de	Brandura da escravidão brasileira: mito ou realidade?	114
WITTER, José Sebastião	O partido Republicano Federal e o processo político-partidário brasileiro.	14
MARSON, Adalberto	A trajetória de um republicano (Alberto Torres).	12
MOTA, Carlos Guilherme	Para a História das Idéias no Brasil: a plataforma da nova geração (1945): traços do pensamento radical.	10
DINIZ, Diana Maria Faro Leal	de Ferrovia e expansão cafeeira: um estudo da modernização dos meios de transporte.	54

AUTOR	TÍTULO	Nº DE REFERÊNCIAS
OBERACKER JR., Carlos H.	Um parecer de Humboldt sobre os limites no Noroeste do Brasil.	21
MESQUITA, Eni de	Uma contribuição ao estudo da estrutura familiar em São Paulo durante o período colonial: a família agregada em Itu de 1780 a 1830.	27
MOTT, Luiz R. B.	Subsídios à História do Pequeno Comércio no Brasil.	71
HALL, Michael M.	Reformadores de classe média no Império brasileiro: A sociedade Central de Imigração.	92
PIAZZA, Walter F.	A "Modernização" e os contingentes imigratórios em Santa Catarina.	39
ABREU, Dióres Santos	Comunicações entre o Sul de Mato Grosso e o Sudoeste de São Paulo: o comércio de gado.	40
SIQUEIRA, Sônia A.	Sincretismo da crença no Brasil do século XVI.	85
BRESCIANI, Maria Stella Martins	Suprimento de mão-de-obra para a agricultura: um dos aspectos do fenômeno Histórico da abolição.	26
WILLEKE, Venâncio (Fr.) O.F.M.	Senzalas de conventos	31

AUTOR	TÍTULO	Nº DE REFERÊNCIAS
SANTANA, Maria Augusta	Manifestações republicanas na <u>pro</u> víncia de Goiás.	42
ANDRADE, Manuel Correia de	Os anos trinta no Brasil.	43
JOFFILY, Geraldo Irenêo	<u>O Quebra-Quilo</u> : a revolta dos <u>ma</u> tutos contra os doutores (1874).	91
REIS, João José	A elite baiana face os movimen- tos sociais, Bahia: 1824-1840.	76
QUEIROZ, Suely Robles Reis de	São Paulo (1875-1975).	81
LUSTOSA, Oscar de Fi- gueiredo	A igreja e o integralismo no Bra- sil, 1932-1939: notas e indica- ções.	33
REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO		
WILLEKE, Frei Venâncio OFM.	Os livros dos guardiães.	16
MACEDO, Roberto	D. Rodrigo, O Luso-Brasileiro	21
MENESES, Paulo Braga	A Regência da menoridade e as <u>ins</u> tituições políticas e sociais do Império.	4
LEVY, Maria Bárbara	Alguns aspectos da política fi- nanceira no período regencial.	16
IPANEMA, Marcello de & IPANEMA, Cybelle	Imprensa na Regência: observações estatísticas e de opinião pública.	2

AUTOR	TÍTULO	Nº DE REFERÊNCIAS
MELLO JÚNIOR, Donato	Pesquisas sobre Benjamin Mary, Diplomata aquarelista, e Louis Van Houte, Botânico, Belgas que estiveram no Brasil Regencial.	41
CUNHA, Lygia da Fonseca Fernandes de	Imagens do Rio de Janeiro na época da Regência.	13
OLIVEIRA, Celso L. de	A literatura no Brasil e na América Espanhola: o início do período nacional.	2
LACOMBE, Américo Jacobina	As ordens religiosas no fim do primeiro reinado e na Regência: a extinção dos Oratorianos.	29
ANDRÉA, José	A Regência em Santa Catarina personificada no Marechal Andréa.	13
FAGUNDES, Umberto Peregrino Seabra	A propósito da guarda nacional: uma criação da Regência.	2
CHAVES FILHO, Jorge Pacheco e	Formação dos partidos políticos.	32
PACHECO, D. Filipe Conduro	Relações entre o poder civil e o poder eclesiástico no Estado do Maranhão, durante o século XVII.	98
MACEDO, Roberto	Prelazia e Diocese do Rio de Janeiro.	6
MENDONÇA, Marcos Carneiro de	São Paulo na era pombalina.	3

AUTOR	TÍTULO	Nº DE REFERÊNCIAS
PORTO, Luis de Almeida Nogueira	Bananal, muito passado e algum presente.	14
PORTO, Luis de Almeida Nogueira	Revelações de antigos inventários (Bananal, 1822-1882).	19
PEREIRA, Moacyr Soares	A ilha brasileira do planisfério da Casa D'Este.	83
SOUZA, José Antônio Soares de	Os colonos de Schaeffer em Nova Friburgo	353
SCHUBERT, Mons. Guilherme	A data da criação da diocese do Rio de Janeiro.	10
RUBERT, Arlindo (Padre)	O Prelado Lourenço de Mendonça, 1º Bispo eleito do Rio de Janeiro.	25
OLIVEIRA, Antonio Camillo de	Um diplomata indesejável.	5
SOUZA, José Antônio Soares de	Da Vila Real da Praia Grande à Imperial Cidade de Niterói. 2ª parte.	535
REIS, Arthur César Ferreira	O pleito da autonomia amazonense	2
SOUZA, José Antônio Soares de	Os escravos e a pena de morte no Império.	61
REIS, Arthur César Ferreira	A exportação da Amazônia em 1882	1

## ANEXO 2

## RELAÇÃO DOS TÍTULOS DE MONOGRAFIAS DE MAIOR FREQUÊNCIA

AUTOR	TÍTULO	FREQUÊNCIA
PRADO JÚNIOR, Caio	<u>História Econômica do Brasil</u>	7
PETRONE, Maria Tereza Schorer	<u>A Lavoura Canavieira em São Paulo</u>	6
PRADO JÚNIOR, Caio	<u>Formação do Brasil Contemporâneo</u>	6
COSTA, Emília Viotti da	<u>Da Senzala à Colônia</u>	5
FURTADO, Celso	<u>Formação Econômica do Brasil</u>	5
LEITE, Serafim	<u>História da Companhia de Jesus no Brasil</u>	5
MARQUES, M. E. de Azevedo	<u>Apontamentos Históricos, Geográficos, ... da Província de São Paulo</u>	5
PIZARRO DE ARAÚJO, José de Souza Azevedo	<u>Memórias Históricas do Rio de Janeiro</u>	5
ABREU, Capistrano de	<u>Capítulos de História Colonial</u>	4
AZEVEDO, J. Lucio de	<u>O Marquês de Pombal e a sua época</u>	4
CARDOSO, Fernando Henri que	<u>Capitalismo e Escravidão no Brasil</u>	4
DEBRET, Jean Baptiste	<u>Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil</u>	4
FREYRE, Gilberto	<u>Casa Grande e Senzala</u>	4
GRAHAM, Richard	<u>Grã-Bretanha e o Início da Modernização no Brasil</u>	4

AUTOR	TÍTULO	FREQUÊNCIA
KOSTER, Henry	<u>Viagens ao Nordeste do Brasil</u>	4
MILLIET, Sêrgio	<u>Roteiro do Café e outros ensaios</u>	4
MORSE, Richard M.	<u>Formação Histórica de São Paulo</u>	4
SALVADOR, Frei Vicente do	<u>História do Brasil</u>	4
STEIN, Stanley J.	<u>Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba</u>	4
VARNHAGEN, Francisco Adolfo	<u>História Geral do Brasil</u>	4
ALMEIDA, Cândido Mendes de	<u>Direito Civil Eclesiástico Brasi leiro</u>	3
BOXER, Charles Ralph	<u>A Idade de Ouro no Brasil</u>	3
BRANDÃO, Ambrósio Fer- nandes	<u>Diálogos das Grandezas do Brasil</u>	3
GANDAVO, Pero de Maga- lhães	<u>Tratado da Província do Brasil</u>	3
KIDDER, Daniel	<u>Reminiscências de Viagens e Per- manência no Brasil</u>	3
LUCCOCK, John	<u>Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil</u>	3
MARX, Karl	<u>O Capital</u>	3
MONBEIG, Pierre	<u>Pionniers et planteurs</u>	3
MULLER, Daniel Pedro	<u>Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo</u>	3

AUTOR	TÍTULO	FREQUÊNCIA
RIBEYROLLES, Charles	<u>Brasil Pitoresco</u>	3
SAINT-HILAIRE, Auguste	<u>Viagem à Província de São Paulo</u>	3
SAINT-HILAIRE, Auguste	<u>Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais</u>	3
SIMONSEN, Roberto	<u>História Econômica do Brasil</u>	3
SOUZA, Octavio Tarquínio de	<u>Evaristo da Veiga</u>	3
VIANA, F. J. Oliveira	<u>Populações meridionais do Brasil</u>	3
VILHENA, Luiz dos Santos	<u>A Bahia no Século XVIII</u>	3

## ANEXO 3

## RELAÇÃO DOS TÍTULOS DE JORNAIS DE MAIOR FREQUÊNCIA

TÍTULOS	FREQUÊNCIA	TOTAL DE ARTIGOS CITANTES
JORNAL DO COMÉRCIO (RJ)	157	7
CORREIO OFICIAL NITEROIENSE (RJ)	97	1
CORREIO OFICIAL DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO (RJ)	45	1
DESPERTADOR COMERCIAL (RJ)	37	1
JORNAL DA PARAÍBA (PB)	35	1
O ESTADO DE SÃO PAULO (SP)	33	9
DIÁRIO FLUMINENSE (RJ)	27	2
A IMIGRAÇÃO (RJ)	27	1
DIÁRIO DO GOVERNO (RJ)	17	1
MENSAGEIRO DA PRAIA GRANDE (RJ)	12	1
CORREIO DE NITERÓI (RJ)	11	1
CORREIO DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO (RJ)	10	1
CRÔNICA MARANHENSE (MA)	10	1
GOIÁS (GO)	10	1
O IMPARCIAL (PRESIDENTE PRUDENTE-SP)	10	1
O COMBATE (SP)	7	1
O TEMPO (PB)	7	1
ANARQUISTA FLUMINENSE (RJ)	6	1
TRIBUNA LIVRE (GO)	6	1
AURORA FLUMINENSE (RJ)	5	2

TÍTULOS	FREQUÊNCIA	TOTAL DE ARTIGOS CITANTES
CORREIO OFICIAL (RJ)	5	2
REVISTA FEDERAL (RJ)	5	1
DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO (RJ)	4	1
A GAZETA DO RIO DE JANEIRO (RJ)	4	1
GAZETA DO SERTÃO (PB)	4	1
JORNAL DO BRASIL (RJ)	4	1
O LEGIONÁRIO (SP)	4	1
A OFENSIVA (RJ)	4	1
THE WASHINGTON POST (EUA)	4	1
COMERCIAL PARAIBANO (PB)	3	1
CORREIO OFICIAL (GO)	3	1
CORREIO MERCANTIL (RJ)	3	1
O DIABO COXO (RJ)	3	1
DIÁRIO DE PERNAMBUCO (PE)	3	2
GAZETA JURÍDICA (RJ)	3	1
O JURUJUBA DOS FARROUPILHAS (RJ)	3	1
O PUBLICADOR (PB)	3	1
A REGENERAÇÃO (PB)	3	1
SOCIALISTA DA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO (RJ)	3	1

## ANEXO 4

## RELAÇÃO DOS TÍTULOS DE REVISTAS DE MAIOR FREQUÊNCIA

TÍTULOS	FREQUÊNCIA	TOTAL DE ARTIGOS CITANTES
REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEO- GRÁFICO BRASILEIRO (RJ)	50	20
REVISTA DE HISTÓRIA (SP)	24	15
REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO PAULO (SP)	13	8
ANAIS DA BIBLIOTECA NACIONAL (RJ)	12	7
ANAIS DO ARQUIVO DO ESTADO DA BAHIA (BA)	10	3
HISPANIC AMERICAN HISTORICAL REVIEW (EUA)	10	7
ANAIS DO MUSEU PAULISTA (SP)	5	4
REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTER- NACIONAL (RJ)	5	1
REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEO- GRÁFICO DA PARAÍBA (PB)	5	3
BOLETIM DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA USP (SP)	4	3
CADERNOS (SP)	4	1
ORDEM (A) (RJ)	4	1
REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO (SP)	4	4
ANUÁRIO DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA USP (SP)	3	1
CADERNOS CEBRAP (SP)	3	3
ESTUDOS BRASILEIROS (SP)	3	3

TÍTULOS	FREQUÊNCIA	TOTAL DE ARTIGOS CITANTES
HUMBOLDT (ALEMANHA)	3	1
MENSÁRIO DO ARQUIVO NACIONAL (RJ)	3	1
REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA (RJ)	3	1
REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRA- SILEIROS (SP)	3	3
REVISTA DO INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA (BA)	3	2
REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO DE MATO GROSSO (MT)	3	1
REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEO- GRÁFICO DE SÃO PAULO (SP)	3	3
REVISTA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E AR- TÍSTICO NACIONAL (RJ)	3	2

## ANEXO 5

## RELAÇÃO DOS TÍTULOS DE COLETÂNEAS DE MAIOR FREQUÊNCIA

TÍTULOS	FREQUÊNCIA	TOTAL DE ARTIGOS CITANTES
HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA	19	13
HISTÓRIA DA COLONIZAÇÃO PORTUGUESA DO BRASIL	10	1
1822: DIMENSÕES	5	4
ÁLBUM DO CENTENÁRIO DE BLUMENAU	4	2
BRASIL EM PERSPECTIVA	4	4
A CIDADE DE SÃO PAULO: ESTUDOS DE GEOGRAFIA URBANA	4	1